

José Roberto Corrêa Such

**Civilidade e Caridade na História da Educação Feminina da Elite
Curitibana (Décadas de 1960 e 1970)**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre em
História

Orientadora Prof. Dra. Aline Dias
da Silveira

Coorientadora: Prof. Dra. Maria
Teresa Santos Cunha.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SUCH, José Roberto Corrêa
Civilidade e caridade na história da educação
feminina da elite curitibana : (Décadas de 1960 e
1970) / José Roberto Corrêa SUCH ; orientadora,
Aline Dias da SILVEIRA, coorientadora, Maria
Teresa Santos CUNHA, 2019.
214 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Escola Normal. 3. Civilidade. 4.
Caridade. 5. Poder Pastoral. I. SILVEIRA, Aline
Dias da. II. CUNHA, Maria Teresa Santos. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em História. IV. Título.

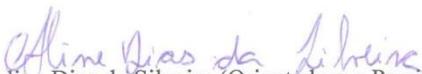
Civilidade e Caridade na História da Educação Feminina da Elite Curitibana (Décadas de 1960 e 1970)

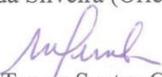
José Roberto Corrêa Such

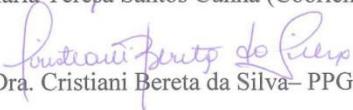
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

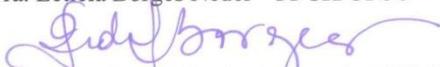
Banca Examinadora


Profa. Dra. Aline Dias da Silveira (Orientadora e Presidente) - PPGH/UFSC


Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha (Coorientadora)–UDESC


Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva– PPGH/UDESC

Profa. Dra. Letícia Borges Nedel – PPGH/UFSC


Profa. Dra. Renata Palandri Sigolo (Suplente) - UFSC



Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian
Coordenadora do PPGH/CFH/UFSC
Florianópolis, 28 de novembro de 2018.

Essa dissertação é dedicada à vida, à memória e a presença de minha mãe,
Regina Célia Corrêa Such.

AGRADECIMENTOS

A trajetória desta pesquisa foi marcada pelo apoio incondicional de tantas pessoas que eu gosto de pensar que a presente dissertação é uma obra coletiva onde várias mãos me auxiliaram em sua construção. Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, a professora doutora Aline Dias da Silveira, por todo o apoio, compreensão, sugestões e contribuições que foram essenciais para esse trabalho. E também a minha coorientadora, professora doutora Maria Teresa Santos Cunha, cujo trabalho e sugestões foram fundamentais para essa pesquisa ganhar forma.

À minha amiga Dulceli que, com um simples telefonema para manifestar condolências acabou por me incentivar a voltar para a academia; com sugestões e indicações de leitura me auxiliou a construir o projeto inicial desta pesquisa e, ao longo de todos os meses da pós-graduação, me ouviu, me aconselhou, me confortou, me encorajou e me incentivou. Dulce, você salvou a minha vida e foi essencial nesta conquista.

Aos meus tios, Carlos Roberto e Marisa, os primos Carlos Alexandre e Annelise, Bruno e Maria Fernanda por terem me acolhido, me auxiliado, apostado e acreditado em mim, mas, sobretudo, por terem sido minha família e meu porto seguro nesta nova etapa da minha vida que foi Florianópolis. E em especial a minha prima Karina, que foi uma verdadeira irmã e uma amiga maravilhosa. Às famílias Corrêa Wengerkiewicz e Lopes, minha profunda gratidão e amor.

À minha psicóloga, amiga e anjo da guarda Magda, que foi fundamental na minha recuperação, nos momentos de escuridão e principalmente no meu crescimento e amadurecimento, em todos os aspectos.

À Katiúscia, que foi essencial para a minha vinda e permanência na cidade de Florianópolis, que por quase um ano deu diariamente provas da mais pura amizade e carinho, cuidando da minha casa e das minhas “meninas” enquanto eu não pude buscá-las. Kati, você foi maravilhosa e jamais esquecerei o que você fez por mim.

Às amigas e amigos que Florianópolis e a UFSC me deram e que foram meu apoio, meu incentivo e também me propiciaram vários

momentos de alegria e descontração: Mariane, Thiago, Emily, Fabiana Carla, Talita, Luis Cláudio, Evandro, Desirée, Clara, Danielle, Ágata, Bárbara e Mariah.

Aos amigos e amigas de Porto União, União da Vitória e região, por terem ouvido minhas reclamações, minhas angústias, minhas dores e sempre terem me oferecido apoio e conforto, mas sobretudo a amizade, bem mais precioso que qualquer pessoa pode possuir. Nesse grupo são tantas as pessoas que foram essenciais na minha trajetória que muito provavelmente eu esquecerei de mencionar vários nomes aqui, mas em especial gostaria de agradecer aos amigos Tiago, Gabriel, Marcos Koko, Waldir, Jackson “Rabuja”, Jaison, Matheus, Gustavo e Teco, Marcelo, Kraucher, Jéssica, Keh, Amanda, Dannika, Thomé, Gláucio, Felipe, Luiza, Kiara e toda a família Domit, e demais amigos e amigas que eu fiz ao longo de toda a minha vida em minha cidade natal e que com certeza levarei no meu coração para qualquer lugar que a vida me leve.

Às “mães” que cuidaram de mim em momentos tão difíceis e me deram valiosos conselhos e ajudas de todas as maneiras: dona Aldair, tia Maristela, tia Noeli (in memorian); a equipe de voluntárias do Albergue Noturno Onofre Brittes; aos trabalhadores e trabalhadoras do Lar Espírita Amor e Caridade e Lar Espírita União em Porto União da Vitória; trabalhadores e trabalhadoras do Centro Espírita Luz e Caridade em Florianópolis; e a toda equipe de voluntários do Projeto Amanhecer (HU/UFSC).

À minha namorada Esther, cujo amor foi a força de onde eu tomei o impulso final para concluir esse trabalho. A sua amizade e companheirismo foram o melhor presente que a vida em Florianópolis me deu. Você foi fundamental nesta etapa e é fundamental em minha vida. Muito obrigado por responder aquela mensagem!

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa, à Universidade Federal de Santa Catarina e todos/as os/as funcionários/as e professoras/es do Programa de Pós-Graduação em História por esta grande oportunidade de crescimento intelectual, profissional e como ser humano que o mestrado me deu a oportunidade de vivenciar.

Às ‘meninas’, Clara e Glória Maria.

Aos meus pais, onde vocês estiverem. Pela minha vida, pelo amor, por tudo. É por vocês, sempre.

*Precisamente hoje, não te preocupes;
Precisamente hoje, não te aborreça;
Honra teus pais, mestres e idosos;
Ganha o teu pão diário honestamente;
Demonstre gratidão para com tudo o que é vivo.*
(Mikao Usui)

RESUMO

A Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba-PR era uma escola para moças que, além da formação para o magistério, tinha como objetivo oferecer a suas alunas, pertencentes à elite da cidade, uma educação para formar boas mães, esposas e donas-de-casa. E uma das propostas em seu currículo era promover uma “sensibilização das elites” para a prática da caridade, realizada por suas alunas através de estágios em obras sociais na periferia da cidade, mantidas por associações filantrópicas. Essas, por sua vez, atuavam em parceria com o Estado, dentro do conceito de “triângulo do bem-estar social”, desenvolvido pela historiadora Anne Lise Seip. Nesse esquema, o Estado dá as diretrizes de políticas públicas – através da criação do Departamento Nacional da Criança – que eram operacionalizadas nas municipalidades por essas associações. Não desconsiderando os benefícios de políticas sanitárias para a saúde da população, é preciso demonstrar que esse sistema é enviesado por lógicas de poder e controle. O Estado determinava as diretrizes em seu sistema de departamentos nacional e estaduais, mas no *front* dessas políticas estavam setores da sociedade situados entre os mais privilegiados que, ao meu entender, utilizavam a filantropia e a benemerência como meios para, além da prática da caridade, atuar também através do *poder* pastoral proposto por Michel Foucault, na direção das consciências do povo visto como um rebanho que, além de higienizado, precisava ser *civilizado*. Através da análise de um relatório de estágio realizado por três alunas da Escola Normal de Educação Familiar em um Posto de Puericultura que atendia mães carentes, no ano de 1971, e de uma coleção de manuais de civildade chamada *Biblioteca do Lar* – esse tipo de literatura era presente no currículos de Escolas Normais –, procuro demonstrar que, além do preceitos higiênicos e puericultores que visavam controlar *corpos*, com esses estágios propostos por uma escola confessional católica, buscava-se também dirigir *consciências*, através de orientações morais de cunho religioso. E, essa nova forma de caridade que é a filantropia agia na “promoção” do ser humano: e nesse contexto, padrões de civildade, moralidade e conduta eram reforçados. *Corpos* e consciências: na lógica do *poder pastoral*, a população era o rebanho que necessitava ser *guiado*, de acordo com os preceitos do saber médico higienista e da moralidade cristã. .

Palavras-chave: História da Educação; Escolas Normais; Caridade; Civildade; Poder Pastoral.

ABSTRACT

The Normal School of Familiar Education of Curitiba-PR was a girl's school, which, beyond the teaching formation, intended to offer to his students, belonging to the elites of the city, an education to form good mothers, wives and housekeepers. And one of the proposals in its curriculum was to promote a 'sensitization of elites' to the practice of charity, carried out by its students through internships in charity works in poor neighbourhoods, maintained by philanthropist associations. These, in turn, acted in partnership with the State, within the concept of "social welfare triangle, proposed by the historian Anne Lise-Seip. In this scheme, the State gives the guidelines - through the National Department of Children - that were operationalized in the municipalities by these associations. Not desconsidering the benefits of health policies to population health, it is necessary to demonstrate that this system is biased by logics of power and control. The state determined the guidelines in state and national systems. But in the front of these policies were sectors of society that were among the most privileged which, to my understanding, used the philanthropy and benevolence as a means of, beyond the practice of charity, also work through the *pastoral power* proposed by Michel Foucault, in the direction of the *consciences* of the people seen as a herd that, besides being sanitized, needed to be civilized. Through the analysis of an internship report by three students of the Normal School of Familiar Education in a childcare station witch attended poor mothers, in 1971, and a collection of civility manuals called *Biblioteca do Lar* – these type of literature was present in the curriculum of normal schools -, I try to demonstrate that, besides hygiene and childcare precepts that aimed to control *bodies*, with theses internships promoted by a confessional and catholic school, It was also intended to direct *consciences*, through moral orientations of a religious nature. And, this new form of charity that is philanthropy acted in the "promotion" of the human being: and in this context, standards of civility, morality and behavior were reinforced. Bodies and consciences: in the logic of pastoral power, the population was the flock that needed to be guided, according to the precepts of medical hygienist knowledge and Christian morality.

Keywords: Education History, Normal Schools, Charity, Civility, Pastoral Power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do Relatório de Estágio realizado pelas alunas do Educação Familiar	81
Figura 2 - Anúncio da Editora Edigraf em periódico, recrutando vendedores autônomos para os seus quadros de representantes	105
Figura 3 - Capa de um dos volumes da coleção Biblioteca do Lar	106
Figura 4 – Os três manuais de civildade pertencentes à coleção Biblioteca do Lar	107
Figura 5 - O Posto de Puericultura Plínio de Mattos Pessoa	131
Figura 6 – Clube de Mães do Posto de Puericultura Plínio Matos Pessoa	133
Figura 7 - Tabela de Pesos e Medidas ideais para crianças	136
Figura 8 - Cartaz utilizado como recurso pedagógico durante o curso	140
Figura 11 - Cartaz utilizado pelas estagiárias	145
Figura 12 - Cartaz utilizado na aula sobre a alimentação dos bebês ...	149
Figura 13 - O preparo da sementeira	155
Figura 14 - Combate às Pragas	156
Figura 15 - Anexo do Relatório de Estágio com Amostras de Ervas Medicinais	157
Figura 16 - Álbum Seriado em Miniatura.....	159
Figura 17 - Álbum Seriado: Sintomas e Causas da Falta de Higiene..	160
Figura 18 - Álbum Seriado: Disposição Correta do Terreno para Construção do Sanitário e do Poço D'Água.....	161
Figura 19 - Álbum Seriado: Orientações para a Construção da Fossa	162
Figura 20 - Álbum Seriado: A Construção do Poço	162
Figura 21 - Álbum Seriado: Civildade e Higiene nas Funções Fisiológicas	163
Figura 22 - Cartaz: A Farmácia Caseira	168
Figura 23 - Modelo de Fralda	169
Figura 24 - Modelo e Molde para Babeiro	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Trabalhos sociais centrados na infância, realizados por instituições ou serviços sociais em Curitiba na década de 1940.....	59
Quadro 2 - Postos de Puericultura mantidos em Curitiba pela Associação de Proteção a Maternidade e a Infância Saza Lattes.....	87
Quadro 3 -Participação da comunidade do Bairro Pinheirinho em movimentos da Igreja.....	129

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	12
RESUMO.....	13
ABSTRACT.....	14
LISTA DE FIGURAS.....	15
LISTA DE QUADROS.....	13
SUMÁRIO.....	14
INTRODUÇÃO.....	13
PARTE I- MATERNAGEM E MATERNIDADE – A DIFUSÃO DO DISCURSO HIGIENISTA E DAS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICO ATRAVÉS DO MAGISTÉRIO FEMININO.....	40
1.1 Higienismo e saúde pública: poder sobre a vida, poder sobre corpos.....	44
1.2 A maternidade e a puericultura como alvo das políticas do Estado.....	60
1.3 Escola Normal: educação e sociabilidade das “filhas da sociedade”.....	72
PARTE II – “ <i>CUIDE DO SEU FILHO, ELE É SEU</i> ” – A CARIDADE CIVILIZATÓRIA ATRAVÉS DA INFÂNCIA E DA MATERNIDADE.....	81
2.1 – A Caridade no “Caça-Marido”: A Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba.....	84
3.1 Manuais de Civilidade, projeto higiênico: a <i>Biblioteca do Lar</i> inserida no acervo pessoal de uma normalista.....	103
3.2 O Trabalho de Conclusão de Curso: a memória de uma visão dos pobres segundo o olhar de três estudantes normalistas.....	113
3.3 A caridade civilizatória: ponte entre o higienismo público e a moralização doméstica.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191

FONTES.....	205
a) Acervo pessoal de Regina Célia Corrêa Such.....	205
b) Entrevistas	205
c) Arquivo do Instituto Social - Congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria.....	205
d) Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba-PR.....	206
e) Arquivo Público do Paraná	206
e) Periódicos	206
f) Periódicos higienistas e sanitaristas.....	207
g) Decretos, leis e fontes oficiais	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208
.....	

INTRODUÇÃO

Entre os dias 27 de abril e 15 de junho de 1971, três estudantes normalistas da cidade de Curitiba-PR iniciaram estágio no Posto de Puericultura Plínio Matos Pessoa, localizado no distante bairro do Pinheirinho. Com o título “*Cuide do Seu Filho, Ele é Seu*”, o projeto aplicado pelas alunas Maria Cristina Zilli, Regina Célia Santi Corrêa e Vera Maria Ferreira tinha como objetivo ensinar a mães pobres daquele bairro carente noções de puericultura, higiene e alimentação, visando a melhora do peso de suas crianças, para assim poderem receber a vacinação de maneira eficaz.

As três estagiárias mencionadas eram alunas do último ano do curso de formação para educadora familiar, oferecido pela Escola Normal de Educação Familiar, uma instituição privada, mantida pela congregação religiosa Sociedade Das Filhas do Coração de Maria, originária da França e que atuava no Brasil desde a década de 1930. A proposta dessa escola normal era, além do magistério, oferecer para a elite curitibana uma educação feminina que visava não somente formar professoras, mas também boas mães e donas de casa, afinadas com o modelo conservador de inspiração católica tão presente na sociedade brasileira daquele período. Dentro dessa perspectiva, uma das preocupações dessa escola era sensibilizar suas alunas para a prática da caridade, o que era feito através da promoção do contato entre suas alunas com a população pobre e periférica da cidade, através de estágios em obras sociais mantidas por diversas associações filantrópicas.

Antes de 1988, a saúde pública no Brasil não era universalizada. Apenas tinha acesso a ela aquele/as trabalhadores/as com carteira profissional assinada, ou seja, a grande maioria da população brasileira não tinha acesso a saúde pública. Na época, a oferta de serviços de saúde – como Postos de Puericultura – era realizada por associações filantrópicas, mantidas pela sociedade civil, que atuavam em parceria com o Estado. Essa promoção de saúde como forma de “caridade” era afinada com os preceitos higienistas defendidos pelo discurso médico da época e pelo Estado, que observavam a necessidade de se combater as

“doenças do atraso” no Brasil, atuando sobretudo em estratégias que tinham como alvo a infância e a maternidade.

Ao mandar suas alunas para tais estágios, a recomendação da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba era a de que fossem trabalhados conteúdos morais nas aulas ministradas àquelas mulheres pobres. É a partir dessa perspectiva que pretendo aqui analisar a caridade como uma prática civilizatória. A partir do conceito de “poder pastoral”, proposto por Michel Foucault¹, pretendo entender esses estágios sociais como uma prática que, além de dirigir corpos – através do higienismo e da puericultura -, procurava também dirigir consciências – através de ensinamentos morais, alinhados com o modelo conservador católico, proposto pela escola confessional aqui analisada.

A fonte principal a ser analisada é o relatório final do estágio realizado pelas alunas Regina, Maria Cristina, e Vera Maria realizado no Clube de Mães do Posto de Puericultura Dr. Plínio de Mattos Pessoa, mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância “Saza Lattes”², entidade filantrópica atuante na cidade de Curitiba que durante aquele período mantinha 22 Clubes de Mães na cidade. Com aulas ministradas sempre às terças-feiras, os assuntos se enquadravam nos seguintes grupos temáticos: a) puericultura; b) higiene; c) nutrição e culinária; d) horticultura e jardinagem; e) verminoses e saneamento; f) enfermagem; g) administração do lar; h) corte e costura; e j) relações sociais. Temas esses que faziam parte dos conhecimentos adquiridos pelas alunas no curso de Educação Familiar, e que então eram aplicados durante esse estágio.

Além dos planos das aulas, cronogramas de aplicação e as atribuições de cada uma das alunas durante as atividades propostas, esse relatório apresenta o histórico do início das atividades daquele Clube de Mães e do Posto de Puericultura e uma espécie de levantamento socioeconômico do público atendido pelo posto, que abrangia a profissão

¹ FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes: 2008

² Uma curiosidade é que na década de 1970 essa associação era presidida pela médica sanitária e pediatra Zilda Arns, que posteriormente se tornou reconhecida internacionalmente por ter criado e dirigido a Pastoral da Criança, trabalho que lhe rendeu uma indicação póstuma ao Prêmio Nobel da Paz, após sua morte em 2010 no grande terremoto ocorrido no Haiti, onde ela se encontrava em missão humanitária na capital, Porto Príncipe.

daqueles trabalhadores, uma estimativa dos gastos das famílias (em educação, habitação, etc.), hábitos alimentares, animais domésticos possuídos, condições de saneamento, higiene e saúde – principalmente vacinas -, e até um levantamento sobre as práticas e vivências religiosas das pessoas assistidas pelo posto.

Desta maneira, além de demonstrar detalhadamente um exemplo de prática social realizada por alunas da Escola Normal de Educação Familiar, esse documento irá nos permitir uma série de reflexões sobre como era o olhar das elites para os mais pobres que neste posto eram atendidos; nas suas informações e omissões, o dito e o não dito, e como essas pessoas foram descritas nesse trabalho.

Outro importante conjunto de fontes a ser utilizado neste trabalho é a coleção de livros *Biblioteca do Lar*; trata-se de uma coleção de seis livros que, além de três dedicados a receitas culinárias, possuíam três volumes dedicados a civilidade: *Boas Maneiras em Família*, *Boas Maneiras em Sociedade e Orientações Indispensáveis à Família*. Escritos por Íside M. Bonini³ e lançados pela Editora Edigraf S/A na década de 1960⁴. Esses três volumes apresentam uma série de recomendações sobre civilidade e boas maneiras nas mais variadas situações, tanto em eventos sociais quanto na convivência em família, e ainda um volume com prescrições mais simplificadas que, segundo a autora, serviriam para a dona de casa com poucos recursos financeiros, mas que nem por isso deveria deixar de observar o comportamento e as atitudes corretas, ditas “civilizadas”. Nesse último volume, especificamente, apresentam-se recomendações divididas em temas como Economia Doméstica, Maternidade, Puericultura, Socorros Médicos de Urgência e dicas de alimentação adequada. E, em todos esses volumes, todas essas

³ Além de seu nome, poucas informações foram encontradas a respeito desta autora. Além desses livros, só foi possível constatar que ela também assinou uma edição, lançada pela mesma editora, com contos dos Irmão Grimm. Porém sua identidade e/ou maiores informações sobre a autora são nebulosas; existe, inclusive, a possibilidade de tratar-se de um pseudônimo, prática recorrente em livros de cunho moral e manuais de civilidade.

⁴ A data exata da publicação também não está explícita na edição aqui analisada: em uma de suas sessões, dedicada a instruções sobre como se deve escrever e enviar os mais variados tipos de correspondências observou-se a menção ao ano de 1963, o que nos permite situar sua impressão no início dos anos 1960 ou nos anos finais da década anterior.

orientações estão carregadas de um discurso moralista de viés religioso e cristão.

Tais fontes estavam presentes no arquivo pessoal de uma das autoras, Regina Célia, falecida em 2010, de quem sou filho. Logo, essas fontes tem uma história subjetiva ligada a mim, como filho de uma ex-aluna do Colégio de Educação Familiar e como historiador, quando encontrei seu Trabalho de Conclusão de Curso já no decorrer da minha pós-graduação em História, cuja presente pesquisa é também o meu trabalho de conclusão. Portanto, primeiramente eu lanço mão da minha posição de historiador e inicialmente escrevo sobre minha mãe apenas como filho, para apresentar brevemente como esse tema de pesquisa veio à tona.

A criação que eu tive não interferiu na minha escolha profissional, mas eu percebo como o apreço pela História foi algo que de certa maneira foi indiretamente influenciado pela minha mãe. Primeiro, a importância do hábito da leitura; depois, ao observar o gosto que tanto minha mãe quanto meu pai tinham por antiguidades, pela história de objetos antigos que eles gostavam de colecionar. E, após o falecimento do meu avô materno, em 1997, muitos livros e papéis pertencentes a ele ficaram sob a guarda de minha mãe. Hoje, após a formação em História, percebo como a minha mãe de certa forma havia se tornado a “guardiã da memória” da família, ao guardar muitos documentos de seu pai, que a eles ao longo do tempo foram sendo somados outros objetos de memória da família, como convites de formaturas e casamentos, coleções de fotos, os discos de vinil da família, enfim, toda uma série de papéis e objetos que acabaram se tornando uma espécie de pequeno arquivo da família, organizado por minha mãe.

A presente pesquisa começou a partir de uma parte deste arquivo. O ano era 2015, meu pai havia recentemente falecido, e já faziam cinco anos do falecimento da minha mãe. Nos anos após o ocorrido, eu, o terceiro filho, como historiador, acabei me tornando o seu sucessor natural nessa função simbólica de “guardião da memória” deste arquivo familiar. Eu completei minha graduação em 2008, uma especialização *latu sensu* em 2010, e desde então vinha apenas lecionando História na cidade de Porto União/SC até que, em um momento pessoal de grandes mudanças, resolvi fazer a arriscada aposta de voltar para os estudos acadêmicos e tentar cursar um mestrado. Após alguns anos longe das pesquisas, havia a dificuldade de delimitar um tema para um possível

projeto. Foi quando eu resolvi recorrer ao acervo de minha mãe, mais precisamente para uma coleção de livros intitulada “*Biblioteca do Lar*”, que, além de três volumes dedicados a receitas culinárias, possuía três volumes dedicados às “boas maneiras” e a pericultura.

Eu já sabia há vários anos da existência desses livros. Na minha adolescência, quando eu já havia desenvolvido o gosto pela leitura e estava formando a minha pequena biblioteca particular, eu sempre recorria aos livros da casa e à minha mãe para ver o que eu conseguiria trocar nos sebos da cidade por títulos do meu interesse. E minha mãe, elaborando seu próprio processo subjetivo de seleção, dava a palavra final sobre o que poderia ser trocado e o que ela queria que permanecesse na “estante da casa”, o que sempre foi o caso desta coleção. Eu mesmo, durante a graduação em História, acabei desenvolvendo uma curiosidade sobre esses manuais, sobretudo quando tomei conhecimento da obra do sociólogo Norbert Elias, que dedicou um volume inteiro do seu *Processo Civilizador* à análise de fontes dessa natureza. O porquê de minha mãe ter feito questão que esses livros permanecessem no acervo da casa acabou se tornando um mistério impossível de ser resolvido visto que ela acabou falecendo, mas eu, na posição de seu sucessor na condição de um “guardião da memória”, acabei respeitando sua decisão e mantendo esses livros por mais alguns anos, até que um dia eles acabaram se tornando minha primeira fonte de pesquisa para o meu projeto de mestrado.

Inicialmente eu pretendia propor uma discussão a respeito da representação da família burguesa no contexto dos processos de industrialização e urbanização ocorridos no Brasil ao longo do século XX. Como a temática da literatura de manuais de civilidade e os estudos de gênero eram então novidades para mim, um grande campo a ser explorado, logo ficou claro que a proposta inicial da minha pesquisa seria inviável, para não dizer pretensiosa, dado o tempo e o fato de que apenas três manuais seriam insuficientes enquanto fontes para os objetivos iniciais do meu projeto. Porém, logo ao chegar em Florianópolis e iniciar a minha pesquisa, tomei conhecimento do trabalho da professora Maria Teresa Santos Cunha, que forneceu a mim uma informação-chave para o desenvolvimento dessa pesquisa: a relação entre esses manuais de civilidade e as Escolas Normais.

No Brasil, esses manuais começaram a circular no final do século XIX, no momento em que as cidades brasileiras começam a crescer, com a mudança da elite agrária para o espaço urbano e uma nova burguesia

que começava a crescer no país. O mais antigo manual de civildade a circular no Brasil foi o “Código do Bom Tom”, escrito por J.J. Roquette em 1845, que em 1900 já se encontrava em sua sexta edição. Entre as décadas de 1920 e 1960, manuais de civildade passaram a compor o material didático usado em aulas de Civildade (ministradas sob vários nomes, tais como ‘Trabalhos Manuais, ‘Boas Maneiras’, Conhecimentos Gerais’, etc) como parte do currículo oficial para a formação de professoras nas Escolas Normais do país, especialmente nos estados da região Sul⁵.

Essa escolarização de manuais de civildade nas primeiras décadas do século XX nos permite pensar o que uma sociedade considerava que deveria ser transmitido por instituições de educação no período. Muito além de apenas ensinar etiqueta e boas maneiras, o uso desses manuais buscava preparar professoras para a vida em sociedade e a formação de alunos “*patriotas e perfeitamente afinados ao modelo católico*”⁶, normalizando comportamentos e visando práticas de sociabilidade que regulariam uma pessoa “bem-educada”. Se na primeira metade do século XX no Brasil havia uma intensa preocupação com os processos de modernização e urbanização em sua configuração sociopolítica, é pertinente pensarmos nessas leituras como uma forma de conformação e internalização de regras pautadas pelos preceitos de polidez, elegância e cortesia no âmbito de sociabilidades *aburguesadas*, bem como na associação entre as ideias de “urbanidade” e de “civilizado”.

Pois, se inicialmente esses “textos formadores” de *bons cidadãos* visavam o alcance das classes mais altas em que esses livros circulavam justamente com a intenção dessas regras de boas maneiras servirem como mecanismos de distinção social através do refinamento de seus modos e maneiras em relação às demais classes sociais, nesse período os discursos contidos em livros desta natureza buscaram se dirigir a todas as classes, adaptando seus postulados às diversas condições que possuía a maior parte da sociedade brasileira. Portanto, pode-se considerar essa escolarização das leituras de civildade como um processo de

⁵ CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha Modos! Manuais de Civildade e Etiqueta na Escola Normal (Anos 1920-1960). In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. COLUBHE06. Uberlândia/MG: UFU, 2006, p. 350-361

⁶ Op. Cit., p. 351

‘democratização’ das mesmas, como parte de uma necessidade de ampliar a propagação dessas regras que contribuiriam para a conformação da organização social que pretendia se estabelecer, o que foi facilitada pelo gradativo aumento da alfabetização no Brasil e pela possibilidade de se comprar livros, com o barateamento de suas edições.

Assim eu cheguei à formação da minha mãe como normalista, ainda na busca de entender como aqueles manuais de civilidade haviam sido adquiridos pela família – eu só sabia que eles haviam sido adquiridos pelo meu avô -, mas ainda não tinha maiores informações de como era realizada a leitura destes pela minha mãe e suas irmãs. Nascida em 1954, ela era a terceira filha de um pequeno industrial do ramo alimentício da cidade de Porto União-SC. Na década de 1960 seu pai começou a cursar direito na faculdade de direito da Universidade do Paraná, e após a sua graduação abandonou o ramo industrial e seguiu carreira como advogado, passando a trabalhar para uma das indústrias madeireiras da região. Em 1969, a empresa para qual ele trabalhava abriu uma representação na cidade de Curitiba/PR e a família mudou-se para aquela cidade. Minha mãe, então com 15 anos, foi matriculada na Escola Normal Colegial de Educação Familiar daquela cidade.

Regina Célia cursou nessa escola entre os anos de 1969 e 1971. Isso me levou novamente a seu acervo pessoal, e nele encontrei alguns papéis, tais como boletins, histórico escolar, relatório de estágio e um Trabalho de Conclusão de Curso. Analisando essa documentação (boletim, histórico escolar e trabalho de conclusão de curso) consegui traçar alguns paralelos que permitiram relacionar a coleção de livros *Biblioteca do Lar* com o conteúdo do curso. No conteúdo dos segundo e terceiro anos do curso haviam dois grupos de disciplinas intitulados “Educação para o Lar” (que compreendia Administração do Lar, Relações Sociais, Puericultura e Educação Familiar) e “Artes Femininas” (que compreendia Molde e Costura, Nutrição, Culinária, Trabalhos Manuais, Decoração de Ambientes e Música). Nestes grupos de disciplinas é possível relacionar o conteúdo dos manuais anteriormente citados: questões como etiqueta e boas maneiras em sociedade com as relações sociais, e as boas maneiras em família dentro da educação familiar.

No contexto histórico da época marcado pela urbanização, havia nos discursos desses manuais uma necessidade de ‘democratizar’ essas noções de ‘civilidade’. Assim eu cheguei ao trabalho de conclusão de curso realizado pela minha mãe, um projeto de “higiene alimentar”

aplicado no Posto de Puericultura Plínio de Mattos Pessoa, em um bairro carente da cidade de Curitiba. No conteúdo do projeto, além de noções de higiene, nutrição e culinária e puericultura, há tópicos de “administração do lar” e “relações sociais”. Como anteriormente mencionado, se o objetivo desta Escola Normal era relacionar moças privilegiadas com camadas marginalizadas, podemos associar esse trabalho com mães carentes como uma tentativa de levar a essas pessoas uma ideia do que era considerado como “civilizado” por uma camada burguesa do período.

Ao final do ano de 1971, a família de minha mãe retornou para a cidade de Porto União. No ano seguinte, minha mãe começou a cursar faculdade de Pedagogia na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória/PR, cidade vizinha, concluindo sua graduação no ano de 1975. Mas acabou exercendo a carreira de professora por pouco tempo. Casou-se em 1978, passou alguns anos residindo em outro município apenas como dona de casa, voltou para a cidade natal e para o mercado de trabalho durante a segunda metade da década de 1980 ocupando posições administrativas até o início da década de 1990, quando decidiu deixar o mercado de trabalho e tornar-se apenas dona de casa, até o ano de seu falecimento em 2010. E esses manuais foram mantidos entre seus objetos pessoais, mudaram de domicílio, de cidade e permaneceram até hoje. Ela nunca falou sobre esses manuais em específico, e pouco falava sobre sua formação na Escola Normal e sua breve carreira como professora. Como esses livros resistiram ao tempo? Por que foram guardados? Diante da impossibilidade de perguntar diretamente para a sua proprietária, me resta como pesquisador que os utiliza como fonte refletir a partir das discussões sobre os arquivos pessoais.

A morte, o corpo posto no esquife, o enterro e, depois, na casa do defunto, uma descoberta: uma mala conservada sob o leito do morto. Seu outro corpo. No cofre, um conjunto de papéis pessoais, coleção de lembranças de episódios de vida: segredos, um “jardim secreto”; aqui, um engajamento político, ali, uma paixão amorosa ou uma doença inconfessável. A abertura da mala e a leitura dos arquivos de uma vida; desvelamento do que foi subtraído para ser conservado; pequeno monumento erigido a si mesmo; recortes de jornal, cartas, mas também, para o herói das brigadas internacionais um saquinho de terra da Espanha, ou, para a mulher do fazendeiro, uma série de caderninhos íntimos.⁷

Assim Philippe Artières classifica a prática do autoarquivamento: a constituição de um “segundo corpo”, composto por papéis pessoais, lembranças de episódios de vida. É sobre todo um conjunto de gestos, que transformam simples práticas comuns em ‘pequenos altares singulares’, práticas específicas de um outro tipo de fabricação de arquivos, diferente daquela dos arquivistas profissionais que trabalham com arquivos institucionais.

Em um texto anterior⁸, Artières propõe algumas reflexões relacionadas ao ato de “arquivar a própria vida”. Segundo o autor, são poucos os acontecimentos em nossas vidas que não deixam vestígios escritos, porém só conservamos uma pequena parte dos mesmos. Isso porque muitos registros se perdem por certas práticas, porque retemos apenas alguns elementos e constantemente realizamos triagens em nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outras, mudamos de domicílio, realizamos “faxinas”. E quando nós mesmos não o fazemos, outras pessoas se encarregam de limpar as gavetas por nós. Também realizamos

⁷ ARTIÈRES, Philippe. ‘Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento’. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle e HEYMANN, Luciana. Arquivos Pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FAPERJ /Ed. FGV, 2014, p. 45.

⁸ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1998.

nossas próprias triagens e classificações, porém estas não duram: todos nós arquivamos nossas próprias vidas, arrumamos, desarrumamos, classificamos, construindo assim uma imagem para nós mesmos e para os outros.

Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens.⁹

Arquivar a própria vida não é privilégio de homens ilustres. Todos nós, em algum momento de nossas existências, por alguma razão, nos entregamos a esse exercício:

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo¹⁰

Prática produtiva, e de notável subjetivação. Em relação aos papéis de minha mãe, agora só posso pensar em possibilidades, sem nenhuma conclusão final. Em vida ela se referia sempre a experiência de estudar no Educação Familiar de maneira negativa, bem como a experiência de ter morado na capital paranaense. Eu não tinha a preocupação atual de interrogar de maneira mais profunda nos “porquês”, mas o que eu me recordo era sempre dela falando principalmente do convívio com meninas em posição social mais privilegiada: como se ela fosse ou se sentisse alvo de algum tipo de discriminação. Em relação ao

⁹ ARTIÈRES, O p. Cit. 1998, p.10

¹⁰ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1998, p. 31

magistério, ela era sempre vaga também em relação a sua não continuidade na área: o “salário não valia a pena”, ela “não tinha paciência para sala de aula”, etc. Outra pista vem de conversas com familiares, que afirmam que meu pai não queria ela trabalhando, após casada. Eis um ponto onde apenas posso fazer suposições, pois ambos não estão mais vivos para responder. Mas, partindo do pressuposto dos relatos negativos que eu ouvia dela em relação a esse período em Curitiba, como esse Trabalho de Conclusão de Curso, por que os documentos da escola e os manuais de civilidade resistiram a mudanças de domicílio, de cidade, a inúmeras reorganizações realizadas? Uma “prova de mim” em relação ao passado dela como estudante na capital do Estado? Uma dona de casa que guardava esses livros juntamente com seus papéis como forma a dar legitimidade como mulher de classe média alta que cursou uma boa escola e posteriormente um ensino superior, ostentando assim o seu capital escolar, ainda que de maneira silenciosa? Ou apenas pelo conteúdo das receitas culinárias para uso no cotidiano? Por quais motivos minha mãe teria guardado tais documentos? O que seu acervo fala sobre sua formação como educadora – que pouco atuou profissionalmente – e por que motivos ela manteve junto de si, ainda que de maneira silenciada, esse material até a sua morte? Ao analisar essas fontes conjuntamente, estou entendendo que tais fontes possuem relação entre si com a formação de minha mãe como normalista.

Além disso, a seção que trata de puericultura na *Biblioteca do Lar* apresenta uma série de informações alinhadas com o discurso médico daquela época e, uma vez que esses trabalhos de estágio faziam parte de uma ação filantrópica mantida pelas elites e aliada às políticas sanitaristas do Estado, faz-se possível estabelecer ligações entre o trabalho dessas alunas e o já citado discurso médico do período através da literatura de manuais de civilidade, já que estes também tinham como função traduzir as prescrições médicas da época em uma linguagem acessível para um público mais amplo, em uma sociedade em que o analfabetismo entre a população ainda apresentava altas taxas.

Outras fontes que foram consultadas para esse trabalho são documentos da administração da escola, localizados parte na Secretaria de Educação¹¹ e com a Congregação, que mantém um Instituto Social no

¹¹ Porém, afirma Cleusa Maria Fuckner, pioneira pesquisadora sobre o Educação Familiar, afirma ter se perdido a maior parte devido a uma inundação.

mesmo prédio onde funcionava a Escola Normal de Educação Familiar. Também foram utilizadas entrevistas com ex-alunas da escola. Segundo Guacira Lopes Louro:

A história oral pode e deve ser realizada não só para pesquisar sujeitos ou temas aos quais não se teria outra forma de acesso, mas também e com destaque, para responder as novas perguntas sobre antigos temas, provocar novos temas, abrir outras perspectivas de análise, estabelecer relações e articulações entre fatos, sujeitos e dimensões de um estudo. Estas preocupações podem algumas vezes, ser atendidas através do exame de registros escritos, mas ainda assim a análise de fontes orais representará um enriquecimento significativo¹².

Porém, é importante ressaltar que essas entrevistas foram realizadas por outra pesquisadora¹³ e, portanto, as perguntas haviam sido direcionadas dentro dos objetivos de sua pesquisa; porém, os testemunhos ligados à prática da caridade em atividades de estágio foram aqui utilizados, pois auxiliam na medida que apresentam a percepção de algumas ex-alunas sobre a experiência do estágio social.

Outras fontes utilizadas nessa pesquisa foram legislações do período, periódicos publicados na cidade de Curitiba/PR. Também foram consultados: o jornal interno do Colégio Estadual do Paraná, documentos oficiais como relatórios de governos como os de Manoel Ribas e Moysés Lupion e periódicos científicos de época como os *Archivos Paranaenses de Medicina* e a *Revista Médica Paranaense*, presentes no Arquivo Público do Paraná. Convém ressaltar que, como documentos oficiais, tais fontes expressavam os interesses dos governantes paranaenses e em seu discurso buscavam enaltecer suas administrações a frente do Estado e, em relação aos periódicos médicos, a visão “científica” de uma elite acadêmica sobre as camadas menos favorecidas de uma sociedade.

¹² LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Ed da Universidade UFRGS, 1987. p. 22

¹³ FUCKNER, Cleusa Maria. *Magistério e Casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986)*. Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado)-Mestrado em Educação: Universidade Federal do Paraná. 2000.

Portanto, discursos vindos “de cima”, mas que nos permitem observar como as classes dominantes enxergavam a questão da saúde pública, em especial da maternidade e da infância, entre os mais pobres.

Assim, forma-se o triângulo do bem-estar social, conceito inicialmente proposto pela historiadora norueguesa Anne-Lise Seip, e depois amplamente discutido por Eirinn Larsen¹⁴. Nesse esquema, as políticas públicas para com as camadas mais pobres são aplicadas em um esforço entre Estado (envolvendo aí o governo central, estados e municipalidades) e associações filantrópicas, que atuam na execução de tais políticas por meio da caridade. A partir dessa visão, podemos analisar a atuação das alunas da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba dentro de um contexto maior que envolvia as camadas privilegiadas da sociedade civil – através das associações que mantinham essas redes de Postos de Puericultura, por exemplo – e o Estado, através das diretrizes dadas pelo Departamento Nacional da Criança (criado durante a Era Vargas) e os Departamentos Estaduais da Criança (seus braços nas unidades da federação). E assim, analisar a prática do que proponho ser uma “caridade civilizadora” onde, juntamente com o trabalho social, toda uma série de valores conservadores e cristãos eram trabalhados por alunas mulheres de uma escola católica voltada para a educação das elites da cidade de Curitiba.

Outros fios condutores que serão úteis em minha análise são o geracional, o de gênero e de classe. Dentro da perspectiva geracional, pretendo entender a proposta educacional desta instituição como uma transmissão de valores entre gerações, uma vez que pela educação tais valores são transmitidos e ensinados de uma geração mais velha para a mais jovem. Nesse aspecto, soma-se à essa discussão a perspectiva do interacionismo simbólico, proposta pela Escola de Chicago, cujos principais nomes foram autores como George H. Mead e Herbert Blumer¹⁵. Tal perspectiva defende a importância da interação com outras pessoas na formação da identidade individual. Para os autores dessa linha, todos os seres humanos agem no mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. E tais significados são dados pela

¹⁴ LARSEN, Eirinn. Gender and the Welfare State. Maternalism – a new historical concept?. The Department of History, University of Bergen, Norway. Spring of 1996.

¹⁵ BLUMER, Herbert. A Natureza do Interacionismo Simbólico in: MORTENSEN, C. P. Teoria da Comunicação. São Paulo: Objetiva, 1980.

interação social – e aqui também vale ressaltar a importância do contexto e das dinâmicas de localização social – com cada indivíduo atribuindo a esses significados novas interpretações a partir dessas interações. Autores/as como Marcelo Alário Ennes inclusive ressaltam a validade das contribuições do interacionismo simbólico para se pensar os processos identitários, pois estes enquanto relações de poder, classificação e hierarquização social pressupõe indivíduos e grupos sociais orientando suas ações de diferentes maneiras em razão das diversas formas de interação nas quais esses indivíduos estão inseridos¹⁶. Para se pensar no contato entre adolescentes de famílias de elite em interação com mulheres pobres de periferia, em um curso sobre higiene e puericultura, é fundamental pensar na interação entre esses mundos diferentes para se propor reflexões sobre os possíveis significados que poderiam ser produzidos por todas as pessoas envolvidas, nesse encontro entre “mundos” distantes de uma mesma cidade, entre elite e periferia.

No caso da Escola Normal de Educação Familiar, que pretendia formar não apenas professoras, mas também ofertar uma educação pautada pela Economia Doméstica, buscando formar suas alunas para serem boas donas de casa, essas perspectivas também se entrecruzam com outro fio condutor, o de Gênero. Entendo-o aqui como uma categoria de análise que separa a biologia da cultura e se define como uma construção de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo assim uma forma primeira de significar as relações de poder¹⁷. A gênese desta categoria está ligada ao contexto da emergência do chamado “feminismo de segunda onda”, em meados da década de 1960, quando o trabalho de autoras como Simone de Beauvoir e Betty Friedan¹⁸ se popularizaram e, somados ao clima de contestação característico daquela década, propiciaram novas construções teóricas dentro das Ciências Humanas em que a “mulher” e/ou as “mulheres” passaram a ser foco de novos estudos. Vale lembrar, que nesse período houve uma cada vez

¹⁶ ENNES, Marcelo Alário. *Interacionismo Simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários*. Perspectivas, São Paulo, v.43, p.63-81, jan./jun.2013, p. 76

¹⁷ SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

¹⁸ *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1948); *A Mística Feminina*, de Betty Friedan (1963)

maior presença de mulheres na academia, e o desenvolvimento desses estudos, aliados com a contribuição teórica de correntes de pensamento como o marxismo, o estruturalismo e a obra de Freud fez com que, em meados de 1980, a terminologia “gênero” passasse a ser empregada nesses estudos, para marcar bem a diferenciação entre sexo e cultura¹⁹. E o caráter relacional dessa categoria de análise é importante por mostrar que as relações de gênero não se dão a priori; são sim construções culturais e históricas, dessa maneira rejeitando-se a ideia de que existam “papéis” masculinos e femininos, mas comportamentos. O gênero assim é também um fator constituinte de identidade e, portanto, plural, múltiplo, em constante transformação e se intersecciona com outras categorias como classe, etnia, etc. Portanto, o gênero está presente em diversas instâncias da sociedade, conforme afirma Louro, entre elas a educação:

Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros. Essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” – produzem-se, ou “engendram-se” a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.).²⁰

Na história da educação no Brasil, ainda que não fosse esse o objetivo inicial, as Escolas Normais foram se transformando em espaços femininos de educação, com o magistério se tornando rapidamente um lugar de atuação feminina na esfera pública aceita pela sociedade. E, no caso da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba, além da formação para o magistério, havia a proposta de educação “para o lar” e a prática da caridade, configurando assim os espaços do público e privado

¹⁹ Ver: PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2013. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

²⁰ LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.27

que, historicamente, foram construídos para as mulheres pelas relações de gênero. Magistério e lar, trabalhos para a mulher, mas no caso da Escola Normal de Educação Familiar a proposta não era para qualquer mulher, mas sim para uma mulher de elite, o que me leva a outro condutor proposto por esta análise que é o de classe.

Nas décadas de 1960 e 1970, o acesso à educação estava longe de ser algo democrático no Brasil, e nesse contexto a Escola Normal de Educação Familiar se diferenciava por se voltar para uma dada elite curitibana do período. E se a formação de futuras professoras e/ou donas de casas filhas de uma elite por uma instituição tinha a preocupação da sensibilização de suas alunas com a necessidade da prática da caridade, podemos perceber tal necessidade como algo específico de um grupo social para outro, e dentro dessa “caridade das elites”, tentar entender o olhar dessa elite para “o outro” pobre, bem como o trabalho social proposto pela Escola e presente no estágio de suas alunas uma tentativa de imposição de uma visão de mundo, de valores e comportamentos considerados corretos para um grupo social privilegiado para outro desfavorecido.

A educação feminina no Brasil, sobretudo na Escola Normal, é tema pertinente que atravessa os campos da História da Educação no Brasil e nos Estudos de Gênero, havendo trabalhos que já se tornaram referência nessas áreas de estudo e aos quais se somam um bom número de teses, dissertações e pesquisas publicadas, as quais a presente dissertação pretende somar sua contribuição.

Ivan A. Manoel²¹ mostra em seu trabalho como o Estado brasileiro, tanto ao final do Império quanto na República, optou por estimular a implantação das escolas católicas no Brasil com a finalidade de suprir as insuficiências da escola pública, e essa alternativa veio a calhar com o desejo das classes dominantes, que viam nessas escolas uma oportunidade de educar suas filhas dentro de uma perspectiva conservadora; e para a Igreja Católica, que via esses colégios como peça fundamental dentro da estratégia ultramontana de (re)cristianização da sociedade a partir do século XIX.

²¹ MANOEL, Ivan Aparecido. Igreja e Educação feminina (1859-1919): Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

Guacira Lopes Louro²² possui diversos trabalhos que são referenciais na área dos estudos de Gênero e Educação tendo, em vários trabalhos, mostrado como se deu o processo no qual no Brasil pós-Proclamação da República tanto o discurso positivista, quanto o religioso começavam a atribuir à mulher características que seriam de sua natureza e ideais para o exercício da profissão de professora, atributos que ligavam a função à maternidade e faziam do magistério quase um “sacerdócio”. Processo esse que vai ser citado também em produções de outras/os pesquisadoras/es, chamado de “*feminização do magistério*”. Podemos citar como exemplo o trabalho de Jane Soares de Almeida²³ que - analisando o desenvolvimento da educação feminina no Brasil, e em especial no Estado de São Paulo – desconstrói mitos sobre essa *feminização* e positiva como conquista para as mulheres a entrada no magistério. E Maria Teresa Santos Cunha²⁴, analisando as práticas de leitura de estudantes normalistas - de romances a manuais de civildade – mostrando como a formação dessas futuras professoras, e inclusive a leitura de romances (recomendados pela Igreja Católica) reforçavam esse ideal materno da profissão, chamado pela autora de *maternagem*

²² LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Ed da Universidade UFRGS, 1987. LOURO, Guacira Lopes; MEYER, Dagmar. A Escolarização do Doméstico. A Construção de uma Escola Técnica Feminina. *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 5, 1996, 129-159. LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997. LOURO, Guacira Lopes. *Mulheres na Sala de Aula*. In: PRIORE, Mari Del (org.); BASSANEZI (coord.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

²³ ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998

²⁴ CUNHA, Maria Teresa Santos. *Biblioteca das Moças: Contos de fada ou contos de vida? As representações de mulher e professora nos romances da Coleção Biblioteca das Moças*. São Paulo: Revista Projeto História, (11), novembro, 1994, p. 139-146; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Armadilhas da Sedução: os romances de M. Delly*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Tenha Modos! Manuais de Civildade e Etiqueta na Escola Normal (Anos 1920-1960)*. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação*. COLUBHE06. Uberlândia/MG: UFU, 2006, p. 350-361

simbólica. Rosenberg²⁵ também discorre sobre a evolução do acesso feminino a educação e a importância que o movimento feminista teve nesse processo, mesmo no contexto da ditadura.

A escola normal e a educação de mulheres da elite são temas que vem sendo estudados nas últimas décadas no campo das ciências humanas em diversos programas de pós-graduação no Brasil. Podemos citar como exemplo a tese de Alessandra Cristina Furtado²⁶, que analisou duas escolas normais na cidade de Ribeirão Preto/SP entre 1944 a 1964, uma do estado e uma confessional; estabelecendo uma comparação entre o ensino católico e o leigo cujas construções de gênero foram um dos focos analisados pela autora. E também dissertações como de Fernanda Ros Ortiz²⁷ que estudou relações de classe e de gênero em uma escola normal de Campo Grande/MS no período de 1946 a 1964, mostrando como, além da preparação para o magistério, o ensino das elites compreendia também uma formação mais extensa, incluindo aí a formação religiosa e as aulas de civildade; Antonio Gilberto Balbino²⁸, que analisou a formação católica das elites de Pouso Alegre/MG, evidenciando como a escola foi se constituindo em um lugar de consagração de uma determinada visão de cidade, das moças da cidade e de um tipo de comportamento construído através de práticas pedagógicas; Paula Leonardi²⁹ que analisa o prestígio de uma escola confessional da cidade de Rio Claro/MG, abordando aspectos relacionais entre a Igreja Católica e a educação e como se deu a

²⁵ ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres In: PEDRO, Joana Maria e PINSKY, Carla Bassanezi. Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2013.

²⁶ FURTADO, Alessandra Cristina. Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto - SP (1944-1964) São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado em Educação

²⁷ ORTIZ, Fernanda Ros. A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961). Fernanda Ros Ortiz. – Campo Grande, MS: UFMS, Campus de Campo Grande, 2014.

²⁸ BALBINO, Antônio Gilberto. Uma cidade, uma escola, muitas histórias: o Instituto Santa Dorotéia de Pouso Alegre - MG (1911-1976). 2008. Dissertação (Mestrado) -Mestrado em educação: Universidade São Francisco. 2008.

²⁹ LEONARDI, P. Puríssimo Coração: Um colégio de elite em Rio Claro. 222 f. Dissertação (Mestrado de Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

implantação de escolas mantidas por congregações religiosas estrangeiras no Brasil; Melina Brasil Silva Resende³⁰ que também analisa a procura por escolas católicas pelas famílias mais ricas, analisando uma instituição da cidade de Araguari/MG, e mostrando que, mais que profissionalizar mulheres para atuarem no magistério, colégios católicos mantidos por congregações faziam parte de uma proposta católica de recristianização da nação brasileira, almejando formar moças capazes de transmitir a fé católica às futuras gerações: ou como boa mãe e esposa e/ou como boa professora do ensino primário; Isabel Rozetti³¹ analisou a formação feminina em uma escola normal privada e católica de Tupaciguara/MG entre 1961 e 1977, problematizando os aspectos pedagógicos e disciplinares estabelecidos e desenvolvidos pela instituição, com o intuito de compreender se a composição curricular e disciplinar influenciou a formação profissional das alunas e se os princípios católicos colaboraram com a formação educacional e moral das estudantes; e Vilma da Silva Siqueira³² que também abordou a temática da educação feminina e a profissionalização do magistério, usando como recorte espacial a cidade de Vitória/ES, mostrando os entrelaçamentos entre a Igreja e a família enquanto agentes disciplinadores e controladores da conduta feminina, que vão direcionar a mulher para uma condição de esposa e mãe, criando as bases para a profissão de professora.

No Paraná, Léia de Cássia Fernandes Hegeto³³ analisou a Escola Normal Secundária no município de Maringá, entre os anos de 1950 e 1970, identificando as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que levaram à implantação do curso naquela cidade, e como essa instituição se tornou um espaço importante de formação de professores no

30 RESENDE, Melina Brasil Silva. O curso normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari-MG 1930-1947. 2006. Dissertação (Mestrado) -Mestrado em educação: Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

31 ROZETTI, I. Colégio Imaculada Conceição: a história do curso normal (Tupaciguara - MG, 1961 - 1977). 180 f. Dissertação (Mestrado de Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

32 SIQUEIRA, Vilma da Silva. Mulher: entre o lar e o status de professora - uma questão de educação. 2008. Dissertação (Mestrado) -Mestrado em história social das relações políticas: Universidade Federal do Espírito Santo. 2008.

33 HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. A escola normal secundária em Maringá: um importante espaço para formação de professores nas décadas de 1950 a 1970. Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. 2007.

movimento de criação e consolidação daquele município. Em Curitiba, Léa Resende Archanjo³⁴ realizou um estudo pioneiro nos estudos sobre gênero e educação no estado do Paraná ao analisar a construção das desigualdades entre homens e mulheres dentro do espaço do Colégio Estadual do Paraná e em como a mulher estava inserida na educação e na sociedade curitibana nas décadas de 1950 e 1960. E um dos trabalhos norteadores desta pesquisa é o de Cleusa Maria Fuckner, *Magistério e Casamento: Memória e Formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986)*, de 2000, por ter se dedicado à mesma instituição de ensino que estou analisando, sendo o primeiro trabalho acadêmico realizado sobre essa instituição.

Fuckner insere a escola no contexto de Curitiba no período em que ela funcionou, entre as décadas de 1950 e 1980, analisando sua proposta pedagógica sob três vieses – a formação religiosa, a formação para o magistério e a formação familiar pela Economia Doméstica. Através da história oral, a autora conseguiu construir cenas do cotidiano no “caça-marido”, e coletar depoimentos que nos permitem pensar a formação nessa escola na perspectiva das próprias ex-alunas. Além do magistério, a proposta da escola era educar para o matrimônio, em uma formação explicitamente voltada para as classes dominantes. A autora também mostra que maternidade e casamento era o que se esperava da mulher de classe média alta, branca e estudante, e isso acabou se internalizando nas alunas do Educação Familiar. Nessa escola, a formação do magistério servia como uma aliada junto à formação doméstica para as alunas arrumarem um “bom partido”, visto que o público-alvo das meninas que estudavam nessa escola não necessariamente dependia da formação no magistério para entrar no mercado de trabalho, por se tratarem de filhas de famílias pertencentes à elite curitibana. Porém, convém ressaltar que mesmo assim muitas das ex-alunas entrevistadas pela autora em seu trabalho acabaram seguindo a profissão de professora.

Depois deste apanhado sobre autoras e autores que discutiram gênero e sociedade através da educação, especificamente focando na educação de mulheres para o magistério em escolas católicas, acredito que meu trabalho se insere e pode contribuir ao aprofundar a discussão

34 ARCHANJO, Léa Resende. *Relações de Gênero e Educação Escolar: Colégio Estadual do Paraná (1950-1960)*. Curitiba, 1996. (140p). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná

dos aspectos moral e religioso na formação das alunas da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba/PR. E também sua inserção na sociedade através da prática da assistência social ocorrida nos estágios das alunas entre a população carente. Pois, tal procedimento permite entender aspectos da relação entre elite e classes menos favorecidas em uma Curitiba que se industrializava e via sua população periférica crescer. Esse grande número de pessoas que vinham do interior ou de outras regiões do país precisava ser “civilizada” pelo que a sociedade ali já estabelecida considerava como “tradicional”. E um dos instrumentos que essa civilização dos pobres pelas elites poderia dar-se era através da assistência social apresentada como “caridade”. Se, atualmente, vemos setores dominantes da sociedade brasileira constantemente criticando quaisquer políticas públicas que reconheçam direitos das populações pobres e/ou marginalizadas que não estejam diretamente ligadas aos interesses dos setores dominantes (exemplo: cotas, lei Maria da Penha, Bolsa Família, etc), em um Brasil do início da década de 1970, se tornando urbano e sob um regime ditatorial, políticas assistencialistas, clientelistas e *caridosas* poderiam servir como uma alternativa de “controle” das mesmas elites sobre as crescentes massas urbanas.

Portanto, outro referencial teórico importante desse trabalho serão as reflexões do sociólogo alemão Norbert Elias. Sua teoria dos “processos civilizadores” trata de como no processo histórico ocorreram mudanças na conduta e nos sentimentos humanos rumo a uma direção específica; ainda que essas mudanças não tenham sido planejadas por uma pessoa ou um grupo de pessoas, não significa que essa mudança tenha ocorrido sem um tipo específico de ordem³⁵. Dessa maneira, o autor mostra como, paralelamente ao processo de formação do Estado Moderno por meio da monopolização do poder da violência na figura do rei, o comportamento das pessoas foi sendo moldado, por sentimentos como vergonha ou repulsa, em autocontrole, e o padrão desse comportamento ao longo do tempo foi definindo aquilo que a sociedade ocidental passaria a considerar como “civilizado”. Analisando a mudança de padrões de comportamento através de manuais de boas maneiras, Elias mostra que esse é um processo que se dá dentro da estrutura social, geralmente oriundo das classes mais altas, que criam e difundem os seus ideais de

³⁵ ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Volume II: Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.193

“civilidade”, afirm de que toda a sociedade assuma esses padrões, que passam a ser considerados naturais, causando até um sentimento de autocontrole no indivíduo, que passa a considerar qualquer impulso fora do padrão como inadequado, repulsivo, anti-higiénico. O fator condicionante que a pressão da sociedade se dá ao indivíduo nos interessa por ser uma pressão condicionante:

Se analisarmos os modos de comportamento que, em todas as idades, cada sociedade esperou de seus membros, tentando condicioná-los a eles, se desejamos observar mudanças de hábitos, regras e tabus sociais, então essas instruções sobre comportamento correto, embora talvez sem valor como literatura, adquirem especial importância. (...). Mostram-nos com exatidão o que estamos procurando – isto é, o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo.³⁶

Elias não nega a possibilidade da ação individual de um sujeito em sociedade³⁷, mas mostra por meio do conceito de *figuração social* como o modo de vida em sociedade determina padrões de comportamento por meio da transmissão de um mundo simbólico que se dá entre gerações³⁸. Inicialmente, modelos ou padrões de conduta foram desenvolvidos nas sociedades de corte europeias como uma maneira de distinção entre nobreza e burguesia ascendente no jogo do poder³⁹, mas o que o autor mesmo mostra é como, na medida em que a rede de interdependência e as funções na sociedade vão se tornando mais complexas, a distinção entre classes mais altas e mais baixas vai se tornando menos distante, processo que Caus Wouters chama de processo

³⁶ ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – Volume 1: Uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

³⁷ ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos (organizado por Michael Schröter). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

³⁸ ELIAS, Norbert. Escritos & Ensaios. 1: Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 26

³⁹ ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da sociedade de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

de *informalização*, quando mostra como continuam os processos civilizadores no século XX.

Outro referencial teórico que inspira a análise que essa pesquisa se propõe a fazer é a temática do poder em Michel Foucault, sobretudo nas obras nas quais o filósofo francês trata do poder disciplinar e da *biopolítica*, conceitos nos quais é possível traçar paralelos com a obra de Norbert Elias. Na terceira parte de *Vigiar e Punir*, Foucault mostra como nos séculos XVII e XVIII foi se desenvolvendo o poder disciplinar, agindo diretamente sobre os corpos, para a geração de corpos “dóceis e “bem adestrados”. Para Foucault, o poder disciplinar é um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”. A disciplina assim “fabrica” indivíduos, sendo uma técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos do seu exercício⁴⁰.

Entre os seus instrumentos, como o estabelecimento de hierarquias e o exame, há um recurso da disciplina que pode ser utilizada para pensar a minha fonte: a sanção normalizadora. Ela funciona como uma infrapenalidade, cuja finalidade é qualificar e reprimir um conjunto de comportamentos que escapam aos grandes sistemas de castigos. Assim, Foucault observa na oficina, na escola, no exército, uma micropenalidade repressora que lida com o tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência), etc. Tornando penalizáveis as frações mais tênues da conduta, o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Segundo Foucault:

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

As marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que tem em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares. Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especificidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais⁴¹

Pois, se os ideais de “civilidade” surgem como mecanismos de distinção e por meio da pressão acabam sendo assimilados pelas demais classes sociais, eles mesmos podem ser uma norma que visa regulamentar, educar desvios, homogeneizar padrões de comportamento “adestrando” aquilo que possa ser considerado incorreto. Jacques Revel⁴² afirma que, com a civilidade, os procedimentos de controle social se tornaram cada vez mais severos, por meio de formas educativas, de gestão de almas e de corpos, encerrando o indivíduo em uma rede de vigilância cada vez mais compacta, ao mesmo tempo em que revalorizavam espaços coletivos da vida coletiva que antes eram protegidos, como a família⁴³. Assim, em Foucault, a norma é um instrumento articulador que atua tanto nos mecanismos individuais (a disciplina) quanto na população (a biopolítica), justamente por ser aquela que pretende se aplicar ao corpo em que pretende se disciplinar, quanto à população que pretende regulamentar.

⁴¹ Op. Cit. p.154

⁴² REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (orgs.). História da vida privada, v. 3. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009, p.170

Sendo assim, Foucault argumenta que a produção dos “normais” e dos “anormais” é resultado das práticas de assujeitamento e governamentabilidade que impõem e, em tão presente forma, fazem com que os indivíduos imponham a si mesmos um controle sutil e refinado, assimilando como virtude relações e práticas fundadas na arbitrariedade e que tendem a se travestir sob o aspecto irrefletido da naturalização⁴⁴

O estabelecimento do normal e do anormal em Foucault se aproxima da noção de Elias de modelagem social, que também vê a imposição de uma norma social (igualmente não planejada) como construtora de uma constituição psicológica dentro da qual emergem tantos os “bem ajustados” como os “desajustados”⁴⁵. De fato, a obra dos dois autores possuem semelhanças. Ambos concebem o poder de forma relacional, interdependente e, seja na sociedade de corte ou nas instituições disciplinares, ambos negam que esse poder seja algo localizado, estático e repressor. Além disso, tanto para Norbert Elias quanto para Michel Foucault, o poder exerce efeitos tanto na esfera íntima dos sentimentos quanto na pública dos governos, remodelando (segundo Elias) a maneira com que os indivíduos veem a si mesmos e produzindo (segundo Foucault) sujeitos enquadrados, dóceis e úteis⁴⁶.

Essa pesquisa foi dividida em duas partes. A primeira é dividida em três momentos, que visam contextualizar a discussão proposta por este trabalho. No primeiro momento, é apresentado o discurso médico higienista proferido no Paraná em revistas acadêmicas de medicina, onde defendia-se o higienismo para combater o “atraso” brasileiro e a construção de uma civilização “nos moldes europeus” em terras paranaenses. Para isso, as professoras passaram a ser consideradas naturais aliadas dos médicos na difusão dos saberes higienistas, uma vez

⁴⁴ MORAES E SILVA, Marcelo; CAPRARO, André Mendes; SOUZA, Juliano de; MARCHI JR, Wanderley. Norbert Elias e Michel Foucault – Apontamentos para uma Tematização Relacional de Poder. Florianópolis: Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis. Volume 11. Nº 1. Jan/jun./2014, p. 267

⁴⁵ ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos (organizado por Michael Schröter). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 204

⁴⁶ MORAES E SILVA, Marcelo; CAPRARO, André Mendes; SOUZA, Juliano de; MARCHI JR, Wanderley. Op. Cit.

que estas transitavam entre locais e populações em que os médicos tinham maior dificuldade de acesso, sobretudo entre as camadas mais pobres da população. Em seguida, é analisado como se implantaram no Paraná as políticas de Estado para a saúde centradas na infância e na maternidade, através de diretrizes criadas ainda no Estado Novo – formando assim o “triângulo do bem-estar social”, juntamente com as associações filantrópicas, onde estas atuavam como o braço do Estado na aplicação de tais políticas, na forma de caridade. Por fim, proponho uma reflexão de como o magistério e as Escolas Normais foram se tornando no Brasil, a partir do século XIX, espaços femininos de atuação na esfera pública – somados às funções de mãe, esposa e dona de casa – afinados a um modelo conservador católico.

Na segunda parte dessa pesquisa, primeiramente é apresentado um histórico da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba, desde sua fundação, passando pela proposta de sensibilização das elites para a prática da caridade através da promoção desses estágios em áreas carentes da cidade. Também é proposta uma reflexão, a partir de relatos de outras ex-alunas daquela instituição, sobre o quão efetiva era essa “sensibilização” a partir da visão das próprias ex-alunas. Em seguida, é apresentado um histórico da difusão de manuais de civilidade em escolas normais do país, para contextualizar a utilização da coleção *Biblioteca do Lar* como fonte para essa análise. E, por fim, a experiência de estágio das alunas Maria Cristina Zilli, Regina Célia Santi Corrêa e Vera Maria Ferreira é analisada em sua aplicação. Aqui procurarei demonstrar que, através da perspectiva do *poder pastoral* proposta por Michel Foucault, a prática da caridade, como a experiência nessa pesquisa analisada, era civilizatória pois, ao mesmo tempo em que buscava dirigir *corpos* – através da normalização higienista e do discurso médico puericultor -, também buscava dirigir *consciências*, através do conteúdo moral – analisado no discurso dos manuais da *Biblioteca do Lar* – afinado com o ponto de vista conservador e católico, que visava idealizar a mulher e a maternidade de acordo com uma mentalidade conservadora e profundamente religiosa, de cunho cristão.

PARTE I – MATERNAGEM E MATERNIDADE – A DIFUSÃO DO DISCURSO HIGIENISTA E DAS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICO ATRAVÉS DO MAGISTÉRIO FEMININO

Limpar a cidade e expulsar para longe do espaço que se pretendia purificado, toda uma forma de existência miserável e fétida que se amontoava como lixo nos velhos casarões, a população pobre, suja e feia. Os pobres e os sapos vão indo cada vez mais para longe⁴⁷

Assim Emilio de Menezes, poeta paranaense que fez carreira no Rio de Janeiro descreveu Curitiba na crônica *Reurbanizar a Cidade*, nas primeiras décadas do século XX após visitar novamente a cidade. Outro literato paranaense, Nestor Victor, viu nas palavras do conterrâneo uma imagem literária antes de um dramático retrato da realidade, mas também citou as transformações que a cidade de Curitiba passava na virada do novo século:

Aquelas pitorescas chácaras de outrora já perderam seu caráter vivamente campestre, enfileiradas agora em ruas regulares com outros prédios que lhe empobrecem a atmosfera e em muitos casos tiraram-lhe grande parte do terreno. Estão desaparecendo os leves chalés de madeira, e rareiam ainda mais as pobres casinhas de telhas encardidas, cujo aspecto, às vezes, era miserável. Os pobres e os sapos vão indo cada vez para mais longe, dizia-me Emilio de Menezes com a perversidade de quem não quer perder uma boa frase, tanto mais quando, realmente ela bem resume a situação. Está aí o motivo principal, acrescentou, porque não achas mais na cidade esse cheiro campesino e de que eu me recordo: com os pobres também vão-se distanciando também as culturas⁴⁸

⁴⁷ Emilio de Menezes *apud* GARCEZ, Luis Armando. Curitiba: Evolução Urbana. Curitiba: Rio de Janeiro, 2006.

⁴⁸ *Apud* GARCEZ, Op. Cit. 2006, p.62

Mais de meio século separam as narrativas acima expostas até o dia em que três alunas da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba/PR deram início a seu estágio social no distante e carente bairro do Pinheirinho. Maria Cristina Zilli, Regina Célia Corrêa e Vera Maria Ferreira iniciaram em 1969 o curso de formação para Educadora Familiar, curso que além das disciplinas básicas⁴⁹ e de *cultura religiosa*, possuía disciplinas como Administração do Lar, Relações Sociais, Puericultura, Educação Familiar e “Artes Femininas” (Molde e Costura, Nutrição e Culinária, Trabalhos Manuais e Música). Escola particular confessional, destinada às camadas mais privilegiadas da sociedade curitibana, fornecia uma adequação apropriada aos anseios de uma sociedade conservadora da época: a formação de moças para o magistério e, sobretudo, para o lar. Além disso, a escola – mantida por uma ordem religiosa – tinha entre seus objetivos promover o contato de suas alunas com a “realidade” dos mais pobres, através de estágios sociais que deveriam ser aplicados na periferia da cidade. As três alunas estagiaram no Clube de Mães do Posto de Puericultura Dr. Plínio de Mattos Pessoa, mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância “Saza Lattes”, instituição que absorvia parte das estagiárias do Educação Familiar. Entre os dias 27 de abril e 15 de junho de 1971, Maria Cristina, Regina Célia e Vera Maria deram início a um projeto de Higiene Alimentar:

⁴⁹ Português, Matemática, Inglês, Ciências, Geografia, Fundamentos da Educação, Teoria e Prática, Desenho e Educação Física (fonte: Histórico Escolar de Regina Célia Corrêa, Escola Normal Colegial de Educação Familiar de Curitiba-PR, acervo pessoal).

Como foi de nossa escolha, optamos para o trabalho com crianças. Através da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância “Saza Lattes”, entramos em contacto com o Posto Assistencial Dr. Plínio de Mattos Pessoa, a fim de desenvolvermos o nosso pequeno curso de “Higiene Alimentar”, com o objetivo de dar as mães maior noção de higiene, e principalmente dar a elas conhecimentos alimentar suficiente para que as crianças consigam o peso ideal para a vacinação, diminuindo assim a mortalidade infantil.⁵⁰

Praticamente meio século separa relatos de escritores falando de uma Curitiba que ao se transformar expulsava seus pobres “para longe” de um trabalho de estágio realizado por três jovens de famílias abastadas, cujo objetivo era ensinar mulheres pobres – que com certeza possuíam maior experiência com a maternidade do que três jovens recém-saídas da adolescência – como cuidar, *higienizar* e alimentar seus próprios filhos. A comparação de visões de uma Curitiba ainda no início de seu desenvolvimento com um trabalho de assistência social em uma cidade em pleno processo de urbanização e industrialização nos permite colocar uma série de questões que envolvem a transformação da cidade e as diferentes classes sociais envolvidas enquanto protagonistas dentre processo de mudança: os pobres e as elites locais. Que mecanismos o poder público desenvolveu para controlar uma população que ao longo do século aumentava cada vez mais? Qual foi o papel das elites locais nesse processo de disciplinamento e *civilização* dos mais humildes?

Nesta pesquisa, através do relatório de estágio de três alunas da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba-PR, pretendo pensar a atuação dessas estudantes, representantes de uma classe dominante, em um trabalho assistencial com pobres como uma prática civilizatória. Afinal, um dos objetivos da escola era de promover esse contato entre ricos e pobres através da filantropia e a orientação dada às estagiárias era a de aproveitar a aplicação desse estágio para promover entre as mulheres carentes orientações de cunho moral e religioso, afinadas com a visão de mundo e os valores de uma elite dominante. Ou seja, a caridade aqui será

⁵⁰ZILLI, CORRÊA, FERREIRA. Trabalho de Conclusão de Curso, realizado pelas alunas da Escola Normal Colegial de Educação Familiar, 1971, p.1.

entendida como uma *prática civilizatória*, e como uma relação de gênero por ser considerada uma prática feminina de atuação no espaço público. Em outras palavras, as futuras boas senhoras da sociedade, donas de casa dedicadas, deveriam preferencialmente dedicar sua ação pública na esfera da assistência, da caridade e do cuidado com os necessitados, ação essa perfeitamente afinada com um ideal e atitudes cristãs.

Além disso, outras questões se levantam a partir deste estudo de caso. A questão da saúde pública, por exemplo. Em meados do século XX era uma utopia pensar em um sistema de saúde de alcance universal (como ainda é atualmente). Ora, como se coloca a questão da saúde da população nas preocupações do poder público de uma cidade que vê, década após década, um grande contingente populacional, oriundo de cidades do interior do Paraná, de outras regiões do Brasil e até mesmo de imigrantes europeus? Considerando a saúde pública como um dispositivo de poder e o hospital (aqui pensando o Posto de Puericultura) enquanto instituição disciplinar na obra de Michel Foucault⁵¹, e percebendo que várias ações visando políticas para a maternidade e a infância naquela época eram realizadas por instituições não-estatais e filantrópicas, qual foi o papel desempenhado pelas classes privilegiadas enquanto mantenedoras de associações como a Saza Lattes no exercício do poder sobre a vida e a governabilidade do Estado? Deste modo, será possível perceber nesse estudo de caso uma união de gestão de corpos e almas, através de um trabalho que visava a saúde e a moral dos pobres, assumindo a ação filantrópica da elite o braço do poder público a controlar sua população carente.

Nas páginas seguintes, o percurso proposto será o de pensar as políticas higienistas que foram defendidas no Paraná e tentar articular a história das políticas para a maternidade e a infância em Curitiba, cujas origens remontam ao Estado Novo. Também pretendo refletir sobre como se deu a medicalização da gestação e dos cuidados nos primeiros anos dos bebês dentro desse contexto através de um órgão de estado, o Departamento Estadual da Criança, cuja parceria com ações filantrópicas das elites perduraram ao longo das décadas até período estudado para esse caso. Com esse percurso, acredito que será importante para dar um

⁵¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, 1979; FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*, 1980. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, 1987. FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade Volume 1: A Vontade de Saber*, 1988.

panorama geral que permita situar a análise do nosso estudo de caso, a atividade das estagiárias da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba.

1.1 Higienismo e saúde pública: poder sobre a vida, poder sobre corpos

Michel Foucault concebeu o conceito de *biopoder* para se referir à maneira com que o Estado, a partir da modernidade, passou a se preocupar com a gestão dos corpos da população, substituindo o direito de “*fazer morrer e deixar viver*” pelo de “*fazer viver e devolver a morte*”⁵². Esse poder sobre a vida que o Estado passa a exercer a partir do século XVII, segundo Foucault, se deu através de duas formas principais: pelo controle sobre corpos individuais enquanto máquinas, através da instituição das disciplinas (uma anátomo-política do corpo) e, a partir do século XVIII, centrando-se no

(...) corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população⁵³.

É em torno das disciplinas sobre o corpo e as regulações da população que se passou a organizar o controle sobre a vida na modernidade. Nesse contexto, a autoridade da figura do médico ganha mais força nas sociedades com o nascimento da Medicina Social que, para Foucault, surgiu juntamente com o desenvolvimento do capitalismo, pensando nos corpos enquanto força de produção, força de trabalho. Segundo o autor, a medicina social se desenvolveu na Europa (Alemanha, França e Inglaterra) através de três etapas distintas: a formação de uma

⁵² FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade Volume 1: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, dições Graal, 1988, p.129

⁵³ *Ibidem*, p. 130.

medicina de Estado, de uma medicina urbana e, por último, uma medicina da forma de trabalho⁵⁴.

A medicina de Estado se desenvolveu sobretudo na Alemanha, em meados do século XVIII, quando se criou uma verdadeira polícia médica que consistia em um sistema completo de observação das morbidades através da contabilidade pedida a hospitais, cidades e regiões; uma normalização da prática e do saber médico deixada a cargo das universidades e das corporações médicas; uma organização administrativa para controlar a atividade dos médicos e a criação de funcionários médicos nomeados pelo governo com poder e autoridade por regiões:

Com a organização de um saber médico estatal, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central e, finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médica estatal, tem-se uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam o que pode ser chamada de medicina de Estado⁵⁵

A segunda etapa no desenvolvimento da medicina social, segundo Michel Foucault, aconteceu na França em fins do século XVIII, onde apareceu uma medicina social cujo suporte era a urbanização. Na medida em que as cidades cresciam, sentiu-se a necessidade de criar uma unidade, de organizar o corpo urbano de maneira coerente, homogênea, sob um poder único e bem regulamentado. Isso se deu por razões econômicas (a cidade era o centro das relações comerciais e de mercado) e políticas, quando as tensões sociais começaram a simplificar no confronto entre ricos e pobres, plebe e burgueses, manifestadas através de agitações e revoltas urbanas cada vez maiores e mais frequentes:

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.80.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 84.

Nasce o que chamarei medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das *caves* sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar⁵⁶

É dentro desse pânico urbano que surge a inquietude político-sanitária que deu origem à medicina urbana, que essencialmente se constituía em: a) analisar, dentro do espaço urbano, os locais de acúmulo e amontoamento que poderiam se tornar locais de formação e difusão de fenômenos epidêmicos e endêmicos; b) um controle da circulação, não de pessoas, mas elementos, mais precisamente a água e o ar; e c) a organização de, por exemplo, locais de fontes, esgotos, etc. Esse processo, a que Foucault se refere como “a medicalização da cidade” foi importante por várias razões, como o estabelecimento de um contato entre a prática médica e outras ciências, como a química; o desenvolvimento de uma medicina não de homens, corpos e organismos, mas do ar, da água, das decomposições, em suma, uma medicina das condições de vida e dos meios de existência; e principalmente o aparecimento de uma noção que terá grande relevância para a medicina social: a noção de salubridade:

⁵⁶ *Ibidem*, p.86.

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no século XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio⁵⁷.

Operários e pobres, enquanto força de trabalho, não constituíram o primeiro alvo da medicina social, mas o último. Primeiramente, ela foi concebida como um novo braço do estado que se ocupou da cidade, para somente então tornar a população mais pobre objeto da medicalização. E isso, segundo Foucault, ocorreu no segundo terço do século XIX quando, na Inglaterra, o pobre começa a aparecer como um perigo. As razões para isso foram, inicialmente, políticas: a população pobre em processo de proletarização se tornou, nas cidades, uma força política passível de se revoltar ou, ao menos, de participar de revolta. Mas também pelo fato de que, se antes os pobres eram essenciais na cidade na medida em que eles/as eram os que transitavam por ela. Conhecendo toda sua área, eram eles/as os/as encarregados/as de serviços como, por exemplo, o de mensageiros/as. Quando começaram a se estabelecer serviços destinados a esses fins, como um sistema postal ou de carregadores, os pobres foram sendo dispensados em seus serviços prestados à cidade. E, por último, somou-se a isso medos políticos e sanitários cristalizados em torno da população proletária ou plebeia, como foco de irradiação de doenças, sobretudo após a cólera de 1832, na Inglaterra⁵⁸.

Desta maneira a medicina inglesa começou a tornar-se social: quando ela começou a comportar um controle médico dos pobres. E estes a esse poder se submetiam (porém, isso não implica que não tenha havido resistências), pois se beneficiavam do sistema de assistência criado. Dessa

⁵⁷ FOUCAULT, Op. Cit. 1979, p.93

⁵⁸ FOUCAULT, Op. Cit 1979, p.94.

maneira, algo importante e ambíguo surge na história da medicina social, segundo Foucault: uma assistência controlada, uma intervenção médica que auxilia a população pobre a satisfazer suas necessidades de saúde quando sua pobreza não permitia que ela o fizesse por si mesma; e, ao mesmo tempo, uma maneira que as classes privilegiadas, através de seus representantes no Estado, tinham de controlar os pobres e, conseqüentemente, garantir a proteção dos ricos. Os pobres encontram a possibilidade de se tratar gratuitamente ou sem grandes despesas e os ricos tentavam garantir não serem vítimas de epidemias que pudessem surgir entre os mais pobres:

De maneira geral, pode-se dizer que, diferentemente da medicina urbana francesa e da medicina de Estado da Alemanha do século XVIII, aparece, no século XIX e sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas⁵⁹.

A fórmula da medicina social inglesa foi a que teve um melhor êxito, segundo Foucault, pois possibilitou ligar: a) assistência médica ao pobre; b) controle de saúde da força de trabalho; e c) um esquadramento geral da saúde pública, permitindo às classes mais privilegiadas uma maior proteção dos perigos epidêmicos. E, através de ações visando a vacinação, o registro de epidemias e o controle sobre lugares considerados insalubres, criou um sistema de medicina administrativa eficaz para estender o braço do poder do Estado sobre a saúde pública.

Creio que a breve exposição acima acerca do nascimento da medicina social seja aqui pertinente, pois, antes de analisar o estágio social das alunas da Escola Normal de Educação Familiar com mães pobres em um Posto de Puericultura na periferia da cidade de Curitiba, faz-se necessário entender os contornos que a medicina social assumiu no Brasil e no Paraná, contornos esses que foram delimitados por discursos que, desde a Proclamação da República, associaram as ideias de civilidade e progresso a discursos higienistas, discursos esses que foram produzidos nas universidades e, sobretudo, entre a classe médica.

⁵⁹ *Idem*, p. 97

A virada para o século XX representou no Brasil, nos planos cultural e econômico, mudanças bastante significativas, como a queda da monarquia, a abolição da escravatura, o início da urbanização e da industrialização, a organização de um sistema educacional de âmbito nacional e a incorporação de novas tecnologias (como as vacinas). Em busca de um ideal de “progresso”, políticos e intelectuais brasileiros passaram a adotar discursos científicos que buscavam explicar o “atraso” brasileiro e, através da importação de fórmulas europeias, adotar medidas que visavam “civilizar” o território nacional.

Nesse sentido, a tese de Liliana Müller Larocca⁶⁰ traz uma grande contribuição ao analisar a história do estado do Paraná desde sua emancipação política de comarca a província, mostrando como o Estado adentrou na modernidade e sua intelectualidade aderiu às propostas republicanas de progresso e as traspuseram à realidade local, através da análise de periódicos científicos da época como os *Archivos Paranaenses de Medicina* e a *Revista Médica do Paraná*. Mostrando como, através de um discurso médico higienista, o Paraná buscou adentrar nos caminhos da modernização, ocorrida em várias frentes e nem sempre com resultados satisfatórios. O recorte temporal estabelecido pela autora (1886-1947) foi estabelecido através da criação da Inspeção Geral de Higiene do Estado do Paraná, até a criação da Secretaria de Saúde e de Assistência Social. Nesse período, o saber médico desenvolvido no Estado organizou uma proposta clínica e assistencialista de intervenção social, através de políticas higienistas⁶¹.

Nascido da visão do indivíduo em interação com o seu meio ambiente, o higienismo se consolidou como prática de saúde pública no início do século XX.

⁶⁰ LARocca, Liliana Müller. Higienizar, Cuidar e Civilizar: O Discurso Médico Para a Escola Paranaense (1886-1947). Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2009 (Tese de Doutorado)

⁶¹ LARocca, Liliana Müller. Higienizar, Cuidar e Civilizar: O Discurso Médico Para a Escola Paranaense (1886-1947). Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2009 (Tese de Doutorado), p. 18

Concebida em meados do século XIX como a ciência da melhoria da vida, capaz de interferir desde a concepção até a degenerescência e morte dos indivíduos, a higiene fez no Brasil e no Paraná interlocuções com várias áreas do conhecimento, transcendendo àquelas ligadas especificamente à saúde humana⁶².

Ainda permeada por discursos eugênicos e raciais de época, onde combatia-se a “degenerescência” da raça e defendia-se um “braqueamento” da população brasileira⁶³, as preocupações com o higienismo acabaram por voltar-se com as populações mais pobres, cujos hábitos de vida eram considerados um meio de propagação de doenças que contribuía para o “atraso” brasileiro. Além disso, as descobertas da existência de micro-organismos como agentes causadores de doenças desencadearam outras práticas que, além de visar procurar modificar os modos de vida da população, aumentavam o controle e a vigilância sobre essa. Isto acabou conferindo uma maior autoridade à figura do médico na sociedade:

As aproximações às propostas iluministas possibilitaram aos médicos representar o papel de guardiões da moral e da saúde dos homens. O conhecimento sobre o corpo, considerado máquina viva e a possibilidade de intervenção na transição do saudável para o adoecimento conferiu aos médicos pretensões de desenvolver múltiplos papéis conotados à ciência no processo de modernização e civilização do país, com destaque para o almejado papel de civilizadores⁶⁴.

Na Curitiba em desenvolvimento no século XX, também faziam parte do cenário urbano da capital mendigos, prostitutas, alcoolistas, crianças abandonadas, em suma, indivíduos em sua maioria provenientes das classes pobres que eram considerados, pela classe dominante daquele

⁶² LARROCCA, L. M. Op. Cit. 2009, p. 81

⁶³ Discurso este que, no Brasil – e especialmente no Paraná – aliou-se com a chegada em grande número de imigrantes europeus, movimento este visto na época como essencial para o “progresso” do país.

⁶⁴ LARROCCA. Op.Cit. 2009, p.28

contexto, como capazes de degenerar a sociedade paranaense e comprometer a “civilização” que se formava no Paraná, principalmente com a chegada dos imigrantes europeus⁶⁵. Isso, aliado a uma epidemia de febre tifoide que assolou a capital paranaense em 1918, fez com que, nas três primeiras décadas do século XX, fosse construída na cidade uma verdadeira “maquinaria do isolamento”, composta por leprosários, hospitais de isolamento, patronatos agrícolas, albergues e outros tipos de instituições que visavam atuar no “controle, vigilância, tratamento ou isolamento de uma população bastante heterogênea, visando além da exclusão, à reeducação dos indisciplinados⁶⁶”.

Porém, entre os higienistas brasileiros e paranaenses de início do século XX, o controle dessas populações perigosas não era o suficiente, e essa intelectualidade médica passou a defender a educação higiênica como principal arma para o combate ao atraso e ao progresso da sociedade:

Duas cousas são indispensaveis ao pleno successo da campanha pelo saneamento do Brazil: a creação da consciencia sanitaria nacional e a educação hygienica do povo. A primeira consiste em levar aos espiritos de todos aquelles que têm parcella de poder, e ás classes letradas, em geral, a necessidade imprescindível, como base solida do progresso economico, moral e social do paiz, de pautar todos os seus actos no sentido de promover por todos os meios o estado de saúde collectiva, sem a qual não há raça capaz, nem prosperidade possível, nem alegria, nem estímulo, nem moralidade, nem esforço productivo⁶⁷.

A cidade precisava ser higienizada. Era necessário drenar pântanos, alinhar e calçar ruas, controlar cursos de rios, instalar redes de água e esgoto, construir cemitérios e hospitais, arborizar praças e também vacinar o povo. Além disso, para os especialistas da época, era também importante professar o saber médico higiênico entre a população. Ainda

⁶⁵ Imigrantes que muitas vezes lá em suas regiões de origem eram, eles mesmos, esses pobres que a sociedade queria afastar, como presidiários, camponeses, mendigos, etc.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 45.

⁶⁷ PENNA, B. Arquivos Paranaenses de Medicina. Anno II, jun. 1921, n. 2, p. 31-34. Grafia original.

no século XIX, Trajano Reis, Inspetor Geral de Higiene do Estado do Paraná, escreveu:

Publicando este livro satisfação ao desejo que, há muito tempo, acariciava de escrever em língua pátria alguma cousa que concorresse para fazer conhecida entre o povo – a Hygiene. Em nosso paiz muito pouco tem-se feito em favor da hygiene publica e a privada é raro ser observada. É tempo de fazer despertar os nossos compatriotas do indifferentismo em que se têm conservado e empenha-los na campanha contra os males que nos affligem incessantemente. É preciso incutir no espirito publico a necessidade da hygiene, mostrar o papel importante que ella representa nas sociedades como elemento poderoso de prosperidade, tornar patente o auxilio illimitado que ella presta á conservação da saúde e da vida, demonstrar praticamente o quanto é ella poderosa como arma defensiva contra os nossos inimigos infinitamente pequenos, convencer que a observância dos seus preceitos é fonte de economia publica e particular, longe de ser de desperdícios e de luxo⁶⁸.

Desta forma, a escola acabou se tornando outro objeto das preocupações dos higienistas. Os conhecimentos médicos se preocuparam com a arquitetura escolar, com os tempos de aprendizado e descanso, com a higiene da escola e dos alunos, etc. Isso acabou gerando uma aproximação de políticos, intelectuais de outras áreas e médicos num movimento de repensar a educação do estado e a formação dos professores por ela responsáveis⁶⁹. O médico Belisário Penna, via na educação uma maneira de combater os “flagelos nacionais”:

⁶⁸ REIS, T. Elementos de Hygiene Social. Curitiba: Typ. e Lith. da Companhia Impressora Paranaense. 1894, p.293 *apud* LAROCCA. Op. Cit, 2009.

⁶⁹ LAROCCA. Op. Cit. 2009, p.68

[...] difundindo intensa e extensamente a educação higienica, para que aceitem todos, com animo bom, as medidas prophylaticas exigidas nas habitações e nos costumes da população; e, ao mesmo tempo, espalhando largamente a instrucção, que é a hygiene do espirito. O combate ás endemias e ao alcoolismo devem ser paralelos, e ao lado de cada Posto Sanitario para a cura do corpo e educação higienica, deve estar a escola para a cura do moral e educação do espirito⁷⁰.

Para aqueles médicos, o Paraná poderia ser regenerado pela educação, bastando apenas educar o povo:

⁷⁰ Archivos Paranaenses de Medicina, Anno II, jul. 1921, n. 3, p. 88.

[...] ensinar ás crianças e ás classes incultas, em linguagem acessível às suas intelligencias, e por outros meios, como as projecções luminosas, as figuras, as curas, etc. a razão de ser das leis sanitarias, das suas exigencias, com demonstrações praticas e exemplos frisantes e verdadeiros. A consciencia sanitaria entre as altas camadas dirigentes do paiz é já um facto, felizmente, embora com algumas restricções. [...] As restricções a que me refiro partem exactamente de um pequeno grupo da classe medica, exactamente a que mais interessada se deveria mostrar pela solução do magno problema sanitario. Na Sociedade de Medicina e Cirurgia da Capital Federal, um pequeno grupo dos seus associados não se cansa de atacar os serviços de prophylaxia rural, chegando a affirmar, sem apresentação de qualquer prova scientifica em contrario, e apenas por palavras (verba volant), que os vermes intestinaes são parasitos do homem, quase innocentes, e que as estatisticas referentes ás endemias [...] são exageradas [...] Temos de derrocar a rotina, as credices, as abusões, e infiltrar no cerebro, não só do camponio rude e analphabeto, mas egualmente no do alphabeto pretensioso e atrasado, as noções scientificas da biologia e da hygiene, a fim de salvarmos as gerações futuras, de impedirmos a continuidade da degeneração, que se vem realizando desde o inicio da nossa nacionalidade, pelo atraso do ambiente, e consequente estabelecimento de um estado morbido permanente, endêmico, e multiforme às vezes⁷¹.

Um futuro melhor para a nação e o estado, eis a tarefa que esses médicos tomaram para si, assumindo um papel civilizador. Se reconhecendo como porta-vozes da ciência, os médicos paranaenses organizaram uma cruzada visando a construção de uma ordem sanitária, caminho para o progresso em terras paranaenses. Porém, esses discursos produzidos pela intelectualidade paranaense não deixavam de apresentar

⁷¹ PENNA, B. Archivos Parananenses de Medicina. Anno II, set/out. 1921, n. 5-6, p. 215.

uma realidade idealizada, como se elaborando prescrições, normas e leis, o saber médico conseguisse civilizar o território. Mas, na realidade brasileira daquele período, em um país de dimensões continentais, com poucos médicos circulando fora dos grandes centros, tal tarefa se colocava como uma missão quase impossível. Desta maneira, higienizar e educar tornaram-se atividades complementares, e a escola acabou tornando-se um veículo de grande importância para o objetivo dos médicos higienistas do período.

No ano de 1927, foi organizada na cidade de Curitiba a I Conferência Nacional de Educação onde, em um universo de 112 teses apresentadas, 22 apresentavam o higienismo como tema principal⁷². A educação se consolidou como bandeira do movimento médico higienista, que acreditava que poderia suprir as deficiências pedagógicas ao ditar as regras de formação de corpos, disciplinados moral, física e socialmente.

As péssimas condições sanitárias das habitações, a convivência entre seres doentes sem recursos e sem a mínima prevenção a par com deficiências de alimentação, as agruras do clima, da escassez de meios de vida concorrem para depauperar os organismos [...] Reformar os hábitos de um povo, imprimir-lhe novas diretrizes à vida é trabalho insano e por vezes quase inútil, principalmente onde a maioria não atingiu o grau de cultura necessário à boa compreensão das grandes medidas de preservação da saúde pública, notadamente as que visam a cura e eugeniização populares [...] Vemos dum lado uma população assolada por doenças, doutro lado a miséria dessas multidões, que as inibe da mais rudimentar defesa contra sua própria degradação fisiológica. Sem uma providência nesse sentido, a eficiência dos habitantes tende a diminuir, com imediato reflexo na sua produtividade e, portanto, na riqueza municipal⁷³.

⁷² LAROCCA.Op. Cit 2009, p.100.

⁷³ Médico paranaense Carmeliano de Miranda. Revista Medica do Paraná. Anno II, n. 3, fev. 1932, p. 80.

A necessidade de disseminar os saberes médicos entre a população acabou por encontrar uma figura importante na ótica dos higienistas: a professora. Esta profissional estava muitas vezes em locais nos quais os médicos não circulavam, possuíam um domínio territorial que àqueles faltava, tornando-os assim também agentes civilizadores que precisavam ser convocados para a cruzada médica de construir o Paraná, por meio da saúde e da educação⁷⁴.

A professora, dotada de uma *maternagem simbólica* que inculcia em sua atuação profissional atributos relacionados à figura da mãe, acabou por se tornar também um agente civilizador, na ótica dos médicos higienistas, para salvar as famílias, educando-as para o bem viver e, também, as medicalizando. Dessa maneira, professoras normalistas também se toraram educadoras sanitárias, “mensageiras da saúde”, levando instrução, moral e saúde para a família brasileira, através de seus alunos⁷⁵. O “ensino higiênico” chegou às escolas, levando para alunos e professoras noções básicas de profilaxia de doenças e também noções de puericultura prática.

Transformar jovens normalistas em aliadas na construção de uma consciência sanitária nacional fazia parte da estratégia dos médicos, fazendo da educação higiênica um complemento inseparável da educação geral para formar cidadãos saudáveis e capazes de promover o progresso e a prosperidade no país:

[...] devemos educar não para a escola, mas para a vida. Preparar os indivíduos para a vida, conduzi-los de modo a que se tornem em elementos úteis e produtivos, eis o escopo do nobilitante exercício do magistério. Da cera virgem tem o educador de modelar, com habilidade de artista, o homem capaz. A educação não se limita somente a desenvolver as faculdades mentais. Vai mais longe. Tem também de cuidar do físico. Já passou em julgado a necessidade de se ampliar a educação dando-lhe cunho pratico acentuado. No que respeita à Higiene o papel do educador é de importância capital⁷⁶.

⁷⁴ LARROCCA. Op Cit. 2009, p.141

⁷⁵ ROCHA, H. H. P, 2003, p. 139-153

⁷⁶ Revista Medica do Paraná. Anno III, n. 1, dez. 1933, p. 12-13

Não basta combater o analfabetismo; é necessario higienisar pela educação e pelo saneamento [...] O ensino de hygiene nas Escolas Normaes deve ser intensivo, cuidando tanto da hygiene urbana como da rural [...] Nas escolas ruraes será obrigatoriamente ministrado o ensino de hygiene social, domestica e individual, de modo que desperte e crie, no alumno, a consciencia sanitaria rural. Hygiene da habitação, do vestuario, da alimentação, da bocca, do corpo: - ensinar a comer, a tomar banho, a dormir, a respirar, a calçar os pés, a vestir-se, etc. [...] Todos o Grupos Escolares municipaes deverão ser dotados de gabinete dentario que possa prestar assistencia ás crianças das escolas primarias ruraes, e também áquellas em idade pré-escolar⁷⁷.

A criança passa a se tornar alvo principal das preocupações dos higienistas, uma vez que ela será o futuro:

A formação de habitos bons, habitos sadios, na criança de tenra idade é o ponto de partida da educação. Embora sejam muito precários os nossos conhecimentos sobre a psicologia da criança de baixa idade, a qual Virchow julgava um ser puramente medular, o empirismo nos aconselha que não há mister esperar que a razão desperte para se iniciar a educação [...] A educação higiênica cifra-se na aquisição de habitos que lentamente incorporados ao automatismo psicologico formarão mais tarde a consciencia sanitária. Quanto mais cedo se a iniciar tanto mais reais os resultados. A criança registra passivamente as impressões recebidas⁷⁸

⁷⁷ Revista Medica do Paraná. Anno VI, n. 8, ago. 1937, p.304.

⁷⁸ Revista Medica do Paraná. Anno III, n. 1, dez. 1933, p. 14-15.

A instrução e a hygiene constituem as duas forças eugenisadoras capazes de salvar a criança da roça – o nosso caboclo de amanhã. A simples e rudimentar alfabetização nada adianta sem a complementar educação: educação civica, educação physica, educação economica, educação profissional, educação sanitaria, enfim, transformar o inconsciente e consciente [...] ⁷⁹.

A investigação sobre a criança no tocante ao corpo, a família e a escola era inviável com o número de médicos presentes no Paraná, de modo que essa missão precisava ser em parte delegada àquelas pessoas que estavam sempre em contato direto com os futuros cidadão paranaenses: as professoras ⁸⁰. A elas foram delegadas algumas responsabilidades, sempre com supervisão médica, relativa ao desenvolvimento de hábitos saudáveis e o dever moral em praticar e estimular a hygiene:

[...] como entender o que se chama educação? Educação é a ação exercida junto às crianças pelos pais, e depois pelos mestres, com o objetivo de inicia-las na pratica dos deveres morais. Em que consistem esses deveres? Compreendem os deveres para com a própria pessoa: cuidados higiênicos, bons hábitos, que formam o caráter pessoal [...] ⁸¹.

Neste percurso, pretendi demonstrar sucintamente a trajetória do discurso médico higienista no Paraná e como se deu a aliança deste com a educação, para buscar compreender as origens de práticas que culminarão, décadas mais tarde, nos trabalhos sociais desempenhados pelas alunas da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba. De fato, já no final da década de 1940 era presente na cidade um significativo número de trabalhos sociais centrados na infância, realizados por instituições ou serviços sociais, levantadas pelo médico paranaense

⁷⁹ Revista Medica do Paraná. Anno VI, n. 8, ago. 1937, p. 301-302.

⁸⁰ LAROCCA, Lilians Müller. Higienizar, Cuidar e Civilizar: O Discurso Médico Para a Escola Paranaense (1886-1947). Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2009 (Tese de Doutorado), p.207

⁸¹ Revista Medica do Paraná. Anno II, n. 5, abr./mai. 1933, p. 118.

Antenor Panphilo dos Santos, durante a 2ª Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria, sediada na capital paranaense:

Quadro 1- Trabalhos sociais centrados na infância, realizados por instituições ou serviços sociais em Curitiba na década de 1940

SERVIÇOS	a) Centro de Saúde da Capital	Higiene Infantil
		Higiene Pré-Natal
		Higiene Dentária
		Oftalmo-oto-rino-laringologia
		Pré-escolar
	b) Departamento Estadual da criança	Lactário
		Hospital de crianças
		Centro de Puericultura (em organização)
	c) Associação de Assistência à criança do Paraná	Posto de Puericultura (Porção, Guabirota, Mercês, Juvevê e Santa Felicidade)
		Em projeto (Cajuru, Campo Comprido, Umbará)
	d) Faculdade de Medicina	Ambulatório de Pediatria
		Hospital de Crianças
	e) Centro Paranaense Feminino de Cultura	Posto de Puericultura
	f) Departamento de Assistência Social	Abrijo de Menores
		Escola de Trabalhadores Rurais "Campo Comprido"
g) Federação Espirita do Paraná	Associação de Proteção ao recém-nascido	
h) Sociedade de Socorro aos Necessitados	Escola Maternal	
i) Legião Brasileira de Assistência		
j) Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos do Paraná e Santa Catarina	Serviços de Pediatria	
k) Orfanato São José		
l) Asilo São Luiz		
m) Associação de Proteção aos Lazaros e Defesa contra a Lepra	Educandário Curitiba	

(FONTE: LARocca. Op. Cit. 2009, p. 224)

Com a chegada da década de 1950, os cidadãos paranaenses clamam não por higiene e educação, mas pela assistência à saúde e a

oferta de especialidades médicas voltadas ao atendimento das necessidades da população. A pauta deixou de ser a educação higiênica na escola para ser a necessidade da organização de serviços, a descentralização de ações e a criação de um órgão normativo único, o Ministério da Saúde, em 1953. A seguir, pretendendo apresentar como se estruturou no Estado do Paraná as políticas de saúde visando a maternidade e a puericultura, para contextualizar os espaços de aplicação de estágios sociais das alunas da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba: os Postos de Puericultura.

1.2 A maternidade e a puericultura como alvo das políticas do Estado

As primeiras políticas públicas de proteção à maternidade e à infância no Brasil datam da década de 1940, durante o período do Estado Novo, consolidadas a partir da criação do Departamento Nacional da Criança em 1942. A dissertação de Michele Tupich Barbosa⁸² analisa como se deu a implantação dessas políticas no estado do Paraná, políticas essas que, segundo a autora, permaneceram até a década de 1960 nos mesmos moldes e propostas delineadas durante o Estado Novo.

Nesse período, o amor maternal foi bastante explorado como estratégia para a modificação e inculcação de hábitos e valores cotidianos das mulheres e seus filhos, dentro da ideologia estadonovista que intencionava a criação de um “homem novo” para o Brasil⁸³. Durante aquele período, foram criadas políticas públicas de proteção à maternidade e à infância em um modelo de intervenção estatal que aliava o governo central (federal e estadual) e as municipalidades. Para isso, Barbosa lançou mão do conceito de “triângulo do bem-estar social”, inicialmente proposto pela historiadora norueguesa Anne-Lise Seip, e depois amplamente discutido por Eirin Larsen⁸⁴. Nesse conceito, entende-se a interação entre estado (instâncias federais, estaduais, e

⁸² BARBOSA, Michele Tupich. *Sobre Mães e Filhos: As Políticas de Proteção à Maternidade e à Infância em Guarapuava (1940 a 1960)* (Dissertação de Mestrado). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012.

⁸³ BARBOSA. Op. Cit. 2012, p.49

⁸⁴ LARSEN, Eirinn. *Gender and the Welfare State. Maternalism – a new historical concept?* The Department of History, University of Bergen, Norway. Spring of 1996.

municipalidades) e organizações sociais – como instituições filantrópicas e de caridade – sendo o Estado o responsável pela elaboração de políticas públicas cuja implantação e operacionalização ficariam a cargo das municipalidades, que recorriam ao auxílio de instituições filantrópicas, que acabavam atuando como braço da intervenção do Estado em assuntos relacionados à esfera familiar e a normalização da infância e maternidade. Barbosa aponta para esse conceito para melhor entender a relação que se estabelece com o Departamento Nacional da Criança e as ações de entidades filantrópicas paranaenses. Uma delas, a Associação de Proteção à Maternidade e Infância “Saza Lattes”, foi justamente a mantenedora do Posto de Puericultura onde foi realizado o estágio social as alunas do Educação Familiar por esta pesquisa analisado.

Esse caráter paternalista e protetor do Estado Novo já estava explícito no programa da Aliança Liberal derrotada na eleição de 1930 pelas oligarquias paulistas, e que mais tarde viria a tomar o poder liderada pela figura de Getúlio Vargas:

Não se pode negar a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. O pouco que possuímos em matéria social não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos assumidos. (...) A atividade de mulheres e dos menores nas fábricas e estabelecimentos comerciais estão em todas as nações cultas subordinadas a condições especiais, que entre nós até agora infelizmente se desconhecem. Urge uma coordenação de esforços entre governo central e os Estados, para o estudo de adoções de providencias de conjunto, que construam o nosso Código de Trabalhos. Tanto o proletariado urbano como o rural necessitam de despontar tutelas aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiares. Tais medidas devem compreender a instituição da educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, aos inválidos e aos idosos; o crédito, o salário e até o recreio como o desporto e a cultura (...)⁸⁵

A questão social já se apresentava como mola propulsora para políticas públicas tais como as que vinham se desenvolvendo em países europeus no período entreguerras. Na tentativa de evitar o surgimento de movimentos políticos revolucionários em torno da pobreza e da pauperização social, defendia-se em vários países um projeto político social que amparasse os menos favorecidos ao mesmo tempo em que se estabelecesse um controle das massas, conduzido por um Estado forte e comandado por um líder carismático. O sucesso desses regimes europeus acabou encontrando eco na América Latina, sobretudo no Brasil de Vargas e na Argentina de Perón⁸⁶. No autoritarismo do Estado Novo,

⁸⁵ Plataforma da Aliança Nacional de 1930, *apud* BARBOSA. Op. Cit 2012, p.26.

⁸⁶ C.f. FARIAS Pinheiro y OLIVEIRA Dias. Questão Social: um conceito revisitado. Contribuciones a las Ciencias Sociales. Febrero, 2009; CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo, o que trouxe de novo. In FERREIRA, Jorge e

presumia-se que a democracia não se constituía na liberdade, mas na justiça social e no socorro aos pobres, sendo essa a origem das políticas, por exemplo, de organização do trabalho e de defesa dos direitos dos trabalhadores que acabariam por contribuir para imagem de Getúlio Vargas como “Pai dos Pobres”⁸⁷

O Brasil possuía uma altíssima taxa de mortalidade infantil entre as décadas de 1930 e 1940, e o Estado Novo procurava despolitizar esses fatos transformando-os em questões científicas, jurídicas e médicas, as quais poderiam, sem dúvida, ser tratadas por técnicos e especialistas:

Os órgãos estatais apoiavam-se no discurso da classe ascendente de profissionais liberais que serviam o Estado, tais como profissionais da saúde, legisladores e juristas. Estes profissionais defendiam um modelo de casamento moderno e higiênico, origem das famílias e das relações estáveis, saudáveis e felizes. Para isso foram promovidos meios sutis de controle e persuasão através das escolas, dos serviços médicos e principalmente da assistência social. O Estado procurava promover e legitimar o casamento e a família nuclear como instituições naturais e socialmente necessárias para todas as classes, e com isso, definir e assegurar os interesses das mulheres como mães⁸⁸

Visando a formação de uma população forte e sadia para, conseqüentemente, dispor de uma mão de obra abundante e saudável, o caráter paternalista, autoritário e intervencionista do Estado Novo projetou nas mães e crianças o caminho para atingir tais objetivos, unificando as mulheres através da maternidade em políticas que culminaram na criação do Departamento Nacional da Criança. Deste modo, foi conferida aos médicos puericultores a função de modernizar as práticas da maternidade, assim como o cuidado com as crianças:

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸⁷ C.f. LEVINE, Robert. Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁸⁸ BARBOSA. Op. Cit. 2009, p.30

No Estado Novo as preocupações relativas à maternidade e à infância foram tratadas pelo viés modernizador e científico, do mesmo modo que a família, pois eram parte integrante do projeto de estabelecimento de um modelo de cidadania. Os médicos puericultores foram os aliados de Vargas na elaboração dos projetos de proteção da maternidade e da infância, tendo em vista que defendiam o bem-estar das crianças, pois para eles as crianças eram o futuro da nação e, portanto, era necessário combater a mortalidade infantil, as doenças e dificuldades que afetavam as mães e seus filhos⁸⁹.

Os médicos puericultores elaboraram um projeto de intervenção nas práticas da maternidade. Para eles, a grande causa da mortalidade infantil e das moléstias que acometiam a infância tinham como origem a ignorância e a displicência das mães, sobretudo as pobres, vistas pelo saber médico da época como seres atrasados e ignorantes. Eram consideradas despreparadas para educar as crianças, por não terem conhecimentos a respeito da saúde infantil, da necessidade do acompanhamento pré-natal, dos benefícios da amamentação, bem como possuidoras de hábitos alimentares e higiênicos atrasados e equivocados⁹⁰. Muitas mães acabaram por aderir aos novos saberes médicos puericultores aceitando-os inquestionavelmente e contribuindo para difundi-los na sociedade brasileira ao longo do século XX⁹¹. Legitimados pelo discurso médico, através do Decreto Lei N. 2.024 o Estado Novo implantou em 1940 o Departamento Nacional da Criança (DNCr):

⁸⁹ *Ibidem*, p. 39

⁹⁰ C.f. FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009

⁹¹ BARBOSA. Op. Cit. 2009, p.40

Será organizada, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida⁹².

Assim como os médicos higienistas do início do século anteriormente citados, os médicos do Departamento Nacional da Criança também acreditavam que a maior parte dos problemas apresentados pelas crianças, bem como a diminuição das taxas de mortalidade infantil, poderia ser resolvida através da educação. Sem levar em conta as dificuldades que a pobreza das famílias carentes implicava, passaram-se a desenvolver cartilhas educativas onde conhecimentos técnicos de puericultura em relação ao preparo dos alimentos, higiene e noções de psicologia, sem necessariamente ter certeza de que as mães brasileiras conseguiriam entender e colocar em prática tais ensinamentos⁹³. Por isso, entidades filantrópicas se tornaram tão importantes para as políticas do Estado Novo para a infância e a maternidade: o Departamento Nacional da Criança e os Estados lançavam as diretrizes das políticas que eram aplicadas nas municipalidades por essas instituições, dentro do esquema proposto por Eirinn Larsen do “triângulo do bem-estar social”.

O Departamento Nacional de Criança dividia as mães em grupos e níveis de proteção, das mães de famílias de classe média, mães que necessitavam trabalhar e, sobretudo, as mães de famílias pobres, desempregadas ou em atividades temporárias de trabalho. Seu foco principal, contudo, eram justamente as mães economicamente menos favorecidas:

⁹² Decreto Lei N. 2.024 de 17/02/1940

⁹³ BARBOSA. Op. Cit. 2012, p.42

As famílias que viviam na miséria ou as que as mulheres prestavam serviços como de empregadas domésticas, zeladoras e garis, eram consideradas de risco e dignas de compaixão e amparo por parte do Estado. Cabe evidenciar que as mulheres pobres eram consideradas ignorantes pela ausência de conhecimento e pela pobreza em que viviam. O seu lar era tido como inevitavelmente instável, e o seu filho, um abandonado material e/ou moralmente⁹⁴.

Para essas mulheres, o Departamento Nacional da Criança criou alguns serviços assistenciais, como o de assistência obstétrica familiar; o programa “Gotas de Leite”, que tinha por objetivo a distribuição de leite para mães pobres, distribuição essa administrada por Postos de Puericultura nas municipalidades; e as “Missões da Infância Feliz”, que visavam a distribuição de alimentos. Já para as mulheres de classes mais alta, as intenções do Departamento Nacional da Criança eram outras: para estas, realizavam-se campanhas buscando o seu engajamento na filantropia, sobretudo em trabalhos com idosos, crianças e mães pobres.

Esse apelo, retomando o conceito anteriormente exposto de “triângulo do bem-estar social”, era uma tentativa do Estado em dividir através da filantropia a responsabilidade na gestão de programas assistenciais. E este apelo foi respondido por mulheres benemerentes que, impulsionadas pelo discurso religioso, passaram a se engajar em ações como Clube de Mães ou Chás Beneficentes, conduzidas por entidades filantrópicas.

Exemplo dessas entidades, uma das primeiras do Brasil foi a Legião Brasileira de Assistência, fundada em 28 de agosto de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas, sendo uma entidade de caráter público, contando com o apoio das Federações de Comércio e da Confederação Nacional da Indústria. Inicialmente direcionando seus esforços para atender familiares de combatentes brasileiros que estavam na Europa com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, logo esta entidade se tornou importante aliada do Estado Novo em sua parceria com o Departamento Nacional da Criança:

⁹⁴ PEREIRA, André R. V. V. *apud* BARBOSA. Op. Cit 2002, p. 48

A primeira-dama Darcy Vargas agregou mulheres das classes mais privilegiadas para compor uma legião de combatentes femininas que mesmo não indo para o cenário da guerra na Europa deveriam atuar no Brasil como verdadeiros soldados naquilo que eram capazes de fazer: cuidar dos mais necessitados, principalmente das famílias dos pracinhas. Logo que a guerra acabou o Boletim Informativo da LBA explica que em tempos de paz os serviços de assistência social seriam prestados em colaboração com o poder público e outras instituições privadas abrangendo uma ampla gama de serviços. Ao observarmos a sua estrutura nota-se que a LBA foi organizada como um super-ministério ou uma super-secretaria, abarcando serviços que iam da assistência social à saúde, da educação à habitação, da pesquisa social à propaganda, enfim, atuando em diferentes frentes de ação, que não por acaso foram prioritárias durante o governo Vargas⁹⁵

A Legião Brasileira de Assistência continuou seus trabalhos após o Estado Novo, mantendo a tradição de ser presidida por primeiras-damas brasileiras. Durante os anos de funcionamento da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba, também recebia suas estagiárias para trabalhos sociais. A LBA acabou extinta no primeiro dia de mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)⁹⁶, após uma série de denúncias de compras fraudulentas de leite em pó durante a gestão da ex-primeira dama Rosane Collor.

Mas entre o Departamento Nacional da Criança, que elaborava, organizava e fiscalizava as ações que seriam aplicadas nas municipalidades, através da ação de entidades filantrópicas, havia a necessidade de uma intermediação em cada estado da federação, de modo que, a partir de 1941, o DNCr passou a estimular a criação, nos estados brasileiros, de estruturas denominadas Departamento Estadual da Criança

⁹⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.16.

⁹⁶ Através do art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995

(DECr), que também acabaram incorporando em seus planos de ações a participação filantrópica conjunta com as entidades que colocavam em prática as políticas públicas do governo central para a maternidade e a infância:

Art. 1º Será organizada, em todo o país, a proteção à maternidade, à infância e à adolescência. Buscar-se-á, de modo sistemático e permanente, criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem-estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida.

Art. 2º Para o objetivo mencionado no artigo anterior, far-se-á, nas esferas federal, estadual e municipal, a necessária articulação dos órgãos administrativos relacionados com o problema, bem como dos estabelecimentos ou serviços públicos ora existentes ou que venham a ser instituídos, com a finalidade de exercer qualquer atividade concernente à proteção à maternidade, à infância(..)⁹⁷

No Paraná, as primeiras ações a favor do bem-estar materno e infantil ocorreram durante o governo do interventor Manoel Ribas (1932-1945), quando foram estabelecidas maternidades em diversas cidades paranaenses e um Hospital da Criança em cada um dos seis distritos sanitários do estado⁹⁸. Em 1941, foi implantado o primeiro lactário paranaense, sediado em Curitiba, visando “alimentar lactantes, aos quais faltava ou era insuficiente o seio materno, e crianças cujos meios não permitiam uma alimentação láctea qualitativa e quantitativamente racional”⁹⁹. Mas foi no governo de Moyses Lupion (1947-1951) que o Departamento Estadual da Criança foi criado através do Decreto-lei nº 615 de 13 de maio de 1947. Suas funções seriam

⁹⁷ Estatuto do Departamento Nacional da Criança, 07/02/1940.

⁹⁸ BARBOSA. Op. Cit. 2012, p. 54

⁹⁹ Arquivo Público do Paraná, acervo Relatórios de Governadores: Relatório das realizações do interventor Manoel Ribas. Curitiba: p. 44.

estimular e orientar a organização de estabelecimentos municipais e particulares, destinados à proteção da maternidade, da infância e da adolescência, bem como promover a cooperação do Estado com os municípios e instituições de caráter privado, mediante a concessão de subvenção ou auxílio estadual destinado à manutenção e ao desenvolvimento¹⁰⁰

Na prática, a responsabilidade do Departamento Estadual da Criança era a realização de relatórios e estudos relativos à promoção da maternidade e da infância nas cidades paranaense, e também a promoção e organização de campanhas educativas visando a orientação materna. Também era da competência do DECr a vistoria e manutenção dos Postos de Puericultura em todos os municípios paranaenses¹⁰¹. Na administração de Moysés Lupion, foi criada a campanha “*Um posto de puericultura para cada município*”, muito elogiada em congressos nacionais de puericultura e pediatria. Acreditava-se que esses Postos eram essenciais, pois “a assistência ao binômio Mãe-Filho deve ser encarada em forma integral, isto é, vale dizer, sob o duplo ponto de vista médico-social e levada até a intimidade do grupo familiar¹⁰²”.

Nos municípios, deveriam ser constituídas Juntas Municipais de Proteção à Infância para organizar os Postos de Puericultura, que deveriam ser postos de serviços de Higiene Pré-Natal, com assistência domiciliar ao parto; serviços de Higiene Infantil e um lactário (dividido em sala de esterilização, de preparo e de distribuição) tendo ainda em anexo, a Cantina Maternal:

¹⁰⁰ Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná, seção de documentos paranaenses: Realizações do Departamento Estadual da Criança durante o governo de Moysés Lupion. Curitiba, 1947, p. 270

¹⁰¹ BARBOSA. Op. Cit. 2012, p.58

¹⁰² Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná, seção de documentos paranaenses: Realizações do Departamento Estadual da Criança durante o governo de Moysés Lupion. Curitiba, 1947, p. 283.

Em linhas gerais, o plano compreendia: a) a criação de um órgão supremo de direção geral – a Junta Municipal de Proteção à Infância ou, simplesmente, Junta da Infância; b) serviços de amparo à maternidade; 1) higiene pré-natal; 2) maternidade; 3) assistência obstétrica domiciliar; 4) assistência alimentar às mães; c) serviços de assistência à infância sadia e à débil, em diferentes idades; d) serviços de assistência à infância doente; e) proteção aos órfãos e às crianças abandonadas, mal cuidadas, desvalidas e transviadas¹⁰³

Apesar da intenção de centralizar a administração da rede de proteção à maternidade e à infância em todas as cidades, padronizando todos os serviços, na prática tal centralização não teve êxito, e os Departamentos Estaduais tiveram que apelar para a cooperação de prefeitos municipais, de senhoras benemerentes e instituições filantrópicas para aplicar esse programa por todo o país, até porque o repasse de verbas pela União para esta finalidade sempre foi instável. No Paraná deste período, por exemplo, já eram inúmeras as instituições de atendimentos às mães e filhos, denominadas de Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), sendo que, no ano da criação do DECr no Paraná em 1947, já haviam 27 APMI's e 35 Postos de Puericultura em todo o Estado, demonstrando que a parceria entre administração estatal e instituições filantrópicas já era desde aquele momento consolidada em terras paranaenses.¹⁰⁴

Entre os anos de 1947 e 1951 foram criadas no estado do Paraná cerca de 170 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância, 20 maternidades, além de um Posto de Puericultura em cada município, os quais atendiam um considerável número de mães e filhos paranaenses. O Departamento Estadual da Criança ainda oferecia cursos visando a capacitação de pessoal para trabalhar nos postos, organizava palestras e convenções médicas, entre outros eventos relacionados à divulgação dos saberes da puericultura e da higiene infantil. Porém, na falta de verba, o

¹⁰³ PARADA, Maurício Barreto Alvarez e MEDEIROS, Helber Renato Feydit. Puericultura e políticas públicas de assistência à maternidade e à infância (1930-1945). Rio de Janeiro: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH, 2010.

¹⁰⁴ BARBOSA. Op. Cit.2012, p. 60

Departamento sempre acabava recorrendo a ajuda de instituições privadas:

Entretanto, para se obter resultados positivos neste sentido, é mister que existam – profusamente espalhadas por todo o território do Estado – associações especializadas, de caráter particular e dirigidas por pessoas que possuam capacidade para bem servir à coletividade; as associações, naturalmente, serão organizadas de acordo com moldes oficiais¹⁰⁵

Isso demonstra que, desde o período do Estado Novo, associações filantrópicas tiveram um importante papel dentro das políticas públicas de saúde que visavam a infância e a maternidade. No Paraná as entidades particulares que se destacaram foram a Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes, o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o Instituto de Proteção à Infância do Paraná, todos localizados na cidade de Curitiba. Os Postos de Puericultura eram fundados com o apoio do Estado, mas sua operacionalização ficava a cargo das municipalidades que recorriam por sua vez a entidades filantrópicas, sendo essas que na prática gerenciavam esses postos. Esse esquema de funcionamento funcionou praticamente inalterado nas décadas seguintes, até o ano de 1971, ano deste estudo de caso.

A lógica da urbanização de Curitiba segue uma tendência que se observa em qualquer grande cidade: na medida em que a cidade foi crescendo, os pobres foram sendo repelidos para as margens, distantes o bastante para os olhos da sociedade, próximos o bastante para servirem de mão de obra para a mesma. Mas não bastava apenas empurrar às periferias: era preciso vigiar, controlar, higienizar, *civilizar* os pobres. Não desconsiderando os benefícios de políticas sanitárias para a saúde da população, é preciso demonstrar que esse sistema é enviesado por lógicas de poder e controle. O Estado determinava as diretrizes em seu sistema de departamentos nacional e estaduais, mas no *front* dessas políticas estavam setores da sociedade situados entre os mais privilegiados que, ao

¹⁰⁵ Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná, seção de documentos paranaenses: Realizações do Departamento Estadual da Criança durante o governo de Moysés Lupion. Curitiba, 1947, p. 270

meu entender, utilizavam a filantropia e a benemerência como meios para, além da prática da caridade, atuar também de maneira pastoral na direção das consciências do povo visto como um rebanho que, além de higienizado, precisava ser *civilizado*. Esse trabalho poderia ser feito de diversas formas e, nessa pesquisa, pretendo analisar uma delas: o estágio social de três alunas de um colégio católico e de elite em uma comunidade carente de Curitiba. Antes, porém, é preciso analisar como se deu a “feminização” do magistério, que fez da educação primária um espaço de atuação feminino na sociedade, sobretudo para mulheres das classes média e alta.

1.3 Escola Normal: educação e sociabilidade das “filhas da sociedade”

A cidade de Curitiba/PR entrou na segunda metade do século XX em consonância com os processos de industrialização e urbanização acelerados que se desenvolviam no Brasil desde 1930. Na década de 1950, a cidade contava com aproximadamente 200 mil habitantes; e, com o passar dos anos, sua população aumentava cada vez mais com migrantes que nela vinham morar em busca de trabalho ou de estudos, já que o município estava entre as seis cidades com maior número de indústrias no país. Estima-se que nesse período cerca de 50% de sua população morava na região central, 30% no subúrbio e 19% se localizavam na área rural da cidade, área essa formada por 16 povoados variando em uma distância de 5 a 15 quilômetros do centro da cidade¹⁰⁶. Porém, um acelerado crescimento urbano tem seus problemas inerentes, e logo a cidade de Curitiba também vivenciaria suas consequências:

¹⁰⁶ FUCKNER, Cleusa Maria. Magistério e Casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986). Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado)-Mestrado em Educação: Universidade Federal do Paraná. 2000.

A expansão urbana, ocasionada pelo rápido aumento populacional, e a consequente pressão da especulação imobiliária, empurravam para fora da região central da cidade as novas famílias de trabalhadores vindas principalmente do interior. Essas levas de habitantes provocaram o surgimento de novos bairros que eram habitados, na maior parte, por famílias operárias, e onde a vida estava longe de ser um mar de prosperidade. [...]. Aliás, no início da década de 50, Curitiba serviu de palco para uma população empobrecida, agitada e algumas vezes enfurecida pelo alto custo de vida, fenômeno de nível nacional, criado pela política econômica e agravado pelo alto custo de vida e agravado pelo chamado Plano Aranha, plano econômico implantado durante o segundo governo de Vargas pelo ministro Osvaldo Aranha. A situação da capital paranaense era a do restante das principais cidades do país, tendo como agravante os problemas criados pelo rápido crescimento populacional urbano em função do êxodo rural.¹⁰⁷

Uma das maneiras com as quais o governo do estado do Paraná vinha tentando lidar com o aumento populacional do Estado era com a tentativa de expansão da educação pública por meio da construção de mais prédios escolares. Já em 1953, o Estado possuía mais de três mil escolas isoladas e 204 grupos, além de 6 colégios estaduais, 33 ginásios e 127 escolas normais.¹⁰⁸

A preocupação com a formação de professoras vem desde o início da República, quando o governo federal lançou uma política educacional direcionada para formar professores, o que fez com que em todo país ocorresse um processo de valorização da Escola Normal. Quando estes estabelecimentos foram criados, o objetivo era necessariamente formar professores e professoras que pudessem atender a um possível aumento da demanda escolar. O ofício do magistério na história da educação no

¹⁰⁷BOSCHILIA, Roseli. Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba:1925-1965). Curitiba, 2002. 226 p. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2002, p.20

¹⁰⁸FUCKNER, Op. Cit. 2000, p. 36.

Brasil foi, em seu início, um espaço essencialmente masculino; seja na atividade educacional monopolizada pelos jesuítas desde o início da colonização até o posterior predomínio de homens nas aulas régias oficiais. Porém, a partir do crescimento das Escolas Normais os relatórios passavam a indicar que esses estabelecimentos iam recebendo e formando cada vez mais mulheres do que homens¹⁰⁹.

Guacira Lopes Louro indica esta tendência – que em algumas regiões se mostrava de maneira mais marcante, noutras menos: os homens estavam abandonando a sala de aula, ao menos na educação primária.¹¹⁰ Nessa tendência, passa a se observar não somente no Brasil, mas também em outros países, um processo de “feminização do magistério”¹¹¹. Na medida em que a urbanização e a industrialização avançavam no Brasil, bem como a ampliação das atividades de comércio, a maior circulação de jornais e revistas, a instituição de novos hábitos e comportamentos ligados às transformações urbanas, novas oportunidades de trabalho se abriam para os homens, e lentamente a atividade do magistério foi se tornando uma prática feminina, o que para as mulheres também representou de alguma maneira um avanço, ainda que desigual, no mercado de trabalho e no acesso à educação. Isso não significou, porém, que na educação o domínio masculino tivesse deixado de existir: no curso “científico” e nas universidades, a maioria dos docentes era composta por homens. Os anos iniciais da vida escolar das crianças que passaram por esse processo de feminização apontado por Louro.

Também importante ressaltar que compreender educação de meninas e meninos como processos únicos e *universais* é uma simplificação grosseira dentro da sociedade brasileira, uma vez que divisões de classe, etnia e religião também tinham um papel preponderante na determinação das formas de educação que eram destinadas para transformar crianças em mulheres e homens. E mesmo o acesso das mulheres à educação, pois as filhas de grupos sociais dominantes não tinham as mesmas oportunidades que mulheres das

¹⁰⁹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula In: PRIORE, Mari Del (org.); BASSANEZI (coord.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997, p.40

¹¹⁰ *Idem*

¹¹¹ Sobre a feminização do magistério, ver Guacira Lopes LOURO (1987, 1997a, 1997b), Jane Soares de ALMEIDA (1998) e Maria Teresa dos Santos CUNHA (1999)

camadas populares, pois aquelas já tinham acesso ao ensino da leitura, da escrita, de noções básicas de matemática, complementados também pelo aprendizado de piano e de francês, e também

As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de *mando* das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente. O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas. Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens.¹¹²

Portanto, é necessário ter em mente que o acesso à educação feminina diferia bastante quando se tratava de mulheres da elite e quando se tratava de mulheres das classes populares. O mesmo pode-se afirmar em relação ao acesso da mulher ao mercado de trabalho: mulheres pobres sempre tiveram que trabalhar; a luta pelo ingresso no mercado de trabalho foi mais uma agenda de mulheres brancas de classe média que procuraram uma maior emancipação. Joana Maria Pedro¹¹³, analisando a representação feminina em periódicos de Florianópolis/SC, mostra como o trabalho feminino para as classes menos privilegiadas nunca foi algo moralmente inaceitável, e que a luta por emancipação e presença no espaço público representava os anseios de mulheres de posição mais abastada na sociedade. E no tocante a educação seu acesso pelas mulheres nem sempre foi sustentado por razões emancipatórias que fugissem da função doméstica: a justificativa sempre foi a de que deveria se investir

¹¹² LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula In: PRIORE, Mari Del (org.); BASSANEZI (coord.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997, p. 446

¹¹³ PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

na educação das mulheres porque *mulheres educadas são melhores mães*¹¹⁴.

As ambiguidades desse desejo feminino se expressam nos conflitos levantados entre o trabalho e a feminilidade. Este último atributo sempre impedira o acesso das mulheres a qualquer profissão assalariada, dado que só eram considerados aceitáveis o trabalho filantrópico e o envolvimento voluntário com as obras caritativas para as mulheres de elite. Enquanto o trabalho para a mulher do povo sempre foi aceito e estas podiam desfrutar de uma certa liberdade, para as mulheres das classes mais elevadas era uma questão de princípios...para os homens¹¹⁵

Outro aspecto importante a ser ressaltado nas citações acima são as atividades religiosas e de caridade como uma das poucas formas de atuação no espaço público, aceitas pela sociedade às mulheres das camadas privilegiadas. Ora, uma vez que a escolarização feminina no Brasil começa a ganhar terreno na educação pública, vai ser pelo viés religioso que qualquer projeto educativo para mulheres brancas, católicas e de elite seria embasado. Ainda que desde a proclamação da República a separação entre Igreja Católica e Estado tivesse sido formalizada, sem dúvida, a moral religiosa, que às mulheres sempre apontava a dicotomia entre Eva e Maria, será a chave principal concernente a educação das mulheres. Esperava-se que através do símbolo mariano se apelasse para a *sagrada missão* da maternidade não só na formação das mulheres como futuras donas de casa, mas também na ação educadora do magistério. E assim começou a se atribuir à função do magistério atributos considerados “femininos”, como pureza, doçura, maternidade, moralidade cristã, generosidade, espiritualidade, patriotismo¹¹⁶.

¹¹⁴ ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres In: PEDRO, Joana Maria e PINSKY, Carla Bassanezi. Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2013. p.338

¹¹⁵ ALMEIDA, Jane Soares de. Op Cit., 1998, p.74

¹¹⁶ ALMEIDA, Jane Soares de. Op cit., 1998, p.15

Ora, a ação da Igreja Católica na educação brasileira foi por séculos hegemônica, dos séculos nos quais ela foi monopólio dos jesuítas e depois sob o predomínio do ultramontanismo até a década de 1960, quando o Concílio Vaticano II determinou novos rumos para o magistério católico. Ivan Manoel mostra como a implantação de escolas católicas femininas no Brasil entre o fim do Império e início da República fez parte de um acordo no qual estavam envolvidos o Estado, a Igreja Católica e as oligarquias cafeeiras. Pois, para as elites daquele momento, há um tempo desejosas de modernizar o país por meio da construção de estradas de ferro, de expansão do sistema financeiro e comercial, não desejavam que a *sociedade* se modernizasse de acordo com o ideário liberal que ganhava força no mundo no século XIX. Mas, diante da necessidade de educar suas filhas, era necessário um tipo de educação que as deixassem a salvo das ideias perigosas que o mundo moderno da época vinha disseminando, como o feminismo. O Estado, já naquela época, procurava se eximir do papel de provedor de educação para a população e, uma vez que ele próprio nada mais representava que os próprios interesses das elites, estava em aberto a possibilidade de a Igreja Católica cumprir esse papel através de suas escolas mantidas por diversas congregações.

Nesse século XIX, abalada pelas revoluções liberais que ocorriam em todo mundo a começar pela Revolução Francesa, a Igreja Católica adotava uma posição ultraconservadora e reacionária a todo projeto que se pretendesse liberal. Surge então, dentro da Igreja, um movimento que ficou conhecido como ultramontanismo, que:

(...) foi uma orientação política, uma autocompreensão desenvolvida pela Cúria Romana, após a Revolução Francesa, marcada pela centralização institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma e uma recusa de contatos com o mundo moderno. Dizia o Papa Pio IX, em 1861, na 80ª proclamação do *Syllabus*, que era erro passível de condenação alguém julgar que “O Romano Pontífice pode e deve conciliar-se e transigir com o progresso, com o Liberalismo e com a Civilização Moderna”¹¹⁷

¹¹⁷ MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e Educação Feminina (1859-1919): Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, p. 46

Colocando-se, portanto, como uma reação ao mundo moderno, representado pelo capitalismo, pelo iluminismo, pelo liberalismo e todas as ideias que ganhavam força com a ascensão burguesa no século XIX, essa postura vai acabar pautando as diretrizes educacionais da Igreja Católica durante todo o período de expansão de sua rede de estabelecimentos de ensino no Brasil, entre 1859 e 1959¹¹⁸. Estabeleceu-se assim uma estratégia de *recristianização* da sociedade através da educação feminina, pois educando a mulher, se educaria a família:

A Igreja desenvolvia, portanto, uma estratégia que podemos denominar de ‘teoria dos círculos concêntricos’: da mãe cristã para os filhos cristãos; de filhos cristãos para famílias cristãs, das famílias cristãs para a sociedade cristã. Com isso, esperava-se, em breve tempo, recristianizar toda a sociedade moderna¹¹⁹.

Assim, a consolidação das escolas mantidas por congregações religiosas foi, segundo Ivan Manoel, a expressão prática da aliança tácita entre o Estado, que relegava sua responsabilidade pela educação pública, as oligarquias que desejavam um modelo conservador de educação para suas filhas e a Igreja que, através da educação, tinha uma base de ação na sociedade e uma ideia de condição feminina que não se opunha à visão das elites brasileiras. A luta católica em manter o controle sobre o sistema educacional brasileiro se estendeu até a década de 1960, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.4.024/61), primeira lei específica sobre educação a ser promulgada no Brasil.

Aliado ao imaginário fortemente religioso da sociedade brasileira do século XIX que ligava a função do magistério a atributos tidos como femininos em associação ao arquétipo mariano, após a Proclamação da República - que tentava implantar no Brasil um projeto modernizador e urbano para afastar a imagem do Brasil Império rural e arcaico -, passa-se a defender também o acesso das mulheres à educação e à formação no

¹¹⁸ Op. Cit., p.16

¹¹⁹ MANOEL, Ivan Aparecido. Igreja e Educação Feminina (1859-1919): Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, p.49

magistério como uma forma até de ampliar a oferta de professores no país. Sob outro viés, agora inspirado por ideias positivistas e cientificistas, também se justificava o ensino para as mulheres ligado à função materna para que se afastassem antigas superstições e fossem incorporadas novidades científicas, em especial aquelas ligadas às tradicionais ocupações femininas:

Portanto, quando na virada do século, novas disciplinas como puericultura, psicologia ou economia doméstica viessem a integrar o currículo dos cursos femininos, representaria, ao mesmo tempo, a introdução de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia por feminino¹²⁰.

Dessa maneira, podemos entender que os discursos religioso e científico atuaram em consonância ao ver nas mulheres “naturais educadoras” uma vez que, sendo o destino “natural” das mulheres a maternidade, nada mais adequado seria confiar a elas a educação de crianças, sendo que os alunos passariam a ser considerados seus “filhos espirituais”. Logo, o magistério passaria a ser visto como uma atividade de amor, de entrega e doação, em suma, para aquelas que tinham “vocação”. Ou seja, esse discurso ao mesmo tempo em que legitimava a saída dos homens da profissão, legitimava a entrada das mulheres, e começou a se associar ao magistério características “tipicamente femininas”, como “paciência”, “minuciosidade”, “afetividade” e “doação”, tornando-o mais do que uma profissão, mas um “sacerdócio”¹²¹.

A possibilidade de ingressar nas Escolas Normais atendia tanto aos interesses de mulheres que queriam/precisavam se profissionalizar, como aos daquelas que pretendiam se dedicar exclusivamente ao matrimônio e à vida doméstica. Ao aliar uma formação profissional com a preocupação de se formar boas donas de casa e mães, tais instituições respondiam aos anseios das mulheres das classes mais abastadas, desejosas de mais inserção no espaço público, ao mesmo tempo em que também correspondiam aos interesses da Igreja e do Estado. Ao Estado,

¹²⁰ MANOEL, I.A. Op. Cit., p. 448

¹²¹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula In: PRIORE, Mari Del (org.); BASSANEZI (coord.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

servia dentro das reformas educacionais propostas pelo Estado Novo que visavam criar mecanismos de controle do Estado sobre a família¹²², e à Igreja que via na educação feminina uma estratégia para construir uma nova sociedade, na qual a mulher seria a base do projeto social católico¹²³.

Disciplinadas pelos homens, a educação das mulheres continuou um prolongamento da educação familiar e, enquanto estudavam, as jovens aguardavam o casamento, o que realmente importava em suas vidas. Deixaram de ser as procriadoras incultas para tornarem-se as futuras esposas educadas, conhecedoras das necessidades do marido e dos filhos, alicerces da moral e dos costumes, fiéis guardiãs do lar cristão e patriótico. Nesse ideário, para onde convergiam os mais variados interesses, uniram-se a sociedade e a Igreja Católica. Para as mulheres, romper com tais estruturas significava o degredo e a condenação social. Portanto, apesar de conceder-se às mulheres algumas parcelas do saber, tanto este como o poder não se distribuíram quantitativamente, nem sequer significaram a liberação das mulheres. Apenas a sociedade humanizou-se ao consentir na sua instrução, embora atendendo aos interesses do segmento masculino¹²⁴.

Assim, as principais protagonistas da análise que se segue se apresentam: o saber médico, ao determinar os preceitos higienistas que contribuiriam para erradicar as “doenças do atraso” no Brasil; o Estado, ao definir a maternidade e a infância como alvo de suas políticas em associação com entidades filantrópicas; e as professoras, naturais aliadas na disseminação e aplicação desses saberes entre as classes populares.

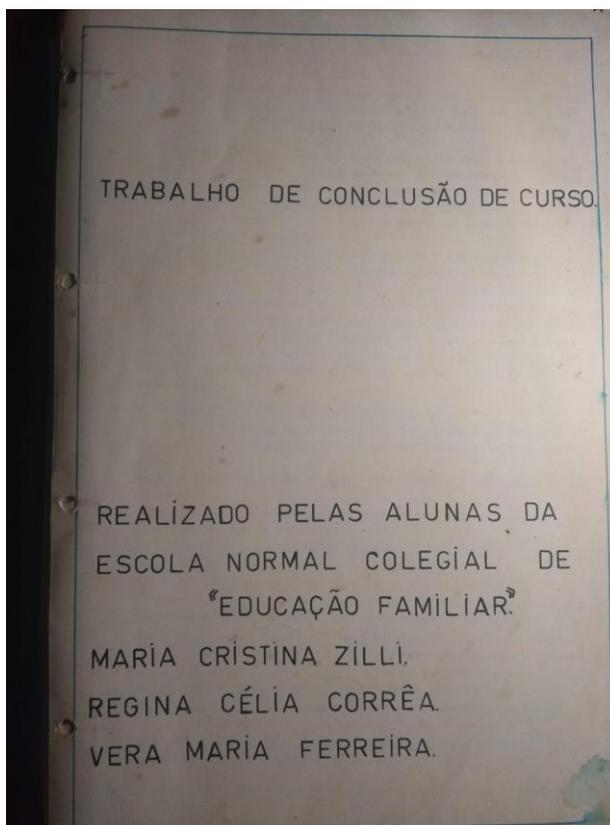
¹²²FUCKNER, Cleusa Maria. Magistério e Casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986). Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado) -Mestrado em Educação: Universidade Federal do Paraná. 2000.

¹²³ MANOEL, Ivan Aparecido. Igreja e Educação feminina (1859-1919): Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

¹²⁴ ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p.35

**PARTE II – “*CUIDE DO SEU FILHO, ELE É SEU*” – A
CARIDADE CIVILIZATÓRIA ATRAVÉS DA INFÂNCIA E DA
MATERNIDADE**

**Figura 1 - Capa do Relatório de Estágio realizado pelas alunas do
Educação Familiar**



(Fonte: Arquivo pessoal de Regina Célia Corrêa Such)

“A melhor herança que se pode deixar é [sic] o estudo”. Ela gostava de repetir essa máxima, sempre reforçando que o autor era seu pai. Ele, de origem humilde, construiu um pequeno negócio e, já casado e com filho e filhas, cursou uma universidade em um tempo onde esta era

muito mais restrita. Nas décadas seguintes, construiu uma respeitável carreira como profissional liberal. O exemplo da trajetória do seu pai inspirava a importância que minha mãe dava para a educação, como capital escolar. E essa valorização era explícita na maneira com que ela gostava de arquivar no acervo documental da família tudo que era relacionado com a formação escolar da família, de trabalhos pré-escolares e monografias de conclusão de curso superior, chegando a ostentar em uma das paredes de sua casa com orgulho os diplomas referentes a formação de todos os moradores da casa.

Na introdução desta pesquisa eu já apresentei a minha trajetória como sucessor de minha mãe na função simbólica de “guardião da memória” do acervo documental familiar e de como eu tomei conhecimento, ao fazer o meu próprio projeto subjetivo de reorganização desse acervo, do relatório de estágio realizado por ela e três colegas durante o curso de Educação Familiar. Além de todas as questões de cunho historiográfico que o contato com esse material suscitou – e que a presente dissertação é o resultado final – ainda ficou a dúvida pessoal do porquê daquele documento não ser por ela disposto com os demais da família. Qual foi o motivo desse silenciamento aparentemente intencional encontrado em seu arquivo? Diante da impossibilidade de questionar a ela, só tenho a recorrer minhas memórias como filho e a de familiares próximos, memórias essas também carregadas de subjetividades.

Algumas certezas podem ser apontadas. A formação em Pedagogia foi para ela a opção disponível para ter uma formação universitária em uma pequena cidade do interior do Paraná. Era a única faculdade da cidade e dentre os cursos disponíveis, havia Pedagogia, historicamente considerada um “curso feminino”, diante da “vocação natural” da mulher para o magistério, também discutida anteriormente. Depois de formada, ela pouco exerceu a função de professora. Das minhas lembranças de infância e de relatos de outras pessoas de convívio próximo, sabemos que ela não gostava do cotidiano em sala de aula. Tanto que sua carreira profissional foi marcada por cargos administrativos, em escolas técnicas e na universidade local, até o início da década de 1990, quando ela supostamente decidiu se dedicar a função de dona de casa e deixou o mercado de trabalho.

Em relação ao Colégio de Educação Familiar, ela sempre falava com grande ressentimento da experiência como estudante dessa instituição. Aqui, lanço mão apenas de minhas memórias das histórias que

ela me contava. Sempre que ela se referia à cidade de Curitiba era de maneira negativa, demonstrando um profundo sentimento de mágoa para com aquela cidade. A experiência nessa escola para ela também não foi positiva: afirmava principalmente que lá ela se sentia pouco à vontade, sobretudo por estudar com meninas de condições financeiras bem superiores às dela. Dizia ela que sofria constantemente discriminação por parte de colegas, ainda que ela mesmo tivesse condições de estudar em um estabelecimento como aquele. Outro ressentimento que eu sempre percebia em suas histórias era com a educação católica, principalmente, na figura das irmãs. Desde o ginásio, cursando ainda em sua cidade natal, ela sempre se referia ao autoritarismo das freiras das escolas onde ela estudou de maneira negativa. Também criticava a maneira com que algumas irmãs censuravam conteúdos de livros como, por exemplo, em biologia.

Nós, filhos, tivemos a educação católica formal, mais como convenção social do que vivência religiosa propriamente dita. Tanto é que a família nunca foi católica praticante, e maioria de nós acabou se identificando com outras expressões espirituais/religiosas, ou com nenhuma. Aliás, com alguma mágoa, ela sempre se queixava dos católicos. Em momentos em que a família passou por grandes dificuldades, representantes de várias vertentes da fé nos procuraram para oferecer algum auxílio ou conforto. *“Os católicos só apareceram para cobrar dívidas atrasadas”*, ela mesma sempre dizia. Porém, a prática da caridade como expressão de fazer bem ao próximo e sempre ajudar aos necessitados sempre foi um valor por ela ensinado e praticado. Nesse sentido, a motivação que me levou a definir a análise que se segue tem subjetivamente um desejo de, em homenagem a sua memória, analisar o trabalho por ela realizado enquanto aluna do Colégio de Educação Familiar para além da mera prática da caridade, mas pensar as relações de poder que estavam presentes nessa iniciava da escola.

Somente dispus desse relatório produzido pelas alunas Regina Célia Santi Corrêa, Maria Cristina Zili e Vera Maria Ferreira. Tentei localizar as demais ex-alunas e só consegui contato com a Maria Cristina, porém até o momento da escrita não foi possível realizar uma entrevista, nem formal por meios digitais.

2.1 – A Caridade no “Caça-Marido”: A Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba

A Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba, era uma instituição privada e confessional, mantida por uma ordem religiosa. Ações de ordens religiosas foram importantes para a ampliação da oportunidade de educação para as mulheres no Brasil, mas deve-se lembrar de que tais estabelecimentos eram praticamente exclusivos para as filhas da elite econômica da sociedade, tanto pelo seu caráter privado quanto pelo custo elevado¹²⁵. Dentro desses estabelecimentos, os valores do catolicismo eram reforçados nas alunas no cotidiano da vida escolar.

A instituição aqui analisada era mantida pela congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria, ordem fundada na França em 1790 por Pedro José de Clorivière e Adelaide de Cicé. Essa Congregação chegou ao Brasil em 1937, se instalando no Rio de Janeiro e, posteriormente, se estabelecendo em outras cidades brasileiras, tendo se instalado em Curitiba no ano de 1944.

O Colégio de Educação Familiar foi durante as três décadas de sua existência uma das obras mais conhecidas da congregação na cidade. O colégio não teve interferência direta da Igreja Católica de Curitiba, pelo que foi possível observar nas falas das irmãs e nos documentos pesquisados. Destinava-se a atender a camada alta da sociedade, mas também oferecia bolsa de estudo a moças de outras camadas sociais. Após a pesquisa nos arquivos da CNBB e Cúria Metropolitana, concluiu-se que a Escola foi fundada para atender os objetivos da Congregação, a qual tinha uma postura diferenciada das demais Escolas Católicas de Curitiba¹²⁶.

Em sua origem, essa instituição possuía uma estreita ligação com a Escola de Serviço Social - fundada em 1944 pela Ação Social do Paraná, uma entidade civil que visava a manutenção dessa escola. A Ação Social e a Congregação das Filhas do Coração de Maria atuavam em parceria na

¹²⁵ CUNHA & LEAL *apud* FUCKNER, Op. Cit., 2000

¹²⁶ FUCKNER, Op.Cit., 2000, p.61

administração da Escola de Serviço Social, tendo essa ocupado diversos endereços até 1949, quando passou para o prédio da Cúria Metropolitana de Curitiba. Neste edifício, permaneceu até 1957, quando passou a ocupar em definitivo um prédio na Rua Bento Viana, o qual passou a concentrar todas as atividades da Congregação, a Escola de Serviço Social e a Escola Normal de Educação Familiar. Esse período em que a Ação Social foi tutelada pela Congregação foi importante, pois nele foram lançadas as bases das práticas de assistência social que viriam mais tarde a se tornar o campo de estágio da Escola Normal, em locais como o Abrigo de Menores, a Escola de Preservação, Escola de Reforma do Asilo São Vicente, Abrigo Provisório de Santa Felicidade, Escola de Formação Profissional para Menores, Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Social do Comércio (SESC), Penitenciária do Ahú, Departamento de Assistência Social, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, Juizado de Menores, o já citado Departamento Estadual da Criança e centros sociais para formação e ensino nos bairros Mercês, São João, Água Verde, Portão, Cristo Rei e Vila Guaíra.

A fundação da Escola Normal Familiar do Paraná propriamente dita foi firmada a partir da Portaria nº 3467 da Secretaria Estadual de Educação em 21 de junho de 1954, com o curso regular em Educação Familiar, que tinha como objetivos:

- 1) aprimorar a formação pessoal da aluna, preparando-a para a vida no lar
- 2) capacitá-la a transmitir a outros, a orientação segura, baseada nos conhecimentos teóricos e práticos duma profissão essencialmente feminina;
- 3) trabalhar junto a Assistência Social nas atividades que dizem respeito a família;
- 4) exercer cargos de monitoria, magistério, nas Escolas de Educação Familiar e de Economia Doméstica;
- 5) dirigir atividades referentes à vida familiar e doméstica em centros sociais.¹²⁷

¹²⁷ Histórico da Escola de Serviço Social do Paraná, p.8 Citado em FUCKNER, Op. Cit. 2000.

Nota-se que desde sua fundação, a preocupação com as atividades referentes a ações sociais tinha posição de destaque nas preocupações da escola:

Com o fim de despertar nas alunas o desejo de auxiliar as pessoas menos favorecidas pela sorte e procurando fazê-las conhecedoras das necessidades e da vida miserável que leva esta gente, promovem-se visitas às favelas, existentes nos arredores da cidade.¹²⁸

Em 1961, a Escola passou, através da portaria nº 81 do Ministério da Educação e Cultura, a ser considerada de nível Colegial, o que permitia que suas alunas ingressassem, após o curso, no ensino superior. E em 1964, através do decreto nº 13.878, a escola obteve a licença para funcionar como Escola Normal Colegial de Educação Familiar, passando a ter duas modalidades de curso: o de Magistério e de Educação Familiar. A partir desse momento, as finalidades desse curso passaram a ser assim descritas:

- 1 - A educação integral para o desenvolvimento através da formação da responsabilidade do educando como ser livre e social;
- 2 - Preparação de professoras para o ensino das primeiras séries do primeiro grau;
- 3- Proporcionar um desabrochar da vocação feminina específica de mãe e educadora, através das práticas educativas de Educação Familiar
- 4 - Formar Educadoras Familiares capacitadas a lecionarem Educação Doméstica no 1º grau e no meio popular.¹²⁹

Preparar boas esposas, boas donas de casa preparadas para o matrimônio e com uma sólida formação católica. Cleusa Maria Fuckner afirma que a proposta de estágio social estava diretamente relacionada com os objetivos da Congregação, onde a caridade era considerada uma forma de vivência religiosa, mas também de uma visão da ação social como forma de manter o equilíbrio da sociedade. E é dentro desta

¹²⁸ *Idem*, p. 9

¹²⁹ FATOS MARCANTES PARA A HISTÓRIA DA ARQUIDIOCESE DE CURITIBA - 1976, p.3. Citado em FUCKNER, Op. Cit.

perspectiva que entendo a caridade praticada através desses estágios escolares como uma prática civilizatória, pois:

Embora as motivações pessoais para o exercício contínuo da caridade fossem da ordem dos sentimentos já estabelecidos, o dever da caridade obedecia, em última análise, a uma finalidade também política. Assim, pode-se pensar que a caridade fazia parte de um arsenal de medidas utilizadas pela classe dominante para exercer sua dominação sobre o povo. As classes trabalhadoras, embora pouco visíveis, eram consideradas perigosas por natureza. Uma estratégia para tentar acalmá-las era os maridos reservarem gastos especiais para que as esposas pudessem ser caridosas com os pobres"¹³⁰

Os estágios na Escola Normal de Educação Familiar funcionavam através da regência de cursos, onde se esperava que as alunas aplicassem os conhecimentos adquiridos nas disciplinas referentes a formação como educadoras familiares. Tais cursos abrangiam Educação Doméstica, Puericultura, Enfermagem, Decoração de Ambientes, Nutrição e Culinária, Costura, Trabalhos Manuais, Relações Familiares, Higiene e Psicologia Educacional. Eles eram aplicados em hospitais, escolas de enfermagem e em centros de puericultura da Secretaria de Saúde ou mantidos por organizações como o Saza Lattes e a Legião Brasileira de Assistência. A Associação de Proteção a Maternidade e a Infância Saza Lattes, entidade filantrópica fundada em 1953, mantinha cerca de vinte clubes de mães e postos de puericultura na capital paranaense:

Quadro 2 - Postos de Puericultura mantidos em Curitiba pela Associação de Proteção a Maternidade e a Infância Saza Lattes

Posto	Bairro
Barreirinha	Barreirinha

¹³⁰ CUNHA, Maria Teresa Santos. Armadilhas da Sedução: os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 104

Santa Cândida	Santa Cândida
Ahú de Cima	Ahú de Cima
Abranches	Abranches
Higienópolis	Higienópolis
D. Yvone Pimentel	Bacacheri
Mercês	Mercês
Juvevê	Juvevê
Divino Espírito Santo	Bom Retiro
Guadalupe	Centro
Tarumã	Tarumã
Barigui	Seminário
Santa Bárbara	Jardim Seminário
Portão	Portão
São José	Vila Oficinas
Uberaba	Uberaba
Santa Quitéria	Santa Quitéria
Vila Feliz	Vila Feliz
Mário de Barros	Boqueirão
N. Sra. Da Luz dos Pinhais	N. Sra. Da Luz dos Pinhais
Vila Sofia	Vila Sofia
Plínio de Mattos Pessoa	Pinheirinho
Umbará	Umbará

Fonte: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/museudavida/noticias/105-mapa-saza-lattes> (Acesso em: 11/08/2018)

O objetivo desses clubes era a instrução de mulheres pobres em quesitos como cuidados com a gravidez, alimentação, higiene e vacinação. Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, o acesso à saúde pública no país era permitido apenas a trabalhadores que possuísem carteira assinada e contribuíssem com a Previdência Social, de modo que o restante da população dependia da caridade de instituições filantrópicas como essa. E eram nessas instituições que as alunas da

Escola de Educação Familiar realizavam seus estágios sociais. Entendo que, dentro da intenção de se fazer caridade com os pobres, é possível perceber uma intenção de, juntamente com o trabalho social, transmitir valores para as famílias assistidas pelos estágios. Isso pode ser percebido na seguinte fala, da irmã Josélia, que por anos foi diretora da Escola:

Formar boas donas de casa e, além disso, formar pessoas para ajudar outras pessoas a serem boas donas de casa também, principalmente as mães. Por isso é que havia o estágio, porque não se lecionava só a parte de culinária, costura, mas também a parte moral de orientação da vida no lar, de educação familiar, de educação dos filhos. Quando era um estágio com senhoras mais pobres se davam as orientações junto. Quer dizer, não sei se falavam mais o princípio era este. Enquanto se faziam o bordado, os trabalhos manuais, se dava orientação moral para a vida familiar e se discutiam os casos, os problemas familiares das senhoras, e aí elas se orientavam lá na escola, para poderem dar uma resposta em casos mais sérios¹³¹

Muito provavelmente havia uma grande diferença entre experiências, expectativas, e visões de mundo entre as pessoas assistidas e as alunas estagiárias, adolescentes da elite cidade buscando *orientar* um grupo social completamente diferente de sua origem. Por isso, a perspectiva de análise proposta pelo Interacionismo Simbólico, representadas por autores como George H. Mead e Herbert Blumer, nos oferece importantes subsídios para essa análise. Tal perspectiva teórica, oriunda da sociologia norte-americana, entende que a sociedade é formada através da interação social entre as pessoas, onde estas agem no mundo de acordo com os significados que este lhe oferece. Tais significados, por sua vez, são criados pela interação entre pessoas ou grupos, de modo que tal perspectiva afasta a ideia de uma visão funcionalista de “papéis sociais” e mostra como as relações sociais são construídas através da relação entre diferentes grupos. Dentro dessa lógica, outro ponto importante que pode ser alvo de reflexão: até que

¹³¹ FUCKNER, Op. Cit. p.42

ponto a caridade como um sentimento cristão de auxílio ao próximo deve ser *ensinada* e até que ponto deveria, se é que deveria, ser espontâneo? Por que essa necessidade de *sensibilizar* as filhas das elites para a importância de se entrar em contato com realidades distintas, com o “outro” representado aqui pelas classes mais pobres? Quando, em 1967, se discutia internamente dentro da Congregação sobre a continuidade ou não dos trabalhos da escola, uma superiora escreveu:

Se devemos atender, de preferência ao pobre como deseja o Concílio, não quer dizer que devemos abandonar as almas dos ricos, por vezes mais necessitados espiritualmente do que os pobres [...]. Formar verdadeiras mães de Família, cristãs, impregnadas de caridade, que saibam pôr em prática a doutrina social da Igreja, não será um meio de ordenar o mundo, segundo a *Populorum Progressio*? É o que temos procurado fazer. A encíclica foi comentada com as alunas; várias turmas visitaram as favelas de Curitiba, costuraram para os pobres, etc. A maioria das alunas nunca tinham entrado em contato com os pobres, etc. No contato nos estágios elas adquirem esta experiência e esperamos que se tornem menos egoístas. Certos fatos presenciados nas favelas causaram grande impressão nas meninas¹³².

Nessa necessidade de “ordenar o mundo” pela caridade defendida pela Igreja, não se busca apenas *civilizar* o pobre por meio de ações de caridade, mas é também preciso não *abandonar as almas dos ricos*, fazendo com que estes sejam menos *egoístas* por meio da conscientização sobre a importância de se olhar para os pobres. Em mais uma avaliação interna da instituição se afirmou:

¹³² Maria da Conceição Castro - Superiora, 1967, p.2 *apud* FUCKNER, Op. Cit. 2000 p.63.

[...] se a escola é frequentada por meninas das famílias mais abastadas de Curitiba e se tem a fama de ser escola "gran fina". Será isso um ponto negativo? Temos refletido muito sobre isso e chegamos à conclusão de que não [...]. As nossas alunas são de famílias abastadas, mas relativamente poucas são de fato felizes. Não desfrutam de tranquilidade dentro do lar. São adolescentes cheias de problemas, frutos de uma sociedade desorganizada. Há muito esnobismo, é verdade, mas combater isto, formar nelas o verdadeiro espírito cristão, dar-lhes o amor do pobre, ensinar-lhes a praticar a justiça social, não será apostolado? Não será contribuir para que os pobres sejam menos pobres?¹³³

Mais uma questão dentro de uma perspectiva geracional pode ser aqui analisada. A preocupação da Congregação não era somente em realizar trabalhos de caridade para os pobres, nem apenas o de sensibilizar os ricos sobre a importância de *cuidar* dos pobres, mas também de envolver os *ricos* por meio da prática da caridade. Pois entre os mesmos se percebia também os sintomas de uma *sociedade desorganizada*. Na ótica da superiora, mesmo aqueles que detêm poder material estavam longe de serem, de fato, felizes, por não desfrutarem de um lar tranquilo e terem filhas “*cheias de problemas*”. Importante observar a data deste documento, o ano de 1967. Como é sabido, a década de 1960 – sobretudo o ano seguinte ao deste documento, 1968 – foi um período de relevantes transformações culturais no contexto global, e grandes movimentos em sua maioria deflagrados pelos jovens que passaram a questionar os valores da sociedade dos *adultos*, de seus pais. O movimento feminista em sua segunda onda ou o movimento que ficou conhecido como a Contracultura foram alguns exemplos de manifestações surgidas naquela década que viriam a questionar os valores conservadores de sua sociedade. Aqui, podemos também pensar na hipótese deste modelo de educação feminina servir também como um controle das próprias elites, formando uma via de mão dupla ao reproduzir seus valores para as suas

¹³³ AVALIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FAMILIAR DO PARANÁ, 1967, p.6 *apud* FUCKNER, Op. Cit. 2000, p.64

filhas, ao mesmo tempo em que busca impor e disseminar os mesmos valores aos pobres, através de uma ação caridosa de cunho civilizatório.

Afinal, estamos pensando em uma Curitiba que está caminhando rumo a se tornar uma metrópole, em um período onde os meios de comunicação estão se desenvolvendo no país; desde a década de 1950 a cidade procurou investir na imagem de cidade moderna, universitária, e ideias que iam contra o pensamento conservador, como o feminismo, já começavam a circular no debate público. Analisando outra instituição de ensino da capital, o Colégio Estadual do Paraná (que, apesar de público, seus alunos eram majoritariamente de classe média para alta), Léa Resende Archanjo¹³⁴ mostra como o tema já era motivo de debate acalorado no jornal dos estudantes daquela instituição. No ano de 1952, portanto uma década antes da explosão mundial da Contracultura, escreveu uma aluna:

¹³⁴ As próximas citações, referentes ao periódico produzido pelo corpo discente do Colégio Estadual do Paraná foram consultadas em ARCHANJO, Léa Resende. *Relações de Gênero e Educação Escolar: Colégio Estadual do Paraná (1950-1960)*. Curitiba, 1996. (140p). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná

Feminismo, no seu verdadeiro sentido, consiste na contribuição da mulher para o bem-estar social do mundo; as vitórias da mulher no terreno do livre arbítrio, nas letras e nas artes, cobrem uma pequena parcela de atribuições que ela está em condições de exercer ao lado do homem. Ser feminista não é querer tirar aos homens o seu lugar na sociedade. Ser feminista é descortinar horizontes mais largos, é ter liberdade de opinião, é saber dirigir-se por si mesma quando se fizer necessário. Ser feminista não é fugir às obrigações legadas por Deus à mulher, e sim desdobrar-se para o desempenho de novas missões. Ser feminista é disputar pelo mesmo direito de justiça. Justiça que deve colocar o elemento humano no lugar que lhe compete na sociedade, pelo seu valor, independente do fato de ser ele homem ou mulher. Errada é a concepção de que o feminismo pretende masculinizar a mulher, numa tentativa de criar para si uma formalidade nova e diferente. Ser feminista não é cair no extremo oposto, isto é, vencer as dificuldades pela fraqueza e pelas lágrimas, mas lutar pelo direito no lar e fora dele. Enfim, feminismo é o conjunto de todas essas conquistas que arrancam a mulher do lar e a levam aos lugares que antes eram vedados: a universidade, o recinto dos parlamentos, o esporte, a cátedra das academias.¹³⁵

Na semana seguinte, na mesma seção do periódico, um aluno a respondeu:

¹³⁵ DIMINSKA, Halina. Feminismo. O Colégio Estadual do Paraná. Curitiba. n°57, jun. 1952 I: ARCHANJO, Op. Cit. 1996, p. 112.

“As obrigações legadas por Deus à mulher” são aquelas que a mulher desempenha dentro dos limites do lar. Assim sendo, “arrancar a mulher do lar”, trará a fuga desse lar. E essa é, para mim, a maior acusação ao feminismo, que significa o desvirtuamento das finalidades da mulher, através de ocupações inadequáveis à sua personalidade, a título de desdobramento “para desempenho de novas missões”¹³⁶

Ao passo que a aluna publicou uma tréplica na edição seguinte:

A minha expressão “arrancar a mulher do lar”, não foi no sentido de extirpar a mulher da vida familiar, mas sim projetá-la do plano de simples móvel, “bibelot”, adorno e verdadeiro pária social para uma nova dimensão, na qual, apesar de “as diferenças...” estar em condições de ser espiritualmente irmanada com o seu semelhante e sempre privilegiado HOMEM. (...). Hoje, a corrente de ideal do século visa justamente proporcionar igualmente oportunidades aos homens e às mulheres, visto que uns e outros têm o mesmo valor intrínseco, a mesma aptidão para o trabalho, o mesmo discernimento e capacidade intelectual¹³⁷.

Interessante perceber o elemento religioso presente tanto na primeira citação, quando a própria aluna fala em “obrigações” legadas por Deus à mulher bem como a resposta do aluno, que vê no feminismo um “desvirtuamento” das “finalidades da mulher”, que seriam as funções circunscritas ao lar. Qualquer declaração no sentido de igualdade entre homens e mulheres - e aqui eu reforço que estamos falando de jovens em idade escolar na década de 1950, em Curitiba – é visto como uma grande afronta aos tradicionais costumes, estes fortemente ligados a uma moral religiosa. Outra aluna publicou, no mesmo jornal no ano seguinte, 1953:

¹³⁶ DÓRIA, Pedro Ricardo. O feminismo, ainda... O Colégio Estadual do Paraná. Curitiba, nº 58, ago. 1952 In ARCHANJO, Op. Cit, p.113.

¹³⁷ DIMINSKA, Halina. Ainda o feminismo. O Colégio Estadual do Paraná. Curitiba, nº59, set. 1952 In ARCHANJO, Op. Cit. 1996. p. 113

Hoje a mulher luta pela vida, trabalha pelo sustento do seu lar e de seus filhos não poupando sacrifícios. Os estudos superiores eram monopólio dos homens; com coragem as mulheres lutaram por seus direitos e hoje temos grandes médicas, grandes causídicas, etc. Há mulheres cientistas, como há mulheres jogadoras de futebol¹³⁸.

Ao passo que ela também foi respondida:

No fanatismo de igualar-se ao Homem em "tudo", as mulheres modernas usam todos os meios que lhes parecem viáveis, esquecendo que tudo isso poderia deixar de existir se elas perdessem o complexo [de inferioridade em relação aos homens], esse maldito complexo que as transformou em jogadoras de futebol, fumantes inveteradas, verdadeiras "paraibas", quando elas foram mães extremosas, emanção de amor puro, "rainhas" mesmo. Obcecadas pela luta que elas mesmas imaginaram as mulheres não querem compreender que coisas há que não lhes fica bem praticarem, e estas são aquelas que lhes fazem perder a feminilidade, a graça, até a beleza, tornando-as até indiferentes aos olhos dos homens¹³⁹.

Seja na busca por igualdade ao acesso à educação, seja na prática de esportes ou até no hábito do tabagismo, aos olhos do discurso católico hegemônico daquela época, representado pelas respostas publicadas pelos alunos, percebe-se uma tentativa de naturalização da mulher em determinados espaços, o lar e as atividades domésticas, ao papel de “mães extremosas”, “rainhas” que “emanam amor puro”. Essas citações nos mostram que na década de 1950 o feminismo já circulava (e era combatido) em Curitiba. E foi nesse contexto em que a Escola Normal de Educação Familiar foi fundada, com uma proposta de educação voltada

¹³⁸ SOLEIL, Luana. Ataque aéreo. O Colégio Estadual do Paraná. Curitiba, nº 63 e 64, mai.jun. 1953, in ARCHANJO, Op. Cit. 1996, p. 114.

¹³⁹ QUEIRÓS. Humberto de. Defesa anti-aérea. O Colégio Estadual do Paraná. Curitiba, no 65, ago. 1953 in ARCHANJO, Op. Cit. 1996, p. 114.

para o lar e para a profissão que era a extensão da maternidade no espaço público: o magistério. Haveria outra possibilidade de atuação na sociedade para a mulher de classe média/alta naquele período, aceita pela moralidade da época e legitimada pela Igreja? A prática da caridade na forma de ação social, nessa perspectiva, pode ser encarada como outro espaço onde aceitava-se que a mulher poderia atuar, também sendo assim considerada outra atitude naturalizada como feminina. Basta notar como primeiras-damas daquelas décadas, como Sarah Kubitschek e Maria Tereza Goulart, se notabilizaram como mulheres atuantes na prática da caridade. De modo que essa caridade passou até a fazer parte do programa de ensino de uma escola católica para moças da “sociedade”, como era a proposta da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba.

A questão do feminismo e da moralidade católica também pode ser pensada sob outro ponto de vista. Rosemberg¹⁴⁰, ao analisar o surgimento do movimento feminista de “segunda onda” na década de 1960 no Brasil - portanto já no contexto da ditadura civil-militar - mostra que, mesmo entre os grupos que faziam oposição ao regime militar, rejeitava-se as ideias do feminismo, considerando a demarcação da diferença entre os sexos como “antirrevolucionária”. Por isso, o movimento buscou estabelecer um equilíbrio para manter-se na oposição e criar um discurso novo, que considerasse a condição feminina em sua luta:

¹⁴⁰ ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres In: PEDRO, Joana Maria e PINSKY, Carla Bassanezi. Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2013.

Para isso, algumas opções estratégicas foram feitas: as semelhanças entre as mulheres no Brasil foram destacadas e o feminismo brasileiro tomou um caminho próprio, distinto das correntes que vigoravam no Primeiro Mundo. Por exemplo, expurgaram-se, do ideário feminista brasileiro de então, temas que afugentassem aliados, tais como a "sexualidade" e "direito a controlar o próprio corpo". (É bom lembrar que a Igreja Católica - que na época organizava o "povo" nas Comunidades Eclesiais de Base e as mulheres nos clubes de mães - e as esquerdas se uniam no repúdio ao controle da natalidade. Naquele momento, não valia a pena indispor-se com elas)¹⁴¹

Portanto, há diversas questões que aqui podem ser pensadas. Por exemplo, a hipótese desse modelo conservador de educação feminina ser uma estratégia de controle dessas próprias alunas contra os “perigos” representados pelos movimentos de contestação dos anos de 1960 – entre eles o feminismo – contra os valores ideais de família cristã. Por outro lado, a ação social através da Igreja para ter acesso às comunidades carentes era, de certa forma, uma maneira de resistência ao regime militar na medida em que, através da formação de “comunidades eclesiais de base”, o próprio movimento feminista ganhou espaço de atuação naquele contexto repressivo. Ao meu ver, esses fatos não excludentes: o trabalho social na periferia poderia ser sim um espaço válido de organização de uma resistência ao regime ditatorial, mas no caso da Escola Normal de Educação Familiar a preocupação não era de fato política, mas sim de transmissão de valores conservadores de e para as filhas das classes mais abastadas – onde o catolicismo com certeza tinha maior força – sem necessariamente entrar em reflexões mais profundas de cunho social no tocante a ação caridosa.

Isso pode ser analisado a partir da percepção que as alunas tinham dessa experiência de ação social. Alguns trechos de entrevistas coletadas por Cleusa Maria Fuckner podem lançar alguma luz sobre qual a percepção que essas jovens tiveram em relação ao estágio (lembrando que este era obrigatório no curso) realizado nas periferias da capital

¹⁴¹ *Idem*, p.342.

paranaense. A citação a seguir é de Albanize, atualmente professora de português para estrangeiros residente nos Estados Unidos:

No início eu fiquei um pouco chocada, e achava que nunca iria conseguir trabalhar com as comunidades carentes. Mas aos poucos fui verificando que a nossa recompensa enquanto educadora era bem maior atuando com os mais necessitados, pois todo nosso trabalho era valorizado e curtiam tudo que levávamos de diferente do que conheciam no seu dia a dia. Por esse motivo quando atuei com Magistério, fazia questão que minhas alunas fizessem os estágios em escolas carentes. Pois hoje eu sei que você só percebe a sua real vocação quando tem que tornar sua aula interessante, independente do que o ambiente te oferece¹⁴².

Este primeiro relato mostra uma impressão positiva da experiência da ex-aluna em seu estágio, a ponto de afirmar que, ao trabalhar posteriormente em cursos de magistério, incentivava as suas alunas a seguirem pelo mesmo caminho. Porém, é possível perceber que o foco principal de seu relato está não propriamente na experiência do estágio, mas sim *no seu trabalho* de estágio: afirmações como “nosso trabalho era valorizado” com os *necessitados*, o perceber a “real vocação”, a preocupação em “tornar sua aula interessante”. O estranhamento com outro no momento inicial, quando ela reconhece que ficou *chocada* com a experiência do estágio pode nos dar indícios do padrão de alunas que a Escola Normal tinha como público: jovens de elite que estavam muitas delas tendo seu primeiro contato direto com realidades sociais diferentes daquelas nas quais elas estavam acostumadas. Nessa mesma linha, temos o depoimento de Thaís, que posteriormente tornou-se professora e diretora de escolas da rede municipal de Curitiba:

¹⁴² Albanize *apud* FUCKNER, Op. Cit. 2000, p. 103

Em fiz em creches, em orfanatos, fiz no São Luiz e no Lar dos Meninos do Xaxim. Por isso que eu digo, eles preparam você para todas as realidades. Como o Sagrado que fazia o estágio no próprio Sagrado [...] eram poucas que saíam para fazer fora. Nós fazíamos com crianças carentes. A vida era isso mesmo e a gente ia encontrar isso pela frente. Muitas iriam trabalhar na escola pública, por isso a gente fazia estágio mais em orfanatos. Então havia uma fundamentação teórica para preparar as meninas para atuar em diferentes segmentos da sociedade. Não era só preparar com aquele aluno que não tinha piolho, não tinha nada. Era para trabalhar com aluno que também não tomava banho, que tinha problema em casa, que não tinha pai, não tinha mãe¹⁴³

“*A vida era isso mesmo e a gente ia encontrar isso pela frente*”. Seria uma nova realidade também apresentada para aquela aluna através do estágio? Outro ponto interessante neste relato é o contato com o “outro” mais pobre, e a visão que uma moça de elite tinha desse outro: das observações sobre a higiene das pessoas assistidas, o ‘não tomar banho’, o ‘ter piolhos’ que podem ser um indicativo de um olhar com certa carga de preconceito ao associar o *sujo* ao pobre, até os ‘problemas em casa’, por ela descritos como a ausência de pais ou mães dentro do lar. Evidente que este é um ponto que não necessariamente é exclusivo das camadas mais empobrecidas de uma sociedade, mas neste período é muito mais fácil encontrar arranjos familiares não estáveis entre este grupo do que entre as camadas mais privilegiadas (mais conservadoras e mais ligadas aos valores católicos da família e do casamento). Fica evidente nessa fala a produção de um estigma¹⁴⁴ em relação aos mais pobres.

E quanto à faixa etária dessas alunas no momento em que esse estágio se realizava contribuiu ou não para efetivamente elas retirarem dessa experiência algum aprendizado, lição ou conscientização concreta dessa necessidade? O seguinte relato pertence à Cláudia, aluna da antepenúltima turma do curso, quase na virada dos anos 1980 – década em que a instituição encerraria suas atividades -, indica que talvez a idade

¹⁴³ Thais Maria *apud* FUCKNER, Op. Cit 2000, p 103

¹⁴⁴ Sobre a produção de estigmas sociais, ver GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

das alunas no momento do estágio pode ser um fator determinante para elas realmente não terem a dimensão completa da realidade que estavam encontrando nessa experiência

Eu fiz estágio no clube de mães da Rondinha, da nossa turma nós atuávamos também no pequeno Cotelengo, na Associação Sazza Lates, e no Hospital Evangélico. Eu acho que era bem diversificado e as irmãs sempre procurando variar, onde nós deveríamos atuar. Na época éramos muito novinhas, mesmo assim nós tínhamos muito respeito por parte das pessoas onde nós íamos atuar"¹⁴⁵.

Outro relato, da comunicadora social Maria de Fátima, também reforça em algum momento que talvez a idade em que ela tinha na época do estágio não a deixasse perceber muitos aspectos daquela realidade que ela teve contato, porém se mostra um pouco mais sensível na sua fala à situação das pessoas assistidas e a maneira com que aquela experiência a marcou:

¹⁴⁵ Claudia *apud* FUCKNER, Op. Cit. p. 104.

As oportunidades de estágio que eu tive em LBA e em postos de saúde, me fez entrar em contato com outros mundos que às vezes a gente esquece, e tarimba a gente um pouco mais. Não sei se a gente tão jovem percebia isso. Nós estávamos recebendo informações da sociedade o tempo todo. Nas aulas de costura, nós fazíamos roupas, vestidinhos até que era para atender creches, então foi algo produtivo. [...]. Eu não esqueço até hoje, teve uma senhora na qual eu tive que dar injeção. Ela era tão magrinha, tão franzina que bateu a agulha no osso. Outra vez dois gêmeos de um quilo e pouco cada um tinham que tomar injeção, eu não dei, foi a atendente do posto, então são cenas que marcam, que eu não esqueço depois de tantos anos, de tantas experiências. A gente vinha com uma carga de informações bem seletas de manhã, e a tarde a gente era chumbada com a realidade. Isto foi muito bom, a gente aprende a dosar¹⁴⁶.

Ela coloca em dúvida se com aquela idade elas realmente percebiam os problemas sociais que encaravam nesses estágios, mesmo que elas “recebessem informações da sociedade o tempo todo” (esta aluna estudou na escola entre os anos de 1965 e 1967) e descreve a experiência do estágio como um contato com “outros mundos” que “às vezes a gente *esquece*”, e quando essa realidade aparecia e se sentia “*chumbada*” pela realidade, ao perceber outras realidades como a desnutrição tanto de adultos quanto de bebês, uma realidade com a qual ela provavelmente não estava acostumada a ver no seu cotidiano.

Com o último relato é possível estabelecer um contraponto, pois ele apresenta um grau maior de crítica e problematização da experiência da prática social realizada nos estágios em sua verdadeira efetividade. Também permite a reflexão sobre como as trajetórias dessas ex-alunas no pós-curso podem ter influenciado a maneira com que elas relembram a experiência do estágio. Elisa Maria, depois da Escola Normal, graduou-se em Pedagogia e concluiu mestrado em Educação, tornando-se professora universitária:

¹⁴⁶ Maria de Fátima Silva Lobo *apud* FUCKNER, Op. Cit p.104.

Nós fizemos na Associação Saza Lattes. Passamos algumas tardes lá. Nós íamos ajudar as mães a fazer bordado, pano de prato, sapatinho, mas também foi um contato pequeno. Não foi uma coisa que tenha marcado significativamente, que tenha revertido meu compromisso social. Foi muito superficial. Eu acho que até conseguiram nos sensibilizar, mas muito limitadamente. Porque o que eu disse, para mim, individualmente, para eu ter me dado de cara com a realidade efetivamente difícil da pobreza, da miséria, do enfrentamento, do que é uma sociedade capitalista de terceiro mundo como é a nossa foi mais tarde, quando eu fiz concurso para a Prefeitura. Passei e fui dar aulas no Conjunto Itatiaia, lá na Cidade Industrial, antes disso a escola não conseguiu dar conta de fazer uma inserção mais violenta da aproximação com esta realidade. A escola tentava tanto assim que nós fazíamos estágio em escola pública, em associações¹⁴⁷.

Nesse relato, podemos ter outra visão sobre a experiência do estágio. Ela já começa afirmando que o tempo foi insuficiente, algumas tardes apenas, o contato foi pequeno, algo que não contribuiu efetivamente para o *compromisso social* desta ex-aluna. Se houve uma sensibilização, na visão desta aluna, foi limitada, superficial. Para ela, o verdadeiro contato com a pobreza, com a miséria da sociedade capitalista de “terceiro mundo” (e aqui podemos perceber que esta aluna tem uma leitura mais crítica e aprofundada, talvez pelo seu histórico na academia) quando ela foi trabalhar na rede pública de ensino e realmente passou a lecionar nas periferias no seu cotidiano de professora. Diferente dos outros relatos, que em graus diferentes viram a experiência da caridade no estágio como algo que foi positivo, este último relato foi na direção contrária e minimizou bastante a importância do curso de Educação Familiar para a sua própria sensibilização da realidade dos não privilegiados da sociedade.

A intenção aqui não é necessariamente discutir através de trechos de relatos de ex-alunas a validade ou não da prática de estágio em ações sociais proposta pela Escola de Educação Familiar, no sentido de que ela

¹⁴⁷ Elisa Maria Dalla Bona *apud* FUCKNER, Op. Cit. 2000, p.104

realmente tenha conseguido cumprir o seu objetivo de sensibilizar suas alunas da importância da prática da caridade. Os exemplos acima citados apenas nos apontam algumas direções para pensar a maneira com que essa experiência foi apreendida pelas alunas. A seguir pretendo analisar, através do estudo de um desses estágios, em que medida ações como essas realizadas por uma escola católica e associações filantrópicas civis se aliaram às políticas higienistas do Estado para governar (no sentido de direcionar) corpos e mentes da população mais pobre, através da medicina e da civilidade e moralidade cristã presentes no discurso desta “caridade das elites”.

3.1 Manuais de Civilidade, projeto higiênico: a *Biblioteca do Lar* inserida no acervo pessoal de uma normalista.

O início dessa pesquisa começou através de uma coleção de livros intitulada *Biblioteca do Lar*, conjunto de seis volumes que faziam parte do acervo pessoal de minha mãe. Dos seis livros, três são uma coleção de receitas culinárias, dois são manuais de boas maneiras – em família e em sociedade, de autoria de Íside M. Bonini – e o último intitulado “Orientação Indispensável à Família”, da mesma autora, contendo noções de Economia Doméstica, Maternidade, Puericultura, Noções de Primeiros Socorros e Alimentação¹⁴⁸. Conforme exposto anteriormente, meu propósito inicial de pesquisa seria trabalhar com esses manuais de civilidade que, apesar de não possuírem uma data precisa em nenhum de seus volumes quanto ao ano de sua edição, são da década de 1960¹⁴⁹.

Na medida em que dei início às minhas primeiras pesquisas sobre a circulação de manuais de civilidade no Brasil, obtive a preciosa informação – até então desconhecida por mim – de que manuais dessa natureza eram amplamente difundidos em Escolas Normais no Brasil, o que abriu novas possibilidades para a minha pesquisa. Eu sabia que minha mãe havia sido normalista no final da década de 1960 e início dos anos

¹⁴⁸ No livro se refere ao “Regime dos Astronautas (adaptado à alimentação dos brasileiros)”.

¹⁴⁹ Em um dos tomos da coleção há uma seção com modelos de como deveriam ser feitos convites para diversas ocasiões sociais, e em um deles há a data de 1963.

1970. Restava-me descobrir se esses manuais eram de fato utilizados pelas alunas da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba. Depois de uma troca de *emails* com Cleusa Maria Fuckner, pesquisadora que realizou trabalho pioneiro sobre a escola, e também com uma de minhas tias, que também foi aluna do Educação Familiar, a resposta foi negativa. As informações que eu obtive eram de que esses livros foram adquiridos pelo meu avô, pois, nas palavras de uma de minhas tias, “*ele se preocupava com a maneira correta de nos educar*”¹⁵⁰. Como eles eram lidos pela família de meu avô são informações que eu não consegui obter nas conversas com ela. O que eu sabia sobre a trajetória dessa coleção de livros já foi descrito anteriormente, bem como a maneira que eu acabei, diante dessas dificuldades de pesquisa, chegando ao Trabalho de Conclusão de Curso de minha mãe e sua formação na Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba.

Porém, optei por não descartar a coleção de livros *Biblioteca do Lar* como fonte para esta pesquisa por algumas razões. Em primeiro lugar, por uma constatação óbvia: se no Brasil lê-se muito pouco, consumir livros nas décadas de 1960 – em um período onde o mercado editorial brasileiro era muito mais fraco comparado com a atualidade e as taxas de analfabetismo muito mais altas – denotava um certo *status*. Editada pela EDIGRAF de São Paulo, a coleção *Biblioteca do Lar* é um exemplo de coleções que eram vendidas de porta em porta, através de vendedores. Nesse anúncio, de 1965, é possível ver que ele era oferecido juntamente com títulos de assuntos bem heterogêneos:

¹⁵⁰ Essa informação foi obtida em conversas informais, e não em uma entrevista formal observando a metodologia da História Oral.

Figura 2 - Anúncio da Editora Edigraf em periódico, recrutando vendedores autônomos para os seus quadros de representantes.

Vendedores (as) de Livros

Contos de Grimm, Bíblia Sagrada em 5 vols., José de Alencar, Machado de Assis, *Biblioteca do Lar*, Primores do Conto, Antologia do Folclore, Novíssimo Dicionário Brasileiro ilustrado em 6 vols., e mais 25 coleções variadas, são editadas pela EDIGRAF S. A., à qual, inaugurando na Guanabara seu departamento de vendas pelo crediário, aceita candidatas (as) para formação de seu quadro de vendedores autônomos ou registrados.

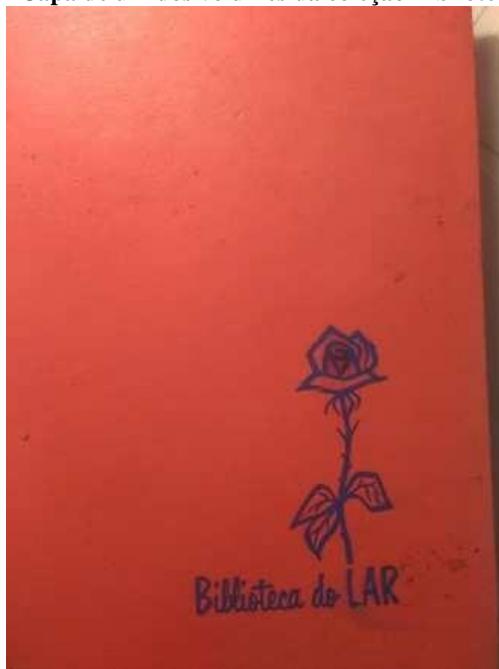
Visite-nos na Av. Nilo Peçanha, 155, 2.º andar, sala 217, de 9 às 12 horas. — Procurar Sr. Otto.

(Fonte: Jornal do Brasil, edição 148, 27-28/06/1965)

Entre a Bíblia, literatura brasileira e contos, o que levaria o comprador ou a compradora a adquirir do vendedor a *Biblioteca do Lar*? O público-alvo dessa coleção era, evidentemente, o feminino: da capa avermelhada e pouco adornada, onde acima do título há a reprodução de uma flor, o seu conteúdo – receitas culinárias, economia doméstica, puericultura, e a quem se dirige a autora dos manuais, a obra é destinada para a mulher dona de casa de classe média no Brasil das décadas de 1960 e 1970, cujo espaço de atuação na sociedade era praticamente reduzido à Igreja, ao matrimônio, e ao lar¹⁵¹.

¹⁵¹ O “Estatuto da Mulher Casada”, como ficou conhecida a lei nº 4.121, que conferia o status jurídico de igualdade à mulher em relação ao marido foi promulgada em 1962 e a lei que tornou o divórcio legal somente em 1977.

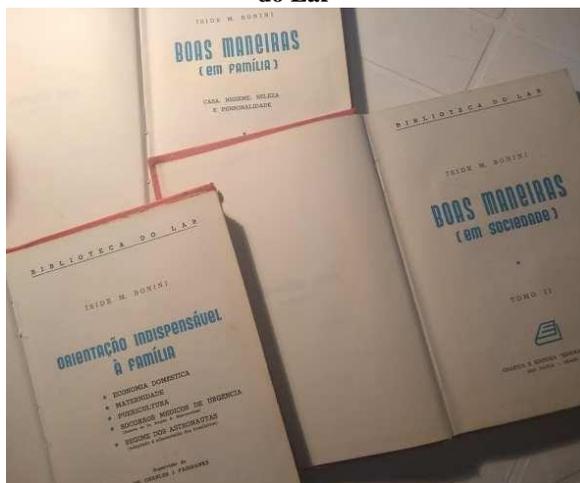
Figura 3 - Capa de um dos volumes da coleção Biblioteca do Lar



‘Os três primeiros volumes da coleção, creditados a Helena Bueno, são compostos de receitas culinárias em grande variedade. Aqui, uma grande possibilidade de atrativo para o comprador da coleção à época: em um mundo digital onde se pode executar uma receita culinária à palma da mão por meio de *smartphones*, esquecemos a conveniência que era, em meados do século XX, dispor em casa de uma gama variada de possíveis receitas para toda sorte de ocasiões para consultar. Mas, juntamente com esses volumes compostos, haviam três manuais de civilidade. Em “*Boas Maneiras em Família*”, um discurso sobre o comportamento “correto” na intimidade da família e nas mais variadas situações sociais, bem como ao reforçar a ideia de “papéis” dentro de uma família, demonstram uma visão de mundo e de relações pessoais bastante conservadora, religiosa e de

elite¹⁵². O segundo tomo¹⁵³, “*Boas Maneiras em Sociedade*” traz orientações a respeito do comportamento e vestuário adequado para as mais variadas situações sociais, como organizar eventos desde o ato de convidar e receber até o cerimonial adequado a cada tipo de evento. E por fim, o terceiro tomo, “*Orientação Indispensável à Família*” que, já em introdução, afirma ser destinado para as mulheres economicamente menos desfavorecidas de “lares modestos”, apresenta orientações de Economia Doméstica e Puericultura, conhecimentos que, como vimos anteriormente, faziam parte da formação no curso de Educadora Familiar e também estavam presentes no programa de estágio realizado por Regina, Vera Maria e Maria Cristina em uma comunidade carente de Curitiba.

Figura 4 – Os três manuais de civilidade pertencentes à coleção Biblioteca do Lar



Pensar em manuais de civilidade enquanto fontes de pesquisa, implica em pensá-los enquanto produtos culturais, sendo esses sujeitos a

¹⁵² Há orientações, por exemplo, relacionadas ao “trato para com os criados”.

¹⁵³ Apesar da coleção ser composta por seis livros, sendo que os três primeiros são os já citados livros de receitas, os manuais seguintes voltam a ser numerados do um ao três.

uma relação não passiva entre texto e leitor. Roger Chartier afirma que o objetivo da história cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a lei”.¹⁵⁴ As representações do mundo social construídas em livros, e aqui pensamos os Manuais de Civilidade em específico, são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Por isso, é necessário pensar o relacionamento desse tipo de discurso com as possibilidades de utilização por parte dos seus leitores. Pois, de maneira alguma, tais discursos são neutros: eles produzem práticas (que podem ser sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade sobre os outros, a legitimar um projeto ou a justificar suas escolhas e condutas. Portanto, é necessário investigar as maneiras com as quais um determinado grupo tenta impor sua visão de mundo àqueles que são o objeto alvo do produto final (o livro), mas também buscar entender como se dá a recepção desse mesmo.

É importante lembrar que os textos não são apenas depositados em objetos manuscritos ou impressos, onde o leitor recebe as informações passivamente. A leitura é um ato concreto de construção de sentido, ou seja, de interpretação, pois o leitor é ele mesmo dotado de competências específicas, possui posições e disposições. O ato de leitura é um ato de apropriação, determinada por determinações fundamentais - que podem ser sociais, institucionais, culturais. O ato da leitura confere ao leitor liberdade para deslocar ou subverter aquilo que o livro pretende lhe impor. De modo que a leitura abre um leque de vários usos que ele possa fazer do texto. Portanto, para utilizar manuais de civilidade enquanto fonte é necessário ter em mente que seu discurso não era necessariamente assimilado por seu público da maneira como pretendiam autores e editores. Assim, como os livros de receitas poderiam ser frequentemente consultados, também é possível que esses manuais tenham sido consultados ou lidos nas mais variadas situações, inclusive para fins de estudo e elaboração de algum trabalho, como um projeto de estágio de uma normalista. Mas ainda que a apropriação de discursos normativos presentes em manuais de civilidade seja um processo subjetivo variável entre o público-leitor, seu discurso não deixa de evidenciar a visão de mundo e de sociedade considerada “correta” para uma determinada

¹⁵⁴ CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Ed. Difel: Lisboa, 1990, p.17

parcela de uma sociedade, geralmente pertencente a grupos da elite. E nesse ponto cabe analisar como esses manuais expressam essas visões.

No primeiro volume d'*O Processo Civilizador*, Norbert Elias se debruça justamente sobre manuais de civilidade para demonstrar como as atitudes de indivíduos perante a sociedade, os sentimentos como os de vergonha, repugnância, por exemplo, são historicamente transformados. Afirma o autor que essa mudança de conduta e de sentimentos humanos avança no processo histórico a uma mudança em uma direção muito específica, ainda que essa mudança não tenha sido planejada por pessoas isoladas no passado através de medidas conscientes e deliberadas¹⁵⁵. Mas o fato deste processo ter se desencadeado sem nenhum tipo de planejamento não significa que o mesmo não possuiu nenhum tipo de ordem. Através do controle efetuado por terceiros, as atividades humanas mais animais foram sendo aos poucos excluídas da vida em sociedade e investidas de sentimentos de vergonha e repugnância, criando um sentimento de autocontrole que foi ao longo do tempo se tornando cada vez mais estável, uniforme e generalizado. Mas ainda assim, Elias afirma que nesse processo há certa racionalidade específica, e não apenas uma mudança caótica e não estruturada.

É a mudança dessa estrutura de comportamentos nas relações pessoais que os manuais de civilidade que Elias analisou no primeiro volume de sua obra, apontando a mudança dos costumes ao longo da história, mudanças essas lentas, frutos de uma “modelação” ou “condicionamento” para padrões que passavam a ser considerados “corretos”, “adequados”, definindo assim os “bons costumes”, as “boas maneiras”. Assim, para Elias, o estudo de manuais de boas maneiras é importante pois:

¹⁵⁵ ELIAS, 1994, p. 193.

Se analisarmos os modos de comportamento que, em todas as idades, cada sociedade esperou de seus membros, tentando condicioná-los a eles, se desejamos observar mudanças de hábitos, regras e tabus sociais, então essas instruções sobre comportamento correto, embora talvez sem valor como literatura, adquirem especial importância. (...). Mostram-nos com exatidão o que estamos procurando – isto é, o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo¹⁵⁶

Os manuais de civildade que fazem parte da coleção *Biblioteca do Lar* apresentam normas e modelos de conduta que, ainda que sua recepção por parte dos leitores possa ter sido de diversas maneiras, demonstram um modelo de comportamento e uma visão de mundo conservadora e religiosa. Como o propósito dessa pesquisa é analisar como, através da caridade e da benemerência, setores privilegiados de uma sociedade tentavam transmitir às pessoas menos favorecidas um modelo de conduta por ela considerado correto, higiênico e normativo, esses manuais favorecem a elucidação do conteúdo moral transmitido juntamente com noções de puericultura e economia doméstica pelas estagiárias do curso de Educação Familiar. Ainda que não haja no Relatório de Estágio nenhuma referência que essas obras tenham sido utilizadas na elaboração e execução desse estágio, a presença e a manutenção desses manuais são indícios de que, ao menos, o discurso dos manuais esteja em consonância com os valores de uma elite católica nesse período.

Valentina Torres Séptien¹⁵⁷ afirma que, desde o século XVI, elementos religiosos estão presentes na maioria dos textos de civildade e urbanidade, uma vez que foi a Igreja que sempre se ocupou em “civilizar” e educar os jovens nesse sentido, justificando essa necessidade com base no respeito a Deus e no amor ao próximo. Citando uma definição de Eric

¹⁵⁶ ELIAS, 2011, p.90

¹⁵⁷ SEPTIÉN, Valentina Torres. Los Textos de Urbanidad y Los Libros De Conducta (Uma Reflexión Inicial) In: GUEREÑA, Jean-Louis; OSENBACH, Gabriela; POZO, Maria del Mar del. Manuales Escolares em España, Portugal y América Latina (Siglos XIX y XX). Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2005.

Miensio Rigau, a autora mostra que a cortesia é ela própria uma forma de caridade:

Cortesia é um mandato divino, uma forma de caridade ou de amor ao próximo e como uma imagem da humanidade, pois implica um anseio por correção que obriga cada pessoa a colaborar com o bem-estar de todos; como reguladora dos instintos, a urbanidade é o que torna possível a vida em comum sem ódio; ensina a ser agradável com o outro e evitar ferir-se. A este segundo plano moral que insiste que a verdadeira natureza da cortesia deve se surgir do coração, se agrega (...) o reconhecimento de sua função utilitária.¹⁵⁸

Essa função utilitária da cortesia, segundo a autora, foi retomada pelo Estado, como uma forma de fazer viável a governamentalidade das nações, na forma de um *controle social*. Assim, a literatura de civilidade não nos permite esclarecer como tais regras eram absorvidas pelos leitores no cotidiano, mas através dos ideais e normas que eles expressam, permitem entender como uma sociedade em seu tempo tenta normatizar e impor um determinado conjunto de regras de conduta e comportamento, e também de moralidade, por meio de um disciplinamento de corpos e consciências.

A difusão de ideais morais afinados com o modelo católico também é mostrada por Maria Teresa Santos Cunha¹⁵⁹, cuja tese analisou os romances de M. Delly, títulos pertencentes da “Coleção das Moças”, muito populares entre as jovens brasileiras de classe média nas décadas

¹⁵⁸ Cortesía em um mandato divino, uma forma de caridad o de amor al prójimo y como una imagen de la humanidad, pues implica un anhelo de corrección que obliga a cada persona a colaborar con el bienestar de todos; como reguladora de los instintos, la urbanidad es lo que hace posible la vida en común sin odiarse; enseña a ser agradable al otro y a evitar herirse. A este segundo plano moral que insiste en que la verdadera naturaleza de la cortesía debe surgir del corazón, se agrega muy afirmado, el reconocimiento de su función utilitaria in: SÉPTIEN, Op. cit, p. 260. (Tradução livre)

¹⁵⁹ CUNHA, Maria Teresa Santos. Armadilhas da Sedução – Os Romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

de 1930 e 1960. Escrito na verdade por um casal de irmãos franceses, católicos fervorosos, os enredos dos títulos tem em comum a moralidade católica sempre presente nas tramas. Maria Teresa Santos Cunha vê esse tipo de literatura como um documento básico para a reflexão sobre a história da educação das mulheres, e também, “abordar o texto literário como prática simbólica divulgadora de valores e modelos capaz de contribuir para a construção de uma certa sensibilidade romântica em uma dada comunidade de leitoras”¹⁶⁰. E a tese da professora Maria Teresa – que também foi estudante de Escola Normal e professora primária – mostra o quanto esses títulos eram populares entre as estudantes normalistas. Outros trabalhos da mesma autora¹⁶¹ já mencionados no decorrer desta pesquisa mostram que manuais de civildade também circulavam em Escolas Normais, de modo que podemos inferir uma espécie de rede de títulos de livros considerados aceitos para mulheres de classe média daquela época, sobretudo jovens, para reforçar ideias e valores consoantes com a moralidade católica e conservadora.

Embora seja praticamente certo que esses livros não constituíssem parte integrante do material didático da Escola de Educação Familiar de Curitiba, eles podem ter sido usados como material de referência para pesquisas, trabalhos de escola, e até mesmo para a preparação do estágio de minha mãe e suas colegas. Conforme já mencionado anteriormente, se esses livros sobreviveram ao longo dos anos juntamente com os papéis relativos a formação de minha mãe nessa escola, é bem possível que haja uma ligação entre eles. Portanto, ainda os utilizarei como fonte, com

¹⁶⁰ *Idem*, p. 20

¹⁶¹ CUNHA, Maria Teresa Santos. *Tenha Modos! Manuais de Civildade e Etiqueta na Escola Normal (Anos 1920-1960)*. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação*. COLUBHE06. Uberlândia/MG: UFU, 2006, p. 350-361. *Tenha modos! A correspondência em manuais de civildade e etiqueta (anos 1920-1960)*, In: *Imagens na História/ Alcides Freire Ramos, Rosângela Patriota, Sandra Jathay Pesavento, organizadores, - SP: Aderaldo&Rothschild, 2008. p.398-411.*

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Biblioteca das Moças: Contos de fada ou contos de vida? As representações de mulher e professora nos romances da Coleção Biblioteca das Moças*. São Paulo: Revista Projeto História, (11), novembro, 1994, p. 139-146

destaque para o último volume da coleção, *Orientação Indispensável à Família* – por este possuir conteúdos relativos a Economia Doméstica e Puericultura, temas presentes no curso de Educadora Familiar e no estágio aplicado por minha mãe e suas colegas.

3.2 O Trabalho de Conclusão de Curso: a memória de uma visão dos pobres segundo o olhar de três estudantes normalistas.

Este Trabalho de Conclusão de Curso resultante do estágio social de minha mãe quando aluna do Educação Familiar foi uma grata surpresa para mim. Em vida, não me recordo da minha mãe ter me mostrado. Conforme mencionado anteriormente, havia uma espécie de orgulho, por parte dela, em ostentar o capital escolar de sua família. Porém, a documentação relativa à formação escolar e universitária dela possuía menor destaque, principalmente em objetos para serem “mostrados”, como um TCC na estante principal da casa. Da formação superior posterior dela em Pedagogia, por exemplo, o que foi por ela mantido foram certificados de cursos de extensão, devidamente guardados em pastas juntamente com os papéis de sua passagem pelo Educação Familiar, como boletins, o diploma, o histórico escolar. Para a minha surpresa, esses diversos certificados de cursos e palestras nas quais ela participou quando foi universitária estavam organizados de uma maneira semelhante a que eu, como historiador acadêmico, organizo meus papéis. Décadas antes da plataforma Lattes, que hoje nos exige que estejamos sempre (re)organizando nossos arquivos pessoais referentes a academia, já havia um cuidado minucioso por parte dela em organizar seus papéis relativos à formação acadêmica. O trabalho de conclusão de curso, que será aqui analisado, se encontrava em uma pasta estilo fichário, encapada com papel decorativo, com marcas do tempo, rasgos e sem nenhum destaque. Pelo contrário, a maneira que foi guardado parecia indicar uma intenção de deixar esse material escondido, omitido, fora da vista. Na posição de pesquisador e filho, mais uma vez ressalto que as memórias de minha mãe quanto à experiência de ter estudado nesta instituição não eram muito positivas, mas conforme anteriormente, mesmo que sem destaque na estante da sala, esse documento foi mantido por ela e somente anos depois de sua morte, quando eu – em um dos vários processos de

(re)organização do acervo documental da família, já durante o período de disciplinas do Mestrado – acabei o encontrando.

Trata-se de um documento de 70 páginas, produzido em um tempo ainda distante dos avanços da informática e dos computadores pessoais, datilografado, com capa, margens e numeração das páginas feitas à mão; seus anexos são feitos de maneira artesanal: reprodução em miniatura dos cartazes e álbuns seriados realizados durante o estágio colados em suas páginas, bem como moldes e miniaturas de fraldas e bibeiros. No anexo referente a ervas medicinais que poderiam ser cultivadas em hortas caseiras, há, grampeados na página, invólucros plásticos contendo folhas de losna, hortelã e erva-doce, surpreendentemente intactos passados 46 anos de sua confecção. Não deixa de ser curioso analisar esse documento atualmente, comparando com as normas técnicas estabelecidas para a produção de trabalhos escolares/acadêmicos. Quanto a isso, convém ressaltar também que este documento apresenta algumas dificuldades para sua análise. Por exemplo, não há referências bibliográficas ou referências que estabeleçam as fontes consultadas para a elaboração desse plano de estágio, o que dificulta a conferência de várias informações e dados apresentados em seu texto. Porém, como se trata de um relatório de um estágio aplicado por moças pertencentes a classes privilegiadas, aplicado em um bairro carente da cidade de Curitiba, as informações nele contidas e que a seguir serão relacionadas não deixam de ser importantes por apresentarem uma visão do “outro”, de meninas economicamente privilegiadas descrevendo uma realidade social distinta daquelas que elas encontravam em casa ou em seus círculos sociais. Portanto, se por um lado, os dados ali presentes e que aqui serão apresentados possam carecer de fontes e por isso questionáveis, o documento não perde valor histórico por apresentar um testemunho de uma visão de mundo particular a jovens pertencentes à elite curitibana, e as discussões anteriormente feitas na primeira parte desta pesquisa ajudam a contextualizar a produção desse discurso.

Em linhas gerais, tratava-se de um projeto de “higiene alimentar” através de um curso que teve duração de dois meses e meio, realizado entre os dias 27 de abril e 15 de junho de 1971, aplicado sempre às terças-feiras, sendo realizadas, por dia de estágio, quatro horas-aula. Os grandes grupos temáticos que compunham essas aulas compreendiam os seguintes assuntos: a) puericultura, b) higiene, c) nutrição e culinária d) horticultura) e) jardinagem f) verminoses e saneamento g) enfermagem,

h) administração do lar i) corte e costura e j) relações sociais. Segundo as alunas:

O nosso objetivo ao ministrar o curso de higiene alimentar foi o de dar condições higiênicas às mães para que contribuíssem para o aumento de peso, assim fortificando a criança e possibilitando a aplicação das vacinas diminuindo assim o nível de mortalidade infantil. Conhecer a utilidade das vacinas e o valor da higiene em relação à educação infantil criou nas mães novos interesses¹⁶².

O trabalho com crianças, segundo o texto do relatório, foi de escolha das próprias alunas, que consideravam os conhecimentos adquiridos no curso de Educação Doméstica como importantes para, através do campo familiar, contribuir para a educação geral. Pelo que se percebe no relato, não foi a primeira experiência de estágio delas no curso: nos três anos de curso, elas haviam participado em diferentes campos de estágio mantendo contato com diversos níveis sociais, “*das classes média à classe miserável, a fim de que nosso treinamento fosse o mais completo e eficiente*”. Por isso a escolha pelo Posto Assistencial Dr. Plínio de Mattos Pessoa, mantido pela Associação de Proteção à Infância e a Maternidade “Saza Lattes” em Curitiba.

Fundada em 1954, a APMI Saza Lattes foi uma das associações filantrópicas de maior destaque em Curitiba, onde dedicava-se a oferecer, principalmente, atendimento de saúde a crianças e gestantes através da manutenção e direção de vários Postos de Puericultura espalhados pela capital paranaense. Afundada em dívidas trabalhistas e problemas de gestão, a entidade encerrou as suas atividades no ano de 2005 sem ser formalmente extinta, o que acabou gerando uma ação judicial movida pelo Ministério Público do Paraná no início da década¹⁶³.

Segundo o texto do relatório, a fundação do Posto de Puericultura aqui analisado partiu da grande necessidade de assistência no bairro do Pinheirinho, e foi idealizada pelas religiosas da congregação Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração, sediadas em Capanema, Sudoeste do

¹⁶² ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Trabalho de Conclusão de Curso. 1971, p.8

¹⁶³ “MP quer encerrar atividades da APMI Saza Lattes”. Tribuna do Paraná, 20/04/2010. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/mp-quer-encerrar-atividades-da-apmi-saza-lattes/> Acesso em: 23/07/2018.

Paraná e custeada mediante verbas federais. Depois de construídas as instalações, foi solicitado o auxílio da Secretaria de Saúde Pública. Diante das dificuldades em obtê-lo, que no relatório são referidas como “esforços inúteis”, foi procurada a iniciativa privada por meio da ação filantrópica:

Assim sendo, a A.P.M.I. “Saza Lattes” e a Congregação das Irmãs Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração, firmaram um acordo para incrementar um regime de cooperação técnica e financeira, de proteção à maternidade e à infância no Bairro do Pinheirinho. Dentro de dois meses o Posto estava equipado graças à campanha empreendida pela diretoria da A.P.M.I. “Saza Lattes” e liderado por senhoras voluntárias de nossa sociedade tendo em vista divulgar a campanha em homenagem ao renomado pediatra Dr. Plínio Mattos Pessoa, pelos relevantes serviços prestados às crianças de Curitiba¹⁶⁴.

O médico puericultor Plínio Mattos Pessoa foi um bom exemplo da posição de destaque que a figura dos médicos tinham na sociedade paranaense da época. Nome muito citado em periódicos estaduais, formou-se em medicina em 1941, na então Universidade do Paraná, federalizada no ano de 1951. Já na década de 1940, Mattos Pessoa foi atuante em iniciativas governamentais como as “Semanas da Criança”, onde, ao lado de outros médicos, foi palestrante e jurado em concursos de “robustez infantil”, promovidas pelo Departamento Estadual da Criança entre postos de puericultura da capital¹⁶⁵. Casou-se, em 1950, com Maria Augusta de Castro Lacerda¹⁶⁶, filha de Flávio Suplicy de Lacerda, Reitor da Universidade do Paraná, que mais tarde ocuparia o cargo de Ministro da Educação no regime militar durante o governo do Marechal Castelo

¹⁶⁴ ZILLI, CORRÊA, FERREIRA. Op. cit., p. 3.

¹⁶⁵ Diário do Paraná - 11/10/1946 “Semana da Criança - Organiza-se (sic) o programa das comemorações”. Disponível no acervo online da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁶⁶ Jornal O DIA - 26/09/1950. Disponível no acervo online da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Branco em duas oportunidades¹⁶⁷. O casal Mattos Pessoa inclusive chegou a hospedar em sua própria residência o próprio Castelo Branco, durante visita oficial em 1964¹⁶⁸, meses após o golpe civil-militar. Nomeado pelo governo do estado para exercer o cargo da classe Q da carreira de Médico Puericultor na Secretaria de Saúde Pública, Plínio Mattos Pessoa construiu uma carreira respeitada dentro da sociedade curitibana nos anos seguintes, valendo-lhe a homenagem na construção do Posto que foi batizado com seu nome:

Por motivo do Jubileu de Prata de formatura do pediatra Plínio de Mattos Pessoa e, considerando seus relevantes serviços prestados à coletividade, personalidades de expressão de nossa sociedade estão se reunindo constantemente, com o objetivo de planificar campanha para a construção de uma unidade sanitária, com Clube de Mães, que receberá o nome do referido facultativo paranaense. Na residência da senhora Alcina Tacla realizou-se, segunda-feira à noite, nova reunião, oportunidade em que foram debatidos importantes aspectos da iniciativa. Estiveram presentes as seguintes pessoas: Sra. Alcina Tacla Sabagg; Srta. Diva Baptista de Barros; Sr. e Sra. Telange Alves; Sr. e Sra. Roberto Leão, Sra. Joana Braga e Sr. João Bley Amaral. Ficou assentado que livros de Ouro serão colocados nas lojas "Cinderela" e "Maison Blanche", para que a sociedade curitibana prestigie a iniciativa¹⁶⁹.

O exemplo da biografia deste médico mostra bem a relação íntima de um médico puericultor com a alta sociedade paranaense, desde o casamento com a filha de um futuro ministro do regime militar à homenagem com um Posto de Puericultura batizado com seu nome, idealizado e, conforme mencionado na citada notícia, custeado por

¹⁶⁷ De 15 de abril de 1964 a 8 de março de 1965, e de 22 de abril de 1965 a 10 de janeiro de 1966.

¹⁶⁸ O Correio do Paraná. 03/09/64. Disponível no acervo online da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁶⁹ "Unidade Sanitária ganhará o nome de médico paranaense". Jornal Diário da Tarde 01/03/1967, p.9.

campanhas lideradas por senhoras bem posicionadas na elite curitibana. Diferentemente do relatório de estágio aqui analisado, a notícia não menciona nenhuma espécie de auxílio de verbas federais ou estatais, nem menos a participação de alguma congregação religiosa. Mas, por tratar-se de uma notícia veiculada em uma coluna social, uma primeira hipótese é a de tal notícia ter sido publicada, como objetivo maior, mais para promover nomes da sociedade curitibana do que necessariamente dar detalhes da iniciativa. Ou então, tal campanha, diferentemente do que está descrito na coluna, visava equipar o posto já construído; essa possibilidade me parece mais plausível, pois a notícia foi publicada no dia primeiro de março de 1967 e, segundo o relatório de estágio das alunas, sua fundação se deu no dia 13 de maio de 1967, o que daria um pouco mais de dois meses, um prazo muito curto para a construção de um posto de saúde, até para os dias atuais. Considerando essa possibilidade, os nomes noticiados pela coluna poderiam ter ligação com a A.P.M.I “Saza Lattes”, o que não foi mencionado na coluna.

Esse posto, na visão das alunas ao escreverem este relatório, era de grande importância para o bairro do Pinheirinho uma vez que, segundo o texto por elas escrito, até o ano de 1963 só existiam três serviços médicos infantis na cidade mantidos pelo estado: o Hospital de Crianças César Pernetá, o Centro de Puericultura da Capital o Centro de Saúde do Ambulatório de Pediatria. Por todos se localizarem no centro da cidade, a distância para os bairros periféricos ser longa, somada ao fato de que as mães não tinham com quem deixar os outros/as filhos/as para levar um/a deles/as até um desses atendimentos localizados na região central da cidade fazia com que, na maioria das vezes, as famílias ficassem sem atendimento. Isso, na visão das alunas ao escrever seu relatório, contribuía para a alta mortalidade infantil nos bairros periféricos de Curitiba em decorrência do seu baixo nível econômico. E, conseqüentemente, as classes populares recorriam a estratégias de procura pela saúde não reconhecidas pelo saber médico institucionalizado: *“Antes da fundação do Posto, o bairro carecia de recursos que fazia com que a cura fosse feita por curandeiros e benzedoras¹⁷⁰”*.

A intenção aqui não é relativizar a importância da medicina no combate às doenças e a melhora da qualidade de vida da população, mas

¹⁷⁰ ZILI, CORRÊA e FERREIRA, Op. cit., p. 1

é importante lembrar que ela enquanto saber científico, como a conhecemos, foi constituída no final do século XVIII, quando o saber médico passou a ser centrado e norteado por um olhar fragmentado sobre o corpo, substituindo o caráter de integralidade característico de outros saberes relacionados à cura, como as práticas de curandeirismo e de benzedeadas, que eram recorrentemente procuradas entre camadas populares. Ou seja, essa “racionalidade científica” da medicina suplantou, através de intervenções científicas, as diferentes cosmologias que propunham a arte da cura¹⁷¹. Mas isso não anula a importância social que curandeiras e benzedeadas tinham entre as classes populares, e permite a reflexão sobre uma possível imposição dos discursos relativos ao saber médico às classes populares que, ao não ter acesso à educação dita “formal”, talvez não estabelecessem distinção entre a medicina institucionalizada e práticas tradicionais de cura.

Com a implantação destes Postos de Puericultura, as mães agora poderiam procurar orientações médicas e ter acesso aos recursos lá disponibilizados, recursos inclusive assistenciais. Lá eram realizadas distribuição de leite, de medicamentos, aplicação de vacinas, além da oferta de serviços odontológicos e de pediatria, e serviços de *“ginecologia e obstetrícia [que] atendem da mesma forma, senhoras ou moças, sendo indigentes ou não, de qualquer idade”*¹⁷². Traçando um paralelo entre a institucionalização da medicina e o surgimento de ramos desta ciência destinados ao corpo feminino, percebemos a ascensão da figura do médico como:

¹⁷¹ Cf. FOCALTY, 1980.

¹⁷² ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op. cit., p.2

(...) conselheiro familiar com autoridade para expressar suas ideias e prescrever condutas só se deu através da aliança estabelecida com a mulher, personagem central tanto para a entrada das ideias médicas e científicas no meio familiar quanto para a construção da reputação e da fama dos médicos. Dessa forma, a imagem do médico protetor da mulher também expressa o crescente interesse médico-científico pela natureza feminina e as doenças de mulheres, interesse este que resultou na constituição de especialidades médicas voltadas para a especificidade do sexo feminino: a obstetrícia e a ginecologia¹⁷³

Outra prática presente entre os meios populares que não era institucionalizada pela medicina era o ofício das parteiras, que até meados do século XX eram figuras presentes no cotidiano das cidades brasileiras, sobretudo em cidades do interior. Geralmente as parteiras eram mulheres provenientes das classes populares, sem formação escolar, que aprendiam as técnicas observando outras mulheres no auxílio de trabalhos de partos, muitas vezes sua mãe ou avó, caracterizando-se assim como um saber popular que era transmitido pela tradição oral. Por isso, segundo Maria Lúcia Mott, esse ofício deve ser compreendido mais pela perspectiva da benemerência do que pela do trabalho, associando esse ofício com conceitos de vocação, missão e caridade¹⁷⁴. Se com a institucionalização do parto observa-se um gradual abandono da procura por parteiras, poderíamos pensar a ação filantrópica em Postos de Puericultura como uma substituição do trabalho de benemerência das antigas parteiras, concomitantemente à mudança de suas práticas pela institucionalização médica:

¹⁷³ MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011p. 233

¹⁷⁴ MOTT, Maria Lúcia. Assistência ao Parto: do Domicílio ao Hospital (1830-1960). In Projeto História Corpo & Cultura. Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História. São Paulo: PUC, 2002

Ana Paula Vosne Martins pondera que a “história feminista do parto e da maternidade retirou de cena a oposição ideológica entre saber e superstição, para colocá-la no campo das disputas profissionais e da constituição de novos saberes sobre o corpo feminino que tiveram lugar a partir do século XVIII”. Segundo a autora, com a entrada dos médicos o “parto foi muito mais resultado de uma relação de forças, do que simplesmente a superação do obscurantismo pelo progresso do conhecimento médico”. Desta forma, os conhecimentos das parteiras tradicionais, isto é, o saber empírico das mesmas neste sentido, aos poucos foram sendo esquecidos ou suplantados pelos conhecimentos científicos, pelo menos no meio urbano¹⁷⁵

Dentro desta perspectiva, podemos analisar a implantação dos Postos de Puericultura na periferia da cidade de Curitiba, visando atender as classes populares, como o saber médico procurando ocupar os espaços antes ocupados pelas parteiras, consideradas pelo discurso científico médico no mesmo nível das “curandeiras e benzedadeiras” citadas pelas alunas em seu relatório de estágio:

175MARTINS, 2004, p. 70 apud BARBOSA, BARBOSA Michele Tupich. Sobre Mães e Filhos: As Políticas de Proteção à Maternidade e à Infância em Guarapuava (1940 a 1960) (Dissertação de Mestrado). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012. p. 109.

Com base na supremacia da razão sobre a emoção – e nesse plano ganhando sua legitimidade –, a puericultura oferecia amplo e diversificado estoque de ensinamentos técnicos para guiar a conduta das mulheres na criação de seus filhos, em substituição aos “antigos” dogmas religiosos ou palpites de curiosas, vizinhas ou avós, considerados perniciosos e “arcaicos”. Munidas de tal arsenal científico, as mulheres estariam supostamente aptas a desenvolver sua “nobre missão” sem os riscos oferecidos pelas paixões ou impulsos e sem precisar recorrer a expedientes do domínio das crenças. Usar e fazer ciência: este seria o novo papel social da mãe moderna. O argumento da modernidade era sistematicamente invocado pelos articulistas para justificar as novas práticas – científicas e racionais –, opondo-as às aquelas tradicionais, baseadas em costumes, crenças e superstições¹⁷⁶.

Logo, a intenção não é desqualificar a importância destes Postos de Puericultura na perspectiva da melhora e do acesso à saúde pública na cidade de Curitiba, pois é impossível negar a contribuição de conhecimentos e técnicas de obstetrícia e ginecologia para a melhora da saúde das mulheres. Mas, pensar das relações que se dão entre produtores de saber e aqueles que são o objeto final destes saberes, para melhor localizar como a caridade de uma elite católica se insere neste contexto.

E essa ação se dava através dos Clubes de Mães, que eram orientados segundo os interesses de cada bairro, mas que em geral funcionavam no período vespertino e cuja finalidade principal era

¹⁷⁶ FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009 p. 127

(...) conscientizar a mulher para os princípios de higiene, puericultura, educação familiar, cívica e **religiosa**. Essa conscientização se faz através de um contato direto com professoras, por palestras que seguem um roteiro anual, dadas durante os lanches. Mensalmente são passados [sic] filmes educativos, com projetores próprios da Associação [de Proteção à Maternidade e à Infância “Saza Lattes”]¹⁷⁷

Ou seja, convenientemente ministradas no posto onde, além da assistência médica, havia uma sala especial para recreação infantil com atividades como pintura e modelagem, uma sala com materiais para alfabetização de adultos e adolescentes e eram até servidos lanches, palestras eram realizadas com o objetivo de conscientização das mulheres carentes para princípios não só médicos como os de higiene e puericultura, mas também de *educação familiar, cívica e religiosa*. Além disso, eram ministrados cursos de costura, culinária, lavanderia, artesanatos, bordados, crochês, tricô, cabelereiras, etc. A iniciativa privada contribuía com recursos tanto para essas atividades quanto para a distribuição de alimentos que era inserida dentro das atividades do Clube:

Baseados nas necessidades dos assistidos, realiza-se a Campanha da Soja, a mais barata fonte de proteínas. Com o Dia Mensal da Soja em que se reúnem mães num determinado clube, desde às 8 horas da manhã a tarde e se executam diversas receitas gostosas como: bife de soja, soufflé [sic], bolinho, leite de soja. Etc. Nas épocas de pinhão e do milho faz-se o “Dia do Pinhão e do Milho”, com o objetivo de melhorar seu aproveitamento. Estando as mães motivadas, naturalmente executam as receitas em casa, visto ser um kilo [sic] de soja mais barato que um kilo de feijão, aprimorando assim o valor nutritivo do cardápio da família¹⁷⁸.

No ano de 1969 o governo paranaense lançava a sua própria “Campanha da Soja”, que nesse caso tratava-se de uma iniciativa para

¹⁷⁷ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op. cit., p.3

¹⁷⁸ Op. Cit., p.4

incentivar a produção do grão no estado. Ensinar mães pobres a utilizar esse alimento era só uma preocupação com o bem-estar nutricional dos mais humildes ou isso fazia parte de um contexto maior de fomento do estado a agricultura da Soja? Obviamente observa-se aí um exemplo da frequente visão que classes mais favorecidas economicamente tem da população pobre, como preguiçosos, indolentes que precisavam ser *motivados*, segundo a batida lógica do *não dar o peixe, mas ensinar a pescar*. Esse trabalho, além da conscientização médica, oferecia até a oportunidade de alfabetização e cursos para mulheres que “tem atualmente sua própria renda em casa com trabalhos manuais que fazem para casas comerciais”. Trata-se aqui de um trabalho voltado para a classe trabalhadora, centrada na saúde e no trabalho. E com o tom moral, cívico e religioso permeando essas ações, gerenciando não apenas corpos, mas consciências e almas.

Na obra de Michel Foucault¹⁷⁹ o problema da governamentalidade para abordar o problema do Estado e da população tem um conceito-chave, que é o do poder pastoral. Segundo o filósofo, a origem desse tipo de poder está no oriente, sendo depois desenvolvido pelo cristianismo, com base na associação dos governantes com a figura dos pastores, sempre a zelarem pelo seu rebanho. Assim, o poder envolvido no ato de governar é no sentido de exercer o poder de mando, mas também de prover o sustento tanto da multiplicidade do rebanho quanto na singularidade da ovelha desgarrada. Poder benfazejo, o pastor governante zela pelos seus protegidos, mas esse zelar também assume uma conotação de *vigilância* sobre a vida do rebanho. Visando promover a salvação, o pastor orienta e guia seu rebanho e, quando é o Estado que assume a função de pastor, essa salvação se torna a promoção da vida, com ações sobre o rebanho visando, por exemplo, um controle sobre hábitos e condutas através de políticas de saúde pública. No caso analisado neste estudo de caso, as pessoas assistidas pelo Posto de Puericultura Plínio Matos Pessoa eram o rebanho que o Estado, através dos Departamentos Nacional e Estadual da Criança e pela parceria com a sociedade na figura das associações filantrópicas, buscava governar sobre seus corpos e consciências, através do higienismo que civilizava condutas.

¹⁷⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

E quem eram essas pessoas atendidas? Qual era o seu perfil? O relatório apresentado pelas alunas Maria Cristina Zilli, Regina Célia Corrêa e Vera Maria Ferreira apresenta um perfil socioeconômico dos atendidos pelo posto, interessante ainda que problemático para esta análise. Conforme afirmado anteriormente, esse trabalho não foi construído a partir de um rigor metodológico que possibilite aqui assinalar de que fonte esses dados foram extraídos, se foram por elas produzidos (o que me parece pouco provável), se eram dados oficiais, do Posto ou da A.P.M.I “Saza Lattes”. Deixa-se aqui claro que a exatidão e/ou a veracidade dos dados pelas alunas apresentados é difícil de ser atestada em muitos aspectos. Porém, ao meu ver, isso não invalida a fonte, pois, ainda que a precisão das informações possa não ser aqui comprovadas com pouca margem de erro, elas nos servem tanto para tentar traçar um perfil aproximado de quem seriam essas pessoas atendidas em vários aspectos, bem como esses dados e a construção deles no corpo do relatório não deixa de atestar a visão que três jovens, filhas da elite curitibana e estudantes de uma prestigiada escola da capital, em estágio em um posto com uma entidade filantrópica de destaque na cidade, tinham dessas pessoas por elas assistidas no trabalho social de estágio.

Segundo o relatório, 57,78% dos chefes de família atendidos pelo Posto de Puericultura eram operários, sendo que, destes, 19,25% eram serventes nas indústrias madeireiras ou construtoras; 10,69% eram pedreiros; 8,02% eram carpinteiros; e 13,42% trabalhavam como *biscateiros* cuidando de jardins, pintando casa, cavando valetas ou desenvolvendo alguma atividade de pedreiro. Percebe-se que a somatória não bate, e muito menos há qualquer indício(s) de fonte(s) consultada(s) pelas alunas para encontrar esses dados, exceto a menção “*Pela tabela*” no início do parágrafo. O posto provavelmente possuía esses dados e os forneceu para a consulta das alunas, que devem ter se equivocado na hora da datilografia do trabalho, e este erro passou batido quando o relatório foi avaliado pela escola. Ainda há menção a 7,48% entre as mulheres que trabalhavam como diaristas na limpeza de casa e 4,27% de desempregados, “*não chegando a constituir cifra alarmante se levamos em conta que muitas famílias são chegadas do meio rural*¹⁸⁰”. Entre as demais profissões (42,22%, segundo a primeira cifra apresentada?), o relatório continua, se encontravam: marceneiros, guardas urbanos,

¹⁸⁰ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op.cit, p.4

motoristas, militares, operadores de máquinas, lavradores, borracheiros, engraxates, ferroviários, aposentados, mecânicos e embaladores de móveis; lixadores, cobradores de ônibus e encarregados de transporte.

Se os números não batem e/ou a redação do relatório não deixa as informações claras, a listagem de empregos pode nos auxiliar a ter uma boa noção do perfil de trabalho dos moradores do bairro do Pinheirinho em 1971: com a exceção de aposentados e do trabalho feminino (que nada é mencionado além da informação sobre as diaristas), algumas posições que exigissem algum grau de especialização maior (motoristas, operadores de máquinas) e ainda posições que na época representassem algum prestígio social maior (ferroviários, guardas e militares), percebe-se que a ampla maioria dos postos de trabalho mencionados no relatório são atividades consideradas de menor prestígio e, conseqüentemente, de menor remuneração.

Entre os gastos dessa população o relatório diz que a maior parte dos rendimentos daqueles trabalhadores eram empregados em: educação (uniforme e material escolar), gás, condução e prestação em lojas. Apenas 33% das habitações possuíam ligação com a rede de energia elétrica (o restante utilizando geradores movidos por querosene), e a água na totalidade provinha de poços nas residências, sendo que apenas uma casa na região possuía ligação com a rede pública. A média do aluguel no bairro era de Cr\$ 30,00 a Cr\$ 60,00 e os gastos da alimentação por família giravam em torno de Cr\$ 150,00¹⁸¹:

Muitos são os casos em que se gasta mais do que se recebe, incluindo as prestações em geral que se destinam à aquisição do leite, fogão, roupas, madeira para construção da casa ou pagamento do rádio de pilha. A maioria absoluta não frequenta nenhum tipo de diversão¹⁸².

A aquisição de alimentos das pessoas geralmente era composta de arroz, feijão, batata, trigo e açúcar. Carne, ovos e verduras, segundo a fonte, raramente eram comprados, dada a falta de mercado ou feira livre

¹⁸¹ O salário mínimo era, pelo Decreto nº 68576, de 1971, de Cr\$ 225, 60. Segundo a fonte, a média salarial dos trabalhadores moradores do bairro era entre Cr\$ 200,00 a Cr\$ 250,00.

¹⁸² ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op. cit., p.5

local. 51% das habitações possuíam horta, onde em geral se cultivavam: repolho, couve, alface, cebola, milho, batata, cenoura, salsa e cebolinha, abóbora, alho, rabanete, tomate e pimentão. Além de animais domésticos, criavam-se galinhas, patos, gansos, porcos, vacas e cabras. Percebe-se que, ainda que em uma cidade em acelerado processo de urbanização, o bairro ainda conservava ares rurais, e muito provavelmente por conta da migração de habitantes provenientes do interior.

Além da água consumida ser proveniente de poços, não havia rede de esgotos e coleta de lixo. Este era exposto, queimado ou enterrado, e o sanitário era externo, do tipo fossa negra, modelo mais rústico e que, por ser escavado diretamente na terra, apresentava maiores riscos de contaminação:

Os dados são suficientes para revelar o baixo índice de higiene e condições sanitárias. Condições essas agravadas por se tratar de bairros recentes, que por não seguir um planejamento pré-estabelecido, crescem desordenadamente tornando precários e insuficientes os recursos¹⁸³.

Quase metade das famílias (47,36%), segundo o relatório, tinham como único recurso médico o Posto de Puericultura, e a ampla maioria delas (85,53%) recebia semanalmente leite doado no Posto. As doenças mais encontradas eram desidratação e cardiopatias, mas também paralisia infantil, bronquite e deficiências hepáticas. Segundo ainda os dados apresentados pelas alunas, 39% das mães já tinham sofrido aborto sendo que 98,36% foram de causas involuntárias, “*visto que a maioria ocupava-se com o trabalho pesado, favorecendo o enfraquecimento*¹⁸⁴”. A mortalidade infantil foi causa de 54 óbitos num período de 10 anos, sendo que a maior parte dos casos acontecia nos 12 primeiros meses de vida, tendo como principais causas: pneumonia, desidratação, infecção umbilical, verminoses e sarampo. Dentistas eram pouco procurados pela população, em virtude da falta de condições financeiras ou medo, sendo essa procura realizada apenas em últimos casos.

As taxas de vacinação eram mínimas. Segundo o relatório, apenas 147 crianças cadastradas em um universo de 317 haviam tomado a primeira dose da Tríplice e demais vacinas. A antivariólica foi

¹⁸³ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op.cit. p.6

¹⁸⁴ Idem.

ministrada a 52,18%, devido a vacinações em escolas públicas, bem como a B.C.G., que era ministrada em bebês quando estes nasciam no hospital¹⁸⁵. Na medida em que eram consideradas as demais doses das vacinas, o número de vacinados apresentava *acentuada queda*. Quanto à vacinação, o relatório dá entender que foram entrevistadas as mães durante o estágio:

Através das *entrevistas* constatamos que as crianças não recebem as vacinas por se encontrar sempre doentes. As mães geralmente encontram dificuldades em fornecer estes dados. Não sabem quais as vacinas que os filhos tomaram nem para o que servem. Houve necessidade de verificar com o pessoal de atendimento no Posto as fichas de matriculas onde nos certificamos de constituir problema de fato de um grande número de crianças não apresentarem condições de saúde e peso para aplicação das vacinas¹⁸⁶

Quanto à educação, o relatório afirma que 17,65% da população atendida pelo posto era analfabeta, incluindo nesta cifra crianças em idade escolar que não frequentavam a mesma. Num universo de 153 crianças cadastradas no posto, apenas 54,18% estudavam, e dentro das 45,8% que não estudavam, segundo o relatório 71,92% não estavam matriculadas por falta de vagas nas escolas públicas locais.

Entre trabalho, condições sanitárias e de saúde e educação, o relatório de estágio das alunas da Escola Normal de Educação Familiar apresentam também dados quanto a religiosidade das pessoas assistidas pelo posto. Não é surpreendente, tratando-se de um trabalho de estágio realizado por alunas de uma escola particular católica, mas é interessante a maneira com que estes dados foram colocados na estrutura do relatório, e o detalhamento das informações. Aqui novamente os dados numéricos apresentados são confusos. Segundo as alunas, 91,56% das pessoas que eram atendidas pelo Posto de Puericultura eram católicas, sendo o montante restante dividido entre *crentes* [sic] e membros da Assembleia de Deus. Porém, apesar da quase totalidade de católicos, segundo o relatório apenas 52,52% batizavam seus filhos, sendo que os “*outros só*

¹⁸⁵ O relatório não apresenta nenhuma cifra em relação a esta vacina.

¹⁸⁶ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op. cit. p.7

portam o título, não seguem os sacramentos e nem batizam os seus filhos¹⁸⁷. O casamento, segundo o texto do relatório não era frequente por causa dos custos que o envolviam. Mas a maior parte (99,10%) frequentavam a missa. Mas o mais curioso é a relação detalhada de movimentos religiosos dentro da paróquia na qual as pessoas assistidas pelo posto frequentavam:

Quadro 3 -Participação da comunidade do Bairro Pinheirinho em movimentos da Igreja

Curso para o Batismo	5,76%
Curso de Noivos	0,54%
Catequese Infantil	2,56%
Comissão do dízimo	0,64%
Clube da Liturgia	0,64%
Movimento Catequético	0,64%
Capelinha Domiciliar	7,05%
Legião de Maria	0,64%
Dizimistas	1,92%

(FONTE: ZILLI, CORRÊA e FERREIRA. Trabalho de Conclusão de Curso. p.7)

A única referência no relatório à maneira com a qual esses dados foram colhidos é a expressão “*enquete [entre] as pessoas que fazem parte do movimento da paróquia*”. Porém, o baixíssimo índice de participação em cada um dos itens acima mencionados é indício da baixa prática efetiva da religião, o que é motivo de preocupação para as alunas:

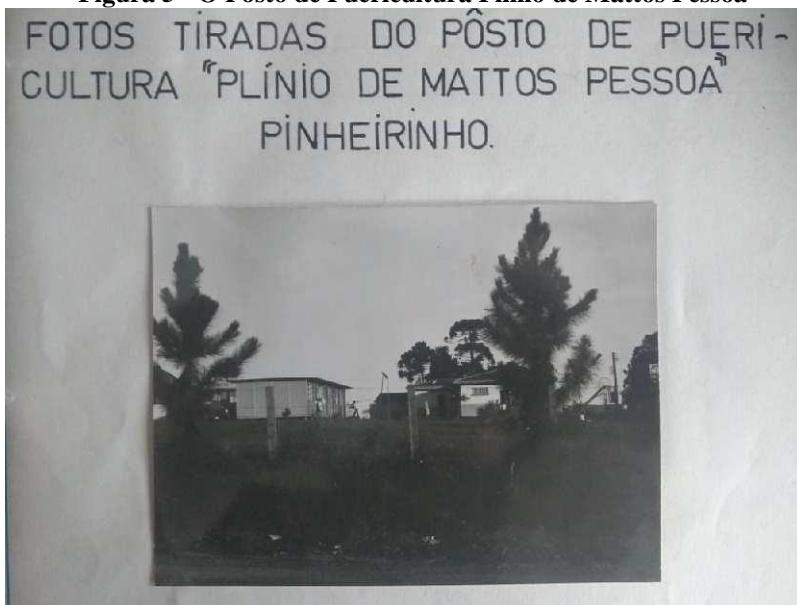
¹⁸⁷ *Idem.*

O quadro sobre religião não foge da nossa realidade onde predomina o sentimento religioso de origem católica. Devido ao baixo nível sócio-econômico, a clientela não tem a participação ativa nos movimentos paroquiais. O elevado número de batizados, casamentos na Igreja e freqüência à missa reflete mais uma mentalidade de sacramentização do que de adesão consciente e ativa. Registramos alguns casos de não casamento religioso tendo como motivo o fator econômico ou fuga de casa¹⁸⁸.

Considero este um ponto essencial para a análise. Analisando os conteúdos programáticos e os planos das aulas, que a seguir serão mencionados, ensinamentos morais e religiosos não faziam parte dos planos das alunas nessa prática de estágio de maneira efetiva. Mas isso não exclui a possibilidade da abordagem dessas aulas, bem como no decorrer das aulas não possuem permeados ensinamentos morais e religiosos. Vários fatores reforçam essa hipótese: trata-se de um estágio feito por alunas de uma escola particular confessional católica, mantida por uma congregação religiosa; essa escola tinha como uma de suas missões expressas a conscientização das elites sobre a necessidade da prática da caridade com os pobres, uma das sete virtudes que se opõe aos pecados capitais (no caso, a avareza); em depoimentos citados no primeiro capítulo, fica expresso que nos estágios aproveitava-se para, em meio aos trabalhos, ensinar moral religiosa para as assistidas; no próprio relatório é mencionado que palestras de cunho religioso, moral e cívico eram recorrentes nos Clubes de Mães em Postos de Puericultura. Caridade como prática civilizatória: ensinava-se hábitos higiênicos, tratavam a saúde e paralelamente a isto trabalhavam aspectos morais e religiosos.

¹⁸⁸ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, 1971, p.8

Figura 5 - O Posto de Puericultura Plínio de Mattos Pessoa



3.3 A aplicação do estágio: higiene e puericultura

O curso de higiene alimentar foi planejado para a duração de dois meses e meio, de 27 de abril a 13 de julho de 1971, com aulas todas as terças-feiras, sendo quatro horas-aulas por semana. Os assuntos dos encontros eram os seguintes: a) puericultura; b) higiene; c) nutrição e culinária; d) horticultura; e) jardinagem; f) verminoses e saneamento, g) enfermagem; h) administração do lar; i) corte e costura e j) relações sociais. O objetivo principal do projeto, conforme já mencionado, era o de promover a higiene alimentar de crianças para que estas atingissem o peso ideal para poderem ser vacinadas. O trabalho de conclusão é um relatório técnico de sua aplicação onde, após o histórico da comunidade e os dados sobre a população anteriormente mencionados, são apresentados os planos gerais do curso, calendário, metodologias empregadas em cada encontro e o plano individual de cada aula, detalhando um pouco sobre os pontos-chave de cada aula. Também há, para cada aula, anexos com os recursos didáticos utilizados, que serão a seguir demonstrados. A maneira

com que ele foi produzido, de maneira quase artesanal, as inconsistências em alguns dados, bem como alguns erros de digitação não eclipsam a preocupação metodológica na organização e estruturação deste trabalho. Afinal, eram estagiárias de um curso normal de Educação Familiar, um curso que formava moças para serem professoras, além de futuras mães e donas-de-casa.

Na tarde de 27 de abril, Maria Cristina, Vera Maria e Regina Célia iniciaram o curso “*Cuide do Seu Filho, Ele é Seu*”¹⁸⁹, ministrando uma aula (“através de palestra e diálogo”) sobre puericultura em um Clube de Mães, para mulheres carentes, gestantes ou já mães de outras crianças¹⁹⁰. O tema das aulas foi “As Características do Recém-Nascido” onde, com o objetivo de “dar às mães o conhecimento da delicadeza do corpo da criança”¹⁹¹, explicaram às mães sobre a anatomia dos bebês, apresentando às mães a tabela com o peso e a medida recomendável para os bebês, além de informações sobre a moleira, a espinha dorsal, a pele do bebê e até mesmo suas necessidades fisiológicas. Pode-se observar aqui todo o discurso médico higienista e a importância dada por este à educação enquanto meio de disseminar seus saberes para a população atuando de forma elementar: diretamente às mães pobres de periferia, através de estagiárias de magistério em um contexto onde o estado (através das políticas de saúde pública) e a “sociedade” (através da filantropia de associações como, neste caso, a A.P.M.I Saza Lattes) atuavam na normalização de corpos, na medicalização do parto e da maternidade através da puericultura. “Direção de corpos e de consciências”. As consciências aqui são *pastoreadas* através da caridade que civiliza.

¹⁸⁹ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op. Cit. p.14

¹⁹⁰ O relatório de estágio possui nenhuma informação que indique a quantidade de mulheres que compareciam a essas aulas, muito menos indica se eram gestantes, mães ou ambas. Também não é possível através dele saber se em todas as mesmas mulheres compareciam às aulas. Muito provavelmente algumas mulheres compareceram à maioria das aulas, mas acredito que o público destas deveria variar bastante de aula para aula.

¹⁹¹ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op. Cit.19

Figura 6 – Clube de Mães do Posto de Puericultura Plínio Matos Pessoa



(FONTE: ZILLI, CORRÊA e FERREIRA. Op. Cit.).

As principais características do recém-nascido, tema desta aula, também é um capítulo do “Tomo III – Orientação Indispensável a Família”, da *Biblioteca do Lar*. De fato, neste volume da coleção a puericultura tem destaque especial em seu conteúdo, reforçando a hipótese que em algum momento da preparação das aulas deste curso esses livros podem ter servido como fonte. A seção que trata da Puericultura na *Biblioteca do Lar* dá a entender que essa publicação servia como uma tentativa de popularizar os saberes médicos, dadas as recorrentes explicações científicas, as citações a médicos puericultores e até mesmo o menosprezo que a autora deste manual, Íside M. Bonini¹⁹²,

¹⁹² A questão da autoria ainda é um pouco nebulosa dada a dificuldade de encontrar mais informações sobre essa autora. No decorrer desta pesquisa a única menção a esse nome encontrada foi na organização de outro livro, com os Contos

se refere a alguns costumes populares em detrimento do saber científico. A puericultura, para a autora, chegava a ser um assunto estratégico, que deveria ser tratado como assunto de interesse nacional:

Entretanto, gostaríamos de inserir, num parêntese, nossa opinião e de muitos cientistas também, de que o ensino de puericultura *deveria* constar obrigatoriamente do currículo escolar feminino. Com efeito, as jovens, como os rapazes, estudam vasto número de matérias tais como física, química, economia política, geografia, etc., e recebem a sua láurea que, quando muito lhes permite arranjar um emprego, muitas vezes de caráter que dispensa totalmente o conhecimento dessas matérias. Todavia, à parte essencial que por obrigação e dever lhes deveria ser ensinada, isto é, a preparação para o perfeito cumprimento das funções a elas impostas pela sua natureza e por Deus, continua, nas escolas não especializadas, totalmente descurada. Ora, se ao rapaz a Lei impõe, obrigatoriamente – a fornecer à Pátria cidadãos sadios e fortes, normais e equilibrados, por que então essa omissão nos programas escolares, sobretudo para as classes médias e pobres que raramente podem fazer um curso especializado?¹⁹³

O cuidado com a criança aqui é considerado uma ciência mais importante do que aquelas ensinadas nas cadeiras escolares, pois esta é obrigação imposta - tanto pela natureza quanto por Deus - às mulheres. Se o serviço militar precisa de “cidadãos sadios e fortes, normais e equilibrados” para servir à pátria, também era preciso orientar na escola as meninas para que, de maneira semelhante, se tornassem “boas mães” para a pátria. Mas, e quanto população que não tinha acesso à educação, o que na época ainda era restrita a poucas pessoas? Aqui um trabalho feito

dos Irmãos Grimm, também publicado pela EDIGRAF. Isso levanta a possibilidade de pensar que talvez Íside M. Bonini seja um pseudônimo para outro/a autor/a ou conjunto de autores/as.

¹⁹³ BONINI, Í. M. Biblioteca do Lar. Tomo III – Orientação Indispensável à Família. São Paulo. Edigraf, s/d, p. 92

por alunas de uma escola normal, que seria considerada “especializada” pela autora do manual, preenche a lacuna. O curso de Educação Familiar formava professoras para educar a vida familiar. Meninas que na escola estavam ainda aprendendo a ser mães, esposas e donas de casa, essas alunas iam a estágio ensinar mães pobres a como melhor cuidar de seus filhos, transmitindo os saberes médicos para aquelas que não tiveram condições ou possibilidades de frequentar a escola. Porém, o higienismo também é moral, e é nesse sentido acredito que a caridade se insere como prática civilizatória: corpos e consciências, pela medicina e a moralidade cristã.

Todo o conteúdo da aula, de acordo com o seu plano, está presente na *Biblioteca do Lar*. Não há referências nem citações diretas, e as informações tratadas nas aulas são bem gerais, mas elas seguem a mesma direção. São detalhes e explicações sobre anatomia dos recém-nascidos, a apresentação de uma tabela com o peso e a medida ideal da criança e, na falta de um detalhamento maior sobre como se transcorreram essas aulas, é perfeitamente possível imaginar que nela foi trabalhado um saber médico oposto a sabedoria popular, provavelmente conhecida por aquelas mulheres.

Figura 7 - Tabela de Pesos e Medidas ideais para crianças

TABELA DE PESO E ESTATURA				
IDADE	MENINOS		MENINAS	
	PESO	ESTATURA	PESO	ESTATURA
Recém-nascido	3.410 g	0,50 m	3.230 g	0,49 m
1 mês	4.350 g	0,55 m	4.200 g	0,54 m
2 meses	5.020 g	0,57m	4.730 g	0,55 m
3 meses	5.950 g	0,61 m	5.650 g	0,60 m
4 meses	6.550 g	0,62 m	6.290 g	0,62 m
5 meses	6.970 g	0,63 m	6.820 g	0,63 m
6 meses	7.440 g	0,65 m	7.230 g	0,65 m
7 meses	8.020 g	0,66 m	7.720 g	0,66 m
8 meses	8.530 g	0,67 m	8.220 g	0,68 m
9 meses	8.910 g	0,69 m	8.650 g	0,68 m
10 meses	9.190 g	0,70 m	8.930 g	0,69 m
11 meses	9.460 g	0,71 m	9.160 g	0,70 m
1 ano	10.320 g	0,72 m	10.040 g	0,71 m
1 ano e meio	11.100 g	0,78 m	10.810 g	0,75 m
2 anos	12.520 g	0,82 m	12.310 g	0,81 m
2 anos e meio	13.340 g	0,88 m	13.020 g	0,86 m
3 anos	14.600 g	0,96 m	14.300 g	0,95 m
4 anos	15.890 g	0,99 m	15.690 g	1,00 m
5 anos	17.750 g	1,06 m	17.270 g	1,05 m
6 anos	19.800 g	1,09 m	19.300 g	1,09 m
7 anos	22.570 g	1,15 m	21.850 g	1,13 m
8 anos	25.050 g	1,21 m	24.090 g	1,20 m
9 anos	26.820 g	1,25 m	25.620 g	1,24 m
10 anos	31.200 g	1,30 m	28.700 g	1,30 m
11 anos	32.270 g	1,33 m	32.920 g	1,38 m
12 anos	33.760 g	1,35 m	35.750 g	1,42 m
13 anos	38.450 g	1,39 m	39.800g	1,48 m

Por exemplo, explicações a respeito do cordão umbilical e da moleira das crianças. Muito do que se considera mera superstição ou crendice, “conselhos do tempo das avós”, são na verdade parte de uma

tradição e de uma sabedoria popular em relação à gestação e a maternidade que, embora suplantadas pelo discurso médico, ainda são lembradas e muitas vezes citadas, até nos dias de hoje, por muitas pessoas. Naquela época, tais conhecimentos, provavelmente, eram ainda mais fortes e presentes entre as classes populares que não tinham acesso ao conhecimento científico através da escola, nem outros meios de informação. Conhecimentos oriundos da tradição das parteiras que, conforme mencionado anteriormente, foram combatidos pela medicalização da maternidade e combatidas pelo discurso puericultor.

Moleiras são como são popularmente conhecidas as fontanelas, espaço macio e membranoso entre os ossos do crânio em formação de um recém-nascido. Do simples cuidado com a cabeça ao pegar no colo, a crenças como o ato de soprar as moleiras de um bebê quando ela engasga, existem várias tradições populares a respeito dessa característica anatômica. A rejeição a saberes populares pode ser vista no relatório de estágio: *"A cabeça é ovoide e na parte superior nota-se a moleira, na qual, segundo o povo (destaque meu), não podia ser tocada pondo em risco a vida do bebê. Isso não é verdade pois a moleira é tão resistente quanto uma lona"*¹⁹⁴. Onde a expressão "*segundo o povo*" dá indícios de uma rejeição a esse "outro" que é o povo – na ótica daqueles que detém o saber científico – e seus saberes. O cordão umbilical também foi tema desta aula, em relação aos cuidados e a higiene necessárias. Este também sempre foi objeto de crenças e práticas populares: mesmo minha mãe, cuja formação escolar foi, como podemos observar, voltada segundo os princípios médicos puericultores, sempre me contava que havia enterrado o meu no quintal de minha avó, como parte de uma simpatia relacionada ao meu crescimento. Tais superstições, à época, também eram combatidas pelo pensamento puericultor da época, como fica claro nas orientações da *Biblioteca do Lar*:

¹⁹⁴ ZILI, CORRÊA e FERREIRA, p.20

Feito o curativo umbilical, será ele mantido como uma atadura passada em volta do ventre, isto é, com o cinto ou faixa, mas sem apertar muito; não esquecendo o preceito capital de evitar quaisquer constrições. Alertem-se as parturientes contra os processos de algumas *curiosas* ou *aparadeiras*, de sistema e mentalidade antiquadas, que infelizmente ainda adotam no curativo umbilical certos remédios caseiros, pós, fumo ou teias de aranha e outras imundices perigosíssimas, causadoras de infecções como o *tétano umbilical*, ou *mal de sete dias* e outras, responsáveis por boa porcentagem de mortalidade infantil. A futura mãe deve, previamente, instruir-se a esse respeito¹⁹⁵

A intenção não é aqui desqualificar recomendações médicas, pois, como já mencionado anteriormente, o avanço da medicina permitiu historicamente um grande avanço na melhora das condições de saúde das mães e seus bebês. Algumas práticas populares que realmente podem ser nocivas para o bebê, como o seu enfaixamento, também eram condenadas pela autora da *Biblioteca do Lar*

O uso da faixa, tão antiquado quanto errado, que muitas mães persistem em manter, só apresenta inconvenientes e sofrimentos ao bebê. Já ficou provada a inutilidade do enfaixamento total da criança como preventivo contra possíveis anomalias ou encurvamento do esqueleto; a moderna eugenia desaconselha totalmente esse costume quase bárbaro¹⁹⁶

Mas a maneira como todas as vezes que autora se refere a qualquer tipo de saber popular é no sentido da interdição, da desqualificação de qualquer saber popular frente a autoridade do médico, como na hora do parto:

¹⁹⁵ BONINI, I. M. *Biblioteca do Lar*. Tomo III: Orientação Indispensável à Família. São Paulo: Edigraf, s/d, p. 85. Grifos da autora.

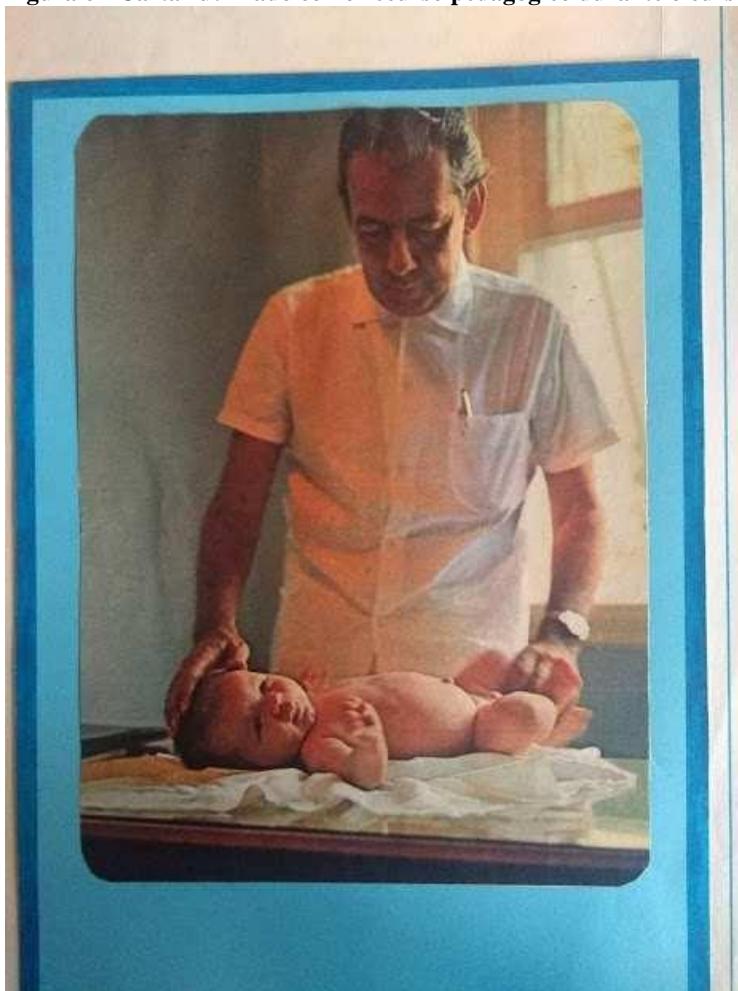
¹⁹⁶ BONINI, I. M. *Op. cit.* p. 76.

Marido e mulher terão que consultar o médico sobre o local que irá nascer a criança. Geralmente é numa maternidade, onde a parturiente recebe o tratamento adequado, tendo a melhor assistência de pessoal competente e especializado. Mas, não raro, o parto ocorre em casa. Motivos vários podem determinar isso: falta de recursos financeiros ou de recursos práticos, mormente em pequenas cidades do interior onde não existem hospitais; às vezes, premência de tempo por erro de cálculos, e outra por contarem de antemão com a parteira de seu conhecimento, quando não de uma simples “curiosa” que atende todos os “casos” em geral. Todos esses motivos são bem ponderáveis e convém sejam eles bem estudados com antecedência. A consulta ao médico, portanto, deve ser feita em conjunto e ele determinará em que condições deve ser o parto. É necessário, sobretudo, impedir a intromissão de pessoas estranhas, ou que se dizem entendidas, a aconselhar, a amedrontar com histórias alarmantes ou perigos imaginários, a receitar remédios ou “simpatias”.¹⁹⁷

As mães deveriam aprender a cuidar de seus filhos: nas escolas, conforme citação anterior da *Biblioteca do Lar*, ou através da assistência social mantida por associações filantrópicas de cunho religioso, através de uma missão da caridade. O discurso da natureza feminina e da maternidade como qualidade intrínseca à mulher ainda se mantinha, mas as orientações, os saberes, as práticas e tradições femininas ligadas ao ofício das parteiras eram combatidos a favor do discurso medicalizante, onde a autoridade do profissional da medicina se tornava também uma autoridade pastoral quando se passou a considerar os médicos como o guardiões e protetores da saúde de toda uma população. Em um dos cartazes utilizados pelas estagiárias nas aulas com essas mães, a representação do médico pode ser entendida nesse sentido, como a figura do bom pastor:

¹⁹⁷ Op. cit. p. 82

Figura 8 - Cartaz utilizado como recurso pedagógico durante o curso



Também pode-se pensar na figura do médico como a personificação do Estado, como pastor de um rebanho que é a população, no exercício do biopoder que promove a vida através de políticas higienistas. Nesse sentido, o próprio estado combateu a sabedoria popular das parteiras, ou ao menos tentou controlar e vigiar suas ações, através do

Departamento Nacional da Criança, que estabeleceu determinações e regulamentação para as parteiras:

Determinações do Departamento Nacional da Criança:

As parteiras e curiosas não devem:

- a) Tocar interiormente e fazer quaisquer exames ou manobras internas.
- b) Dar injeções subcutâneas ou vaginais sem prescrição médica
- c) Usar instrumentos quaisquer, exceto tesoura para o umbigo
- d) Atender a casos anormais
- e) Atender, estando elas mesmas doentes
- f) Atender, tendo outras parturientes doentes com erisipela ou infecção puerperal
- g) Extrair placentas
- h) Receitar para uso interno
- i) Fazer uso habitual de álcool

São seus deveres:

- a) Lavar, escovar e desinfetar as mãos antes de começar o seu trabalho
- b) Usar avental inteiro lavado e passado, que ficará na casa enquanto for preciso
- c) Só atender a casos normais
- d) Chamar o médico parteiro nos casos difíceis ou de extrema demora
- e) Notificar a Saúde Pública os casos de infecção puerperal, tétano, oftalmia, etc
- f) Empregar as gotas de nitrato de prata nos olhos do recém-nascido
- g) Comunicar o nascimento ao Registro Civil.¹⁹⁸

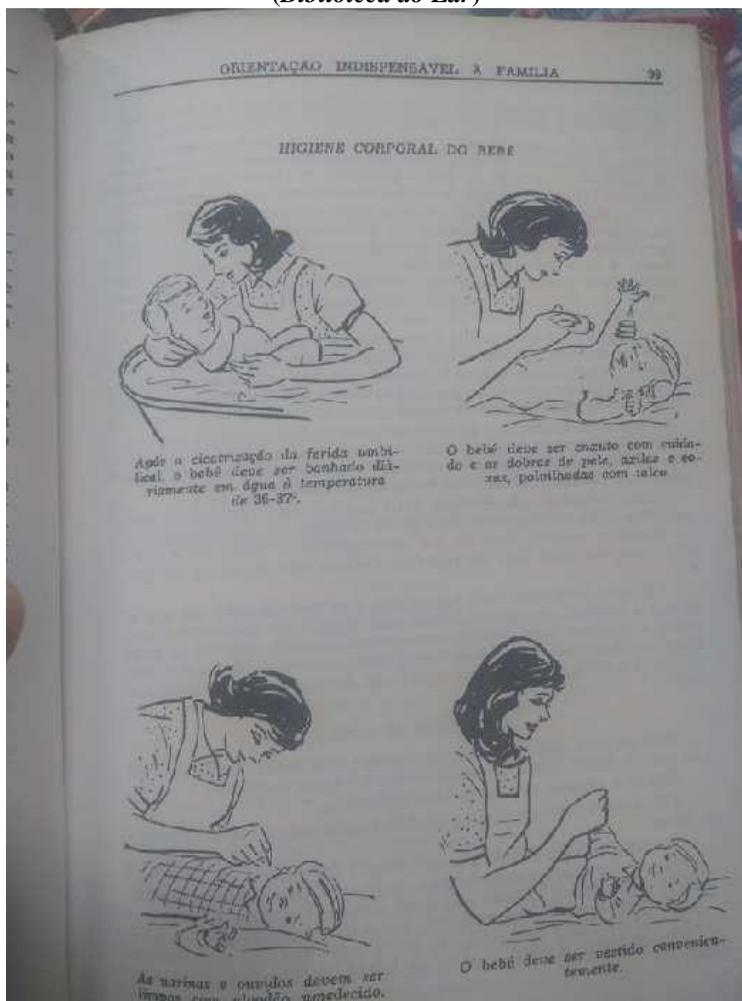
As orientações em relação à higiene também foram tema da aula seguinte do curso realizado pelas estagiárias na semana seguinte, no dia

¹⁹⁸ BONINI, I.M. Biblioteca do Lar. Volume III: Orientações Indispensáveis à Família. São Paulo: Edigraf, s/d, p.84

4 de maio. Com o objetivo de “*proporcionar à criança condições para que ela se sinta bem e com saúde*” e “*evitar doenças de pele, assaduras, brotoejas que tiram a tranquilidade do bebê*”¹⁹⁹ as alunas lecionaram uma aula teórica (palestra e diálogo) e prática (utilizando uma boneca) sobre a maneira correta de se dar banho em bebês. Aqui, novamente é curioso imaginar três adolescentes na casa dos 17 anos, oriundas de famílias abastadas, ensinando a mulheres pobres, a maioria provavelmente já mães, a como dar banho de maneira correta em seus filhos. Maria Cristina, Regina Célia e Vera Maria, assim, ensinavam mães ao mesmo tempo em que aprendiam/se preparavam para serem futuras mães. É, no mínimo, curioso imaginar como essa aula tenha se desenrolado. Apesar de estagiárias, elas poderiam ter, na visão das mulheres que assistiam às aulas, a autoridade de “professoras”; mas até que ponto a experiência de interação com as estagiárias teve um significado válido para aquelas mães, diante de suas experiências e visões de mundo tão distintas? Que significados essas mães carentes obtiveram a partir dessa interação com as estagiárias? São informações que o relatório não demonstra, mas que podem ser alvo de nossa reflexão:

¹⁹⁹ ZILLI, CORRÊA, FERREIRA, p. 24

**Figura 9 - Ilustrações com orientações para o banho correto do bebê
(Biblioteca do Lar)**



A sujeira e a falta de higiene sempre foram associadas, pelas elites, aos mais pobres. A limpeza das crianças é mencionada pela *Biblioteca do Lar*, no Tomo I – *Boas Maneiras (Em Família)* como fator diretamente relacionado ao desenvolvimento físico e espiritual das crianças:

A educação higiênica tem estreita relação com a educação física e a espiritual. Nos modernos programas de cultura física, já vem inseridas as instruções e práticas fundamentais da higiene. Essa parte consta dos programas escolares, mas a escola não pode obter os resultados totais, porquanto, muitas crianças não encontram em casa o prolongamento necessário da instrução que lhes possibilite completar a educação higiênica. As bases principais são de estrita competência da família, que deve levar a sério as normas essenciais: a) alimentação sadia e nutritiva; b) regime severo para as horas de sono; c) asseio completo das crianças²⁰⁰.

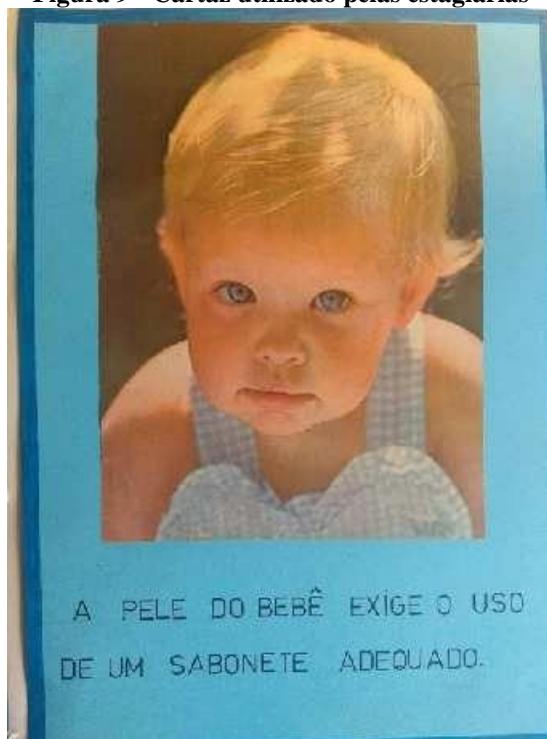
A associação da pobreza com a falta de asseio, inclusive, é citada por Íside M. Bonini, a autora dos manuais de civilidade que compõe a coleção *Biblioteca do Lar*:

O asseio constitui outro detalhe que merece toda a atenção e cuidado por parte dos pais. Como princípio fundamental nunca se deve negligenciar o banho diário, o lavar as mãos antes de tocar qualquer alimento, escovar os dentes pelo menos três vezes ao dia, aparar as unhas das mãos e dos pés, lavar e pentear os cabelos, etc e etc [sic]. Esse regime só é impossível em certas malocas quase desumanas, mas em qualquer casa, por mais pobre que seja, decerto não faltará água para esse preceito de higiene; o que falta, em muitas, é simplesmente o hábito²⁰¹

²⁰⁰ BONINI, I. M. *Biblioteca do Lar. Boas Maneiras (Em Família)*. São Paulo: Edigraf, s/d, p. 128

²⁰¹ *Op. Cit.* p. 129

Figura 9 - Cartaz utilizado pelas estagiárias



Eis uma criança limpa, de acordo com o cartaz utilizado pelas estagiárias nessa aula. Uma criança branca, loira, de olhos claros, aparentemente bem nutrida. Esse seria o ideal da criança bem limpa, higienizada: não podemos ter certeza de qual era a composição étnica do grupo que assistia a essas aulas, mas seria ingenuidade pensarmos que essas mulheres viam seus filhos identificados em imagens como essa. Ora, uma das marcas do pensamento higienistas no Brasil era justamente o de “embranquecer” a população brasileira, para combater os efeitos da miscigenação que, à época, era considerada uma das causas do atraso do país. Deste modo, o pensamento modernizador pós-Proclamação da República era o de estabelecer uma “civilização” nos moldes europeus nos trópicos. Ao combater as “doenças do atraso”, o higienismo de certa forma também buscava simbolicamente “embranquecer” a população; o

processo civilizatório, no sentido da modelação de padrão de condutas podem também ser visto sob a hierarquia de modelos étnico-sociais que não foram resolvidos no pós-Abolição: os modelos de conduta, asseio, higiene, comportamento e moralidade continuaram a seguir a lógica da elite majoritariamente branca tentando transmitir os seus valores, visão de mundo e condutas para a população pobre, uma parcela da população onde a diversidade étnica é plural e não encontrava efetiva representatividade nos modelos da classe privilegiada brasileira.

Na semana seguinte, 11 de maio, a aula foi dedicada ao tema da Nutrição e Culinária que, conforme vimos em citação anterior, era vista no discurso da *Biblioteca do Lar* como integrante da educação higiênica correta das crianças. Objetivando “*proporcionar alimento que fortifiquem [sic] as crianças tornando-as saudáveis através da higiene com que são preparados e a qualidade dos ingredientes*”²⁰², esse programa demonstra que mesmo o discurso puericultor daquele período, se comparado com as atuais prescrições médicas em relação à alimentação dos bebês, pode ser por nós considerado tão arcaico quanto os saberes populares que na época era por ele tão combatidos. Afinal, desde cedo já se recomendava alimentar bebês com sopas, purês e mingaus. Mesmo a importância da amamentação exclusiva de leite materno não era prescrita, com as estagiárias sugerindo, por exemplo, a substituição até por leite animal em casos de necessidade:

O melhor alimento para o bebê é o leite materno pois este contém anticorpos, dando ao bebê mais força para resistir às doenças. Mas quando isto não é possível, o leite natural pode ser substituído por mamadeiras de leite artificial ou de animais (vaca e cabra)²⁰³

A defesa da amamentação, evidentemente, também está presente na *Biblioteca do Lar*, colocada como um problema nacional, pois a alta taxa de mortalidade infantil no Brasil era um fator que o colocava embaixo das nações “desenvolvidas e cultas”, ou *civilizadas*:

²⁰² ZILI, CORRÊA E FERREIRA, 1971, p.27

²⁰³ *Op. cit.* p. 27.

Toda mulher deve partir do princípio de que nenhum alimento do mundo se iguala ao do leite materno para a criança. E considerar seriamente o alto quociente da mortalidade infantil, pois no Brasil o obituário de crianças de 0 a 1 ano ascende à cifra espantosa de 400 ou mais por mil, em virtude dos erros da técnica alimentar. É mais uma das condições que contribui para colocar o nosso país em pé de inferioridade perante as nações desenvolvidas e cultas do mundo²⁰⁴.

Além de imprescindível para o desenvolvimento do país, a *Biblioteca do Lar* também reforça o caráter sagrado da amamentação/maternidade, remetendo como sempre à figura de Maria para justificar a importância do aleitamento materno:

Poderíamos acrescentar, dando maior ênfase ao lado sentimental do ato de amamentar, que nem a grande “intocada” e “intocável”, a Virgem Santíssima, foi isenta dessa prerrogativa. Ela amamentou o seu Filho, o qual, sendo Deus, poderia prescindir do leite humano, mas, o Altíssimo que todo dispõe de maneira correta, assim o permitiu talvez para exemplo de todas as mães do mundo²⁰⁵.

E também aos preceitos higienistas da época, que associavam a amamentação a um preceito eugenicamente moral, desaconselhando aquelas mulheres que recebiam alguma mudança física ao amamentar:

²⁰⁴ BONINI, I. M. *Biblioteca do Lar*. Tomo III - Orientação Indispensável à Família. São Paulo: Edigraf, s/d p. 101.

²⁰⁵ *Op cit.*

Do ponto de vista da eugénica, é do especial interesse da própria mãe a amamentação ao seu próprio seio, tanto por motivos de ordem física quanto moral. A amamentação, quando levada a efeito com os devidos cuidados e tecnicamente bem orientada, está longe de enfraquecer a mulher ou fazê-la emagrecer como receiam certas mulheres; bem ao contrário, ela empresta ao seu organismo um fundo de saúde e de robustez bastante apreciável²⁰⁶

Assim, percebe-se no discurso da *Biblioteca do Lar* a respeito da amamentação uma união de preceitos morais, civilizatórios e religiosos: é dever da mulher amamentar seu filho, dada a sua “natureza materna” e aos interesses do desenvolvimento da nação, com uma justificativa de cunho religioso. A mulher pobre, segundo a autora da *Biblioteca do Lar*, ao deixar de amamentar põe a criança sob o risco da desnutrição:

Insistimos no combate contra a displicência de certas mães face aos problemas de alimentação infantil. Para qualquer criança, o leite materno é indiscutivelmente o alimento ideal, pois é de fácil digestão, isento de germes patogênicos, possuindo todas as propriedades para sustentar o bebê, contendo ademais as substâncias que o protegem de infecções diversas. Tome-se como exemplo os bebês de mulheres extremamente pobres, mal alimentadas e sem o mais elementar asseio; essas crianças apresentam ótima saúde enquanto só alimentadas com leite materno; desde, porém que iniciam o desmame e passam a outro tipo de alimentação, tornam-se logo vítimas de uma série de distúrbios. Por conseguinte, toda e qualquer mãe tem por dever inalienável dedicar todos os seus esforços no sentido de proporcionar ao filho o alimento insubstituível por excelência, que é o próprio leite²⁰⁷.

²⁰⁶ *Op. cit.* p. 102

²⁰⁷ *Idem.* p. 103

Figura 10 - Cartaz utilizado na aula sobre a alimentação dos bebês



Mas são vários os motivos que poderiam levar uma mulher a não amamentar um bebê; o discurso a respeito da importância da

amamentação é historicamente construído, como mostra a historiografia. O hábito, por exemplo, de confiar a tarefa da amamentação de crianças a nutrizas ou amas de leite era muito recorrente em séculos anteriores, inclusive pelas classes sociais mais abastadas, o que gerou uma espécie de “mercado do leite materno” na França, combatido pelas políticas de Estado de controle populacional através das famílias, crianças e mães, conforme demonstrada na obra de Jacques Donzelot²⁰⁸. Mesmo quando se desenvolveu todo o discurso envolvendo o amor materno, discutido por Elizabeth Badinter²⁰⁹, a importância da amamentação pelas mães foi ressaltada para incentivar as mães a abandonarem o hábito de recorrer a amas de leite. Porém, esse hábito não desapareceu. As obras citadas mostram como se desenvolveu uma espécie de comércio entre mulheres com condições financeiras suficientes para pagar para nutrizas realizarem essa tarefa. Essas nutrizas eram mulheres pobres que, inclusive, muitas vezes abriam mão de amamentar seus próprios filhos para amamentar os das “clientes”, ou sequer alimentavam corretamente essas crianças que recebiam para cuidar. No entanto, quando uma mulher não produzia leite ou este era insuficiente para suprir a alimentação de seu bebê, ela poderia recorrer ao leite de outra mulher. Na *Biblioteca do Lar* há recomendações também em relação às mães que recorrem a amas de leite, inclusive associando esse hábito a uma forma de caridade, mas nem por isso deixando de alertar sobre preocupações de tom higienistas:

²⁰⁸ DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

²⁰⁹ BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

Encontra-se ainda, todavia, a chamada “nutriz generosa”, sempre pronta a socorrer a parente ou a vizinha nos casos de necessidade. Considerando-se a ação do ponto de vista da caridade, ou solidariedade cristã, merece o maior respeito e gratidão. Mas, a condição *sine qua non* não deve ser negligenciada, mesmo se a boa criatura apresente o seu bebê sadio e forte para comprovar a excelência do seu leite, a apuração do seu estado de saúde se impõe: é necessário averiguar seu estado mental, seus hábitos de higiene corporal, alimentar e ambiental, a quantidade do seu leite, a fim de certificar-se que possua o suficiente para as duas crianças²¹⁰

Para o discurso puericultor da época, expresso nos manuais de civilidade aqui analisados, o aleitamento misto já era recomendado a partir do sexto de mês de vida do bebê, caso o leite da mãe fosse “deficiente” ou os seios da mãe apresentasse “defeitos”, caso mãe ou bebê fossem vítimas de alguma enfermidade que impossibilitasse a amamentação ou se a mãe fosse obrigada a ausentar-se do lar, uma realidade para a mulher inserida no mercado de trabalho:

A mãe operária, professora, comerciária, funcionária, após a licença de gestação que lhe é concedida por Lei, é obrigada a retornar ao trabalho, deixando o lar por muitas horas, quando não o dia inteiro, ficando a criança entre a cuidados alheios. Daí a necessidade de instituir alimentação mista. Em qualquer caso, procure a mãe condicionar os horários de amamentação, a fim de mantê-los o mais perto possível entre um e outro no intervalo da ausência; em hipótese alguma suprima totalmente o aleitamento natural²¹¹.

²¹⁰ BONINI, I. M. Biblioteca do Lar. Tomo II I – Orientações Indispensáveis a Família. São Paulo: Edigraf, s/d, p. 111

²¹¹ BONINI, I. M. Biblioteca do Lar. Tomo III - Orientação Indispensável à Família. São Paulo. Edigraf, p. 112

Nessa aula, as estagiárias recomendaram às mães que, a partir dos 15 dias de vidas, fossem dados a seus filhos e filhas sucos de frutas, principalmente na parte da manhã ou antes do banho. Já aos três meses as crianças já poderiam comer mingaus, papinhas de fruta e sopas contendo carne magra, batata, sendo que:

Do 5º mês em diante, pode-se usar abobrinha verde, nabo, beterraba, batata doce ou espinafre. Quando o bebê regurgitar a sopa, pode-se variar os legumes; caso seja o sal, pode-se adicionar inicialmente açúcar e acrescentando gradativamente o sal. Pode-se acrescentar na sopa farinha láctea, biscoitos moídos até que o bebê se adapte à sopa²¹²

Mais uma vez, essas recomendações alimentares nos dias atuais soam tão arcaicas quando os saberes populares que esse discurso científico - que na época reivindicava para si a autoridade da verdade - combatia. Ao meu ver, a fome sempre será mais eficaz que qualquer iniciativa de conscientização promovida por pessoas que sequer conheciam a experiência da pobreza. Para a autora da *Biblioteca do Lar*, o problema da desnutrição era também identificado com o discurso higienizante da puericultura da época, que parecia mais culpabilizar os pobres por sua pobreza:

A desnutrição na infância pode ser determinada por múltiplos fatores de ordem econômica, sanitária e cultural. Predomina, como é óbvio, nas classes menos favorecidas da população, cujo padrão de vida, em geral, é precário no que diz respeito à alimentação, moradia, cuidados higiênicos, etc.²¹³

Nesse sentido, a preocupação com uma alimentação nutritiva a baixo custo também estava presente no trabalho realizado pelas alunas do Educação Familiar. Na semana seguinte, em 18 de maio, o tema da Nutrição e Culinária foi novamente explorado, visando promover o aumento de peso das crianças através de uma alimentação “altamente

²¹² Idem.

²¹³ BONINI, I. M. Op. Cit. p. 124

nutritiva e de preço acessível²¹⁴. Nessa aula, Maria Cristina, Regina Célia e Vera Maria puseram em prática vários dos conhecimentos aprendidos no Educação Familiar que, conforme visto anteriormente, formava suas alunas para, além do magistério, serem boas esposas e donas de casa. Por isso, aulas de culinária faziam parte do currículo da escola, e neste dia da aplicação de estágio as alunas puderam unir o conhecimento do magistério e o da culinária (aprendida na escola). O ingrediente escolhido para ser levado para as mães foi a soja:

A soja é uma espécie de feijão pouco usado pelas donas de casa que acham muito demorada a sua cocção. Mas a mãe que zela pela saúde dos seus filhos tem interesse em saber aplicar corretamente a soja tirando um proveito fabuloso das suas proteínas, gorduras e vitaminas. É de fácil aquisição, pois 1kg de soja custa apenas CR\$ 0,80c, esta quantidade equivale a 2kg de carne ou 5 dúzias de ovos. Pode-se usar a soja para fazer farinha, leite e outros produtos²¹⁵.

Conforme mencionado anteriormente, poucos anos antes da experiência de estágio das três alunas, o Governo do Paraná lançava a “Campanha da Soja”²¹⁶ visando ampliar a produção do grão em seu território. No desenvolvimento dessa pesquisa não foi possível obter alguma informação que pudesse demonstrar se havia alguma iniciativa proposital em promover o consumo desse alimento entre a população através de algum órgão ou secretaria juntamente com o Departamento Estadual da Criança, mas fica claro que o ingrediente dessa aula estava presente nas preocupações do Estado e de alguma forma isso pode ter influenciado na defesa de seu consumo entre a população, dado o alto valor proteico que a soja possui. E assim foi ensinado a aquelas mulheres o preparo de leite, farinha, paçoca, sonhos pingados e croquetes com o grão.

Também pensando na qualidade da alimentação das famílias daquelas mulheres, as próximas aulas, realizadas nos dias 1 e 8 de junho,

²¹⁴ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op. Cit., p. 32.

²¹⁵ *Op.cit.*

²¹⁶ Iniciativas como essa se davam no Brasil desde a década de 1950

foram dedicadas a Horticultura e a Jardinagem. Na primeira aula, as estagiárias tinham como objetivo “*levar a conhecimento das mães as vantagens e a importância da horta*”, pois “*a dona de casa deve saber as maneiras de plantar e tratar da horta, de modo que a horta lhe forneça a manutenção da casa e a sua própria*”²¹⁷. É curioso também imaginar essas aulas por vários motivos. No início do relatório, no momento onde foi feito um levantamento do perfil da população do bairro atendida pelo Posto, afirma-se que a maioria das residências já possuíam hortas e criavam-se animais nas casas, o que na época era um hábito mais recorrente de se observar em residências urbanas. Uma cidade em expansão demográfica, como Curitiba naquela época, recebia ondas migratórias de várias regiões do Paraná e de estados vizinhos, sendo que muitas dessas pessoas vinham de um ambiente rural. E estamos aqui falando de três alunas de uma escola particular conhecida por ter matriculadas em seu estabelecimento filhas das camadas mais abastadas dessa cidade. Três adolescentes de 17 anos teriam realmente conhecimento/experiência para lecionar técnicas de preparo e cultivo da terra para pessoas vindas do interior?

Na aula, informações técnicas sobre todas as etapas da criação de uma horta, como o preparo de sementeiras e do terreno onde a horta seria criada, como realizar os transplantes das mudas e até mesmo a utilização de inseticidas.

²¹⁷ ZILLI, CORRÊA E FERREIRA, Op. cit, p.37

Figura 11 - O preparo da sementeira

Antes do plantio definitivo é preciso organizar o terreno, ver se as suas condições são as necessárias para o bom plantio. O canteiro deve ser de 1,20m por 1,20m para que as plantas possam ser colhidas de maneira que a pessoa que as plantou não precise tomar cuidado em pisar nas outras plantas. (...). Depois de escolhido o terreno a terra deve ser misturada com adubo ou esterco, de modo que o canteiro fique bem fofo. Três dias após poderá ser feito o plantio. Cuidados: - Molhar diariamente; - Cobrir com panos ou plásticos contra a geada; - Colocar espantalhos para evitar que os passarinhos comam as sementes ou mesmo as verduras já crescidas. Obedecendo a estas regras, em pouco tempo a horta estará em excelentes condições e dando rendas a família²¹⁸.

²¹⁸ ZILLI, CORRÊA, FERREIRA, Op. Cit p.38

Figura 12 - Combate às Pragas



Na semana seguinte, dia 8 de junho, a horta caseira novamente foi trabalhada, novamente foram trabalhados os assuntos relativos ao preparo de sementeiras, adubação e irrigação das plantas, bem trabalhar a “*importância de algumas ervas e o perigo das “outras” e “formar mais alegres [sic] as casas com flores que podem ser plantadas no jardim”*”.²¹⁹ Curioso nesse ponto do documento foram os anexos relativos a essa aula, quando algumas amostras de algumas ervas medicinais foram anexadas em um invólucro de plástico nesse relatório, e sobreviveram com apenas marcas de tempo 47 anos desde sua confecção:

²¹⁹ ZILLI, CORRÊA, FERREIRA, Op. cit.

Figura 13 - Anexo do Relatório de Estágio com Amostras de Ervas Medicinais

Outra curiosidade despertada por esta fonte são justamente essas ervas medicinais mostradas acima. Ora, nas páginas anteriores foi diversas vezes mencionada a preocupação dominante dentro do discurso da puericultura nesse momento da história ainda bastante influenciado por um pensamento higienista, em combater qualquer prática associada ao que poderia agora ser considerado, como os exemplos descritos a respeito das características dos bebês, como “crendices ou superstições” para as quais a medicina vinha substituir. Ora, a utilização de ervas para fins terapêuticos é uma das características mais básicas do que se entende por sabedoria popular com relação a doenças. Será mesmo que essas mulheres que assistiam a essas aulas precisavam ser orientadas a utilizar, por exemplo, a hortelã em infusão para algum desconforto digestivo?

A preocupação com a saúde da família torna-se a assumir contornos higienistas mais delineados na aula de 15 de junho, quando o assunto tratado foram Verminoses e Saneamento. Medidas sanitárias muito importantes dada a grande variedade de moléstias que podem ser

adquiridas através da contaminação da água, lixo, insetos e a fossa séptica. Se, no século XXI, o acesso universal a saneamento básico é um direito negado a grande maioria de brasileiros pobres, não é difícil chegar à conclusão de que um bairro carente de uma cidade em acelerado processo de crescimento como Curitiba no início da década de 1970 não tinha acesso a esses recursos, mesmo considerando o fato de que se tratava de uma cidade que havia passado por diversos planos urbanísticos que tentaram dar uma orientação para o desenvolvimento da cidade. Mas as periferias não estavam contempladas por esses planos, e a realidade dos moradores do bairro do Pinheirinho em 1971 já havia sido explícita na fonte aqui analisada, no perfil dos moradores atendidos pelo posto. Na maioria das residências, o lixo era enterrado ou queimado e as casas possuíam fossa negra e poço, que estabelecidas sem a devida preocupação propiciavam diversos riscos de contaminação para as pessoas.

A saúde de uma família depende da limpeza interior e exterior da casa. A falta de higiene traz os vermes, pequenos bichinhos capazes de transmitir doenças como o amarelão, lumbriga [sic], solitária, etc. Estes vermes entrarão no corpo humano, principalmente o das crianças que são mais sensíveis. Os vermes causam anemias e fraqueza, pois sugam o sangue.

[...]

Essas doenças podem ser evitadas com higiene, cuidados e, principalmente, e pela eliminação dos excrementos humanos, impondo o uso de sanitários adequados e não inadequados como simples buracos feitos na mata. As fezes humanas não devem ser jamais empregadas na adubação da horta e plantas pois desta maneira haverá contaminação na alimentação. Adultos e principalmente crianças não devem pisar descalças nestes lugares²²⁰.

A falta de saneamento e as verminoses sempre são associadas a populações pobres, geralmente do interior – a famosa figura do Jeca, preguiçoso em virtude dos parasitas – que, por não ter acesso à educação,

²²⁰ ZILLI, CORRÊA, FERREIRA, Op.cit. p.45.

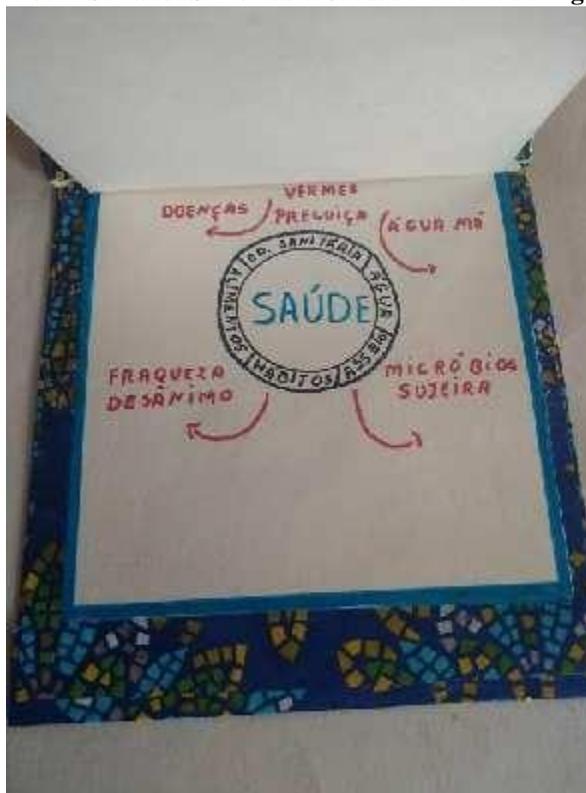
realmente não tinham como conhecer causas dessas enfermidades. Explicar para essas pessoas sobre micro-organismos causadores de doenças provavelmente era tarefa difícil nos anos 1970, onde a difusão do conhecimento era bem mais restrita e as pessoas não tinham acesso à informação de modo tão fácil. Mesmo na atualidade é possível perceber que as noções mais básicas de higiene, como cobrir a boca com as mãos ao tossir e higienizá-las devidamente, ainda se faz necessário.²²¹ O recurso didático utilizado pelas alunas nesse estágio foi um álbum seriado, reproduzido em miniatura como anexo deste relatório:

Figura 14 - Álbum Seriado em Miniatura



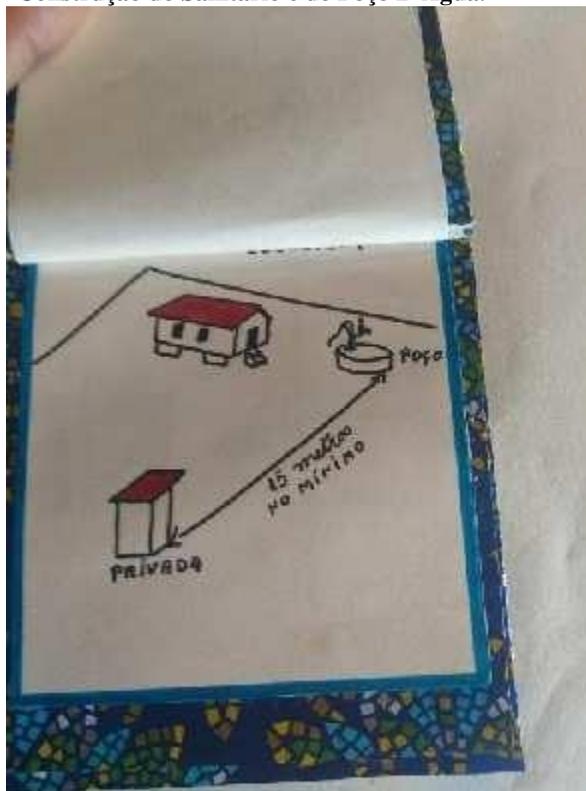
²²¹ Como nas campanhas veiculadas em diversos meios em 2009 no Brasil, por conta do surto de Gripe A (a “Gripe Suína”, causada pelo vírus H1N1).

Figura 15 - Álbum Seriado: Sintomas e Causas da Falta de Higiene



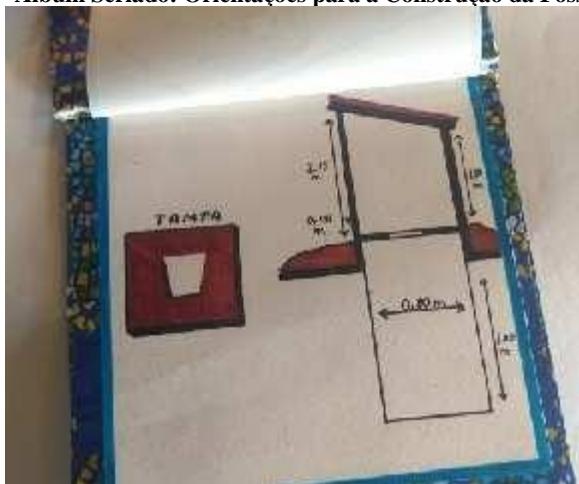
Havia explicações detalhadas sobre a disposição do sanitário e do poço no terreno:

Figura 16 - Álbum Seriado: Disposição Correta do Terreno para Construção do Sanitário e do Poço D'Água.



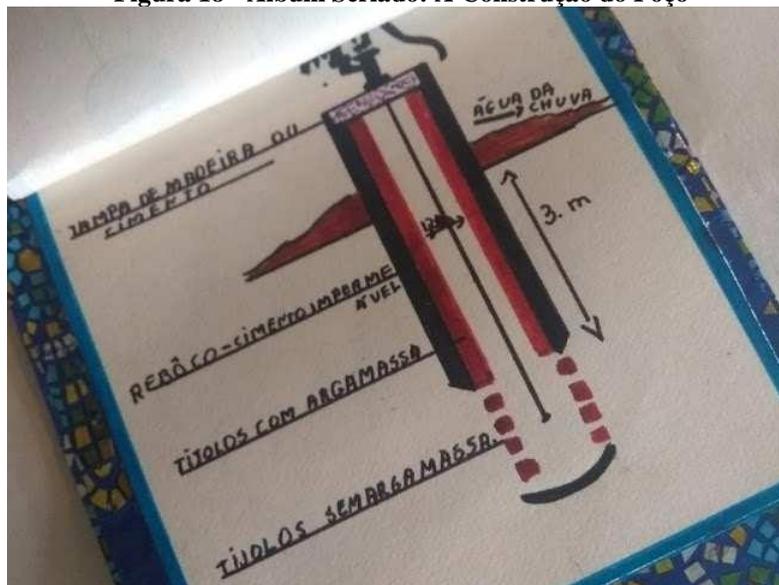
Como a fossa deveria ser construída:

Figura 17 - Álbum Seriado: Orientações para a Construção da Fossa



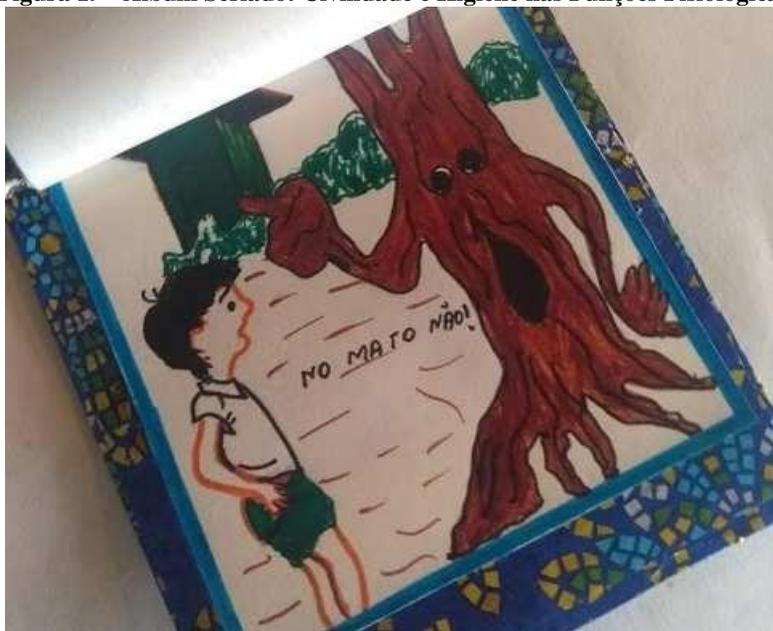
E o poço:

Figura 18 - Álbum Seriado: A Construção do Poço



Mas, mesmo levando em consideração a importância de campanhas de conscientização sobre saneamento para a promoção da saúde entre a população, não deixa de ser possível observar aqui uma tentativa de normatizar, de enquadrar até mesmo o âmbito privado da casa das famílias. E, à luz da obra do já citado sociólogo Norbert Elias, que demonstrou como as mudanças de comportamento ao longo dos séculos modelaram condutas que podem ser analisadas através de hábitos alimentares e de higiene através da modificação nos padrões de nojo e repugnância, uma campanha sanitária pode ser vista também como uma tentativa – aqui intencional, diferente da não intencionalidade no processo civilizador eliasiano – de modelar condutas e hábitos da população mais pobre.

Figura 19 - Álbum Seriado: Civilidade e Higiene nas Funções Fisiológicas



“Criança sadia é criança feliz. Criança triste é criança doente²²²”.

Ao longo das primeiras semanas de estágio as três estagiárias de Educação Familiar desenvolveram um trabalho que cuidava da alimentação e das condições higiênicas e sanitárias que causavam desnutrição nas crianças e as impedia de receber as vacinas do Posto de Puericultura. A vacinação dessas crianças era o principal objetivo deste projeto de higiene alimentar, e no dia 22 de junho, o encontro com as participantes do clube de mães foi sobre a importância das principais vacinas ministradas à época (tríplice, Sabin, Sarampo e antivariólica):

Todas as crianças estão sujeitas a várias doenças chamadas doenças da infância. Estão são: sarampo, catapora, coqueluche, difteria, gripe, pneumonia, paralisia infantil, meningites e bronquites, etc. As mães são geralmente da opinião de que seus filhos devem ter essas doenças e quanto antes, pois assim estarão imunizadas. Mas a sua opinião está completamente errada diante das vacinas que afastam as doenças da criança. Na época de algumas destas doenças a criança não deverá tomar contacto com crianças que a tem, pois corre o risco de também tê-las. As vacinas são preparados capazes de proteger o organismo contra doenças, dá a sua grande importância²²³.

O tema da vacinação é assunto que não raramente se encontram opositores à tal prática. Mesmo na atualidade, são constantes as matérias veiculadas nos meios da comunicação indicando que a vacinação de crianças, pauta em que o Brasil já foi referência mundial, vem caindo campanha após campanha, sobretudo em virtude da resistência de pais e responsáveis que não confiam na eficácia das vacinas²²⁴. E historicamente essa resistência a vacinação sempre foi constatada, sobretudo por conta da falta de informação que as pessoas tem a respeito do que é uma vacina, informação essa que poderia ser amplamente divulgada através da educação e de campanhas educativas mais eficazes. Campanhas de

²²² Frase escrita em um dos cartazes usados pelas estagiárias nessa aula.

²²³ ZILLI, CORRÊA, FERREIRA, Op. cit. p. 50

imunização por si só não bastam, e quando eram levadas a cabo com arbitrariedade, como foi o caso do ocorrido no Rio de Janeiro na primeira década do século XX, resultam até em revoltas populares. Fala-se da ignorância da população em relação a esses temas, mas ao mesmo tempo essa ignorância se perpetua, e aos pobres se cristaliza a imagem de pessoas que, culpabilizadas pela sua ignorância, recusam a vacina, como fica claro no seguinte trecho da *Biblioteca do Lar*:

É extraordinária essa aversão que inspira a vacina entre o nosso povo, mormente nas classes humildes. Ainda não está convenientemente difundido o ensinamento sobre o valor que ela representa na preservação da vida infantil, tanto assim que inúmeras mães – ignorantes, sem dúvida – subtraem os filhos, escondem-os [sic] mesmo, quando o Departamento de Higiene procede a vacinação do domiciliar. É um erro gravíssimo, a exigir medidas correcionais²²⁵.

Aqui a autora sugere que as mães que escondiam seus filhos da vacinação proposta pela o Estado deveriam ser aplicadas medidas correcionais, ainda que superficialmente aceite que isso se dê por uma difusão insuficiente da importância da vacinação. Mas não se dá a ênfase necessária na educação, e isso acaba reforçando discurso sobre as pessoas como a acusação de preguiça ou comodidade, como expressadas pelas alunas no texto do relatório.

²²⁵ BONINI, I.M.Op.cit. p.144

Muitas mães por comodidade não levam seus filhos ao Posto para a vacinação pois não sabem de sua importância e dos riscos a que estão sujeitas. É necessário para a vacinação que a criança tenha o peso normal e esteja em perfeita saúde. As vacinas devem ser dadas na data marcada pois senão ficarão sem efeito. No próprio posto as mães sabem da data pelo médico que primeiramente irá examinar a criança. As mães devem garantir a saúde dos filhos por meio das vacinas, pois estas vão dar às crianças melhores condições de vida e saúde futura. Se não forem aplicadas as vacinas necessárias as crianças estarão sujeitas a deformação, males físicos incuráveis e à morte que é causada por doenças como tétano, tuberculose, etc., que tem como principal imunização a vacina.

Ora, era costume muito comum em várias famílias expor todas as crianças do grupo a determinadas doenças, como a varicela, pois após a doença todas estariam imunizadas e não teriam mais esse incômodo no futuro. Por mais desaconselhável que isso seja do ponto de vista médico, não deixa de haver uma lógica em incentivar a produção de anticorpos das crianças dessa maneira. Com isso não defendo a não vacinação, mas apenas proponho uma reflexão sobre como pessoas humildes, sem educação formal, poderiam entender a vacina. Afinal, conforme pode-se perceber na citação acima, havia uma série de regulamentações e normatizações: a criança *deve* ser vacinada, para isso *deve* ter o peso *ideal*; a vacina *deve* ser ministrada no tempo certo para não perder o efeito; mas tudo isso *deve* ser feito com o aval da autoridade da figura do médico, que avalia a criança por meio do procedimento do exame. E se caso essas orientações não forem seguidas a risco, uma série de ameaças como deformação, males físicos e morte são anunciadas quase em tom de maldição para aquelas que não possuem a instrução necessária para entender o mecanismo de funcionamento tanto das vacinas quanto da própria doença. Para essas pessoas, é possível imaginar que expor várias crianças a doença fizesse mais sentido que um remédio ministrado no posto para ‘prevenção’.

Uma reflexão da mesma natureza cabe em relação ao assunto da aula do dia 22 de junho. A disciplina era “Administração do Lar”, e o

tema a “Farmácia Caseira” que toda residência deveria possuir. Podendo ser vista como uma medicalização do próprio inventário de uma casa, à época orientava-se que toda a sua família deveria ter a disposição uma série de equipamentos para curativos e remédios, inclusive antibióticos. Ao mesmo tempo em que qualquer saber tradicional e popular era combatido, desejava-se que todas as donas de casa, até as mais humildes, soubessem como utilizar esses materiais e administrar diferentes medicamentos:

Para sempre ter em casa: - Algodão; - Água oxigenada 10 volumes; - Esparadrapo; - Solução Antisséptica (mercúrio, iodo. mercúrio, iodo); - Tesoura; - Atadura de gazes; - Vaselina esterilizada ou analgésica contra queimaduras; - Colírio; - Aparelho para aplicar injeção com agulhas, seringa e esterilizador; - Saco térmico (de água quente); - Termômetro clínico; - Antidiarreicos. Antiespasmódicos, analgésicos, remédios para garganta e ouvido e antitérmicos. Quando não se pode ter tudo de uma vez, aos poucos pode-se completar a lista da farmácia caseira, tendo em casa soluções para socorros urgentes²²⁶.

²²⁶ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op. cit. p. 56.

Figura 20 - Cartaz: A Farmácia Caseira



Nas últimas duas semanas, mais uma vez as estagiárias da Escola Normal de Educação Familiar de Curitiba colocavam em prática os conhecimentos aprendidos nas mais variadas disciplinas para a formação de donas de casa no curso de Educação Familiar. Para o dia 6 de julho foi preparada uma aula de Corte e Costura para as mães, onde elas puderam aprender a fazer fraldas e babadores para seus filhos:

Figura 21 - Modelo de Fralda**Figura 22 - Modelo e Molde para Babiêiro**

No último encontro, realizado no dia 13 de junho de 1971, o assunto foi, justamente, civilidade. Com o objetivo de “desenvolver nas pessoas, a sensibilidade e a percepção para que durante as visitas se comportem desembaraçadas e de acordo com os preceitos de educação²²⁷, a aula orientava as mães sobre a maneira considerada correta em relação a visitas a recém-nascidos. Hora correta da visita, tempo correto, número de pessoas corretas. Cuidado com as janelas. Com a circulação de ar e o contato com pessoas gripadas:

Pedido de Zezé as Estimadas Visitas:

- 1) Não me beije
- 2) Não me faça festinha no rosto
- 3) Não fale alto
- 4) Não fale debruçado sobre mim
- 5) Não me leve ao colo
- 6) Não segure em minhas mãos sem lavar as suas
- 7) Não bata a porta
- 8) Não tussa no meu quarto
- 9) Não acenda luz forte
- 10) Sim: dê-me presentes úteis e seguros²²⁸

Preceitos higiênicos, necessários para a prevenção de doenças que poderiam ser fatais para as crianças pequenas, mas que controlavam desde possíveis afetos até a vida familiar, exigindo silêncio e tranquilidade no lar. Se essas orientações foram seguidas – ao menos em parte – por essas mães, não podemos saber. Mas muito mais que um esforço de conscientização de práticas higiênicas, a civilidade aqui pode ser uma relação de poder, uma prática ou tentativa de controle do público ao privado. A civilidade vai até o mais íntimo de um lar ao tentar direcionar ou moldar comportamentos, afetos, gestos. Através da saúde, o poder se dá nos corpos; através da civilidade, nas consciências. Assim as três estagiárias concluem seu relatório:

²²⁷ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA. Op.ct. p.64.

²²⁸ ZILLI, CORRÊA e FERREIRA, Op. Cit. p.64

Sentimo-nos muito felizes ao ver que as senhoras dia a dia tornavam-se mais nossas amigas e sentiam prazer em participar das nossas aulas. No último tempo das aulas as próprias mães nos mostraram que o nosso trabalho não foi em vão, pois a higiene pessoal e a aparência sofreu uma mudança quase que radical. As crianças eram apresentadas mais limpas e bem vestidas. Além disso, constatamos que o peso das crianças subiu e muitas tomaram as vacinas que até no momento por vários motivos não haviam tomado. Concluindo, sentimo-nos muito felizes por termos conseguido o nosso objetivo, mas lamentamos que o curso que demos não tenha continuação, pois se assim fosse conseguiríamos certamente aumentar o nível intelectual, higiênico e econômico das famílias, no qual as crianças seriam as principais beneficiadas²²⁹.

Projeto higiênico, visando melhorar os cuidados com os recém-nascidos, a alimentação e a vacinação das crianças, a saúde da família. Preceitos medicalizantes e sanitários que, através de práticas de Higienismo e puericultura, procuravam melhorar as condições de vida dos pobres, ainda que esse projeto estivesse carregado de preconceitos e interiorizações em relação aos menos favorecidos. Estratégias de controle, na qual a caridade filantrópica atuava como braço do Estado em políticas públicas de saúde para com os mais pobres. Longe de não reconhecer a validade e a importância de algumas dessas ações com pessoas que não tinham acesso à educação formal, saneamento básico e condições mínimas de acesso à saúde e outros serviços, também não se pode negligenciar o caráter, às vezes, autoritário ou/e elitista, quase sempre excludente com que os pobres foram tratados ao longo da história das políticas públicas de saúde no Brasil. Na análise deste estágio realizado por três alunas da Escola de Educação Familiar faltou um elemento importante para as reflexões dessa pesquisa: a dimensão moral e religiosa deste trabalho que, ainda que não esteja presente no relatório, sabemos que era parte fundamental nos objetivos que a Escola tinha ao mandar suas alunas para o campo de estágio.

²²⁹ Op.Cit., p. 68.

3.3 A caridade civilizatória: ponte entre o higienismo público e a moralização doméstica.

Tanto no Paraná quanto nos demais estados brasileiros, desde o Estado Novo, as mulheres vinham sendo alvo de políticas visando a exaltação da função da maternidade. Para as mães pobres, o estado criou políticas públicas de proteção à infância e a maternidade, que acabaram por se materializar na ação nos vários postos de puericultura - dos quais o Posto Dr. Plínio de Mattos Pessoa, aqui analisado, foi um exemplo. E para as mulheres privilegiadas, que não precisavam da proteção do Estado, este tratou de criar políticas de incentivo a sua participação na filantropia. Porém, ainda que a atuação dessas mulheres tenha representado, ao longo das décadas, uma grande contribuição para as propostas governamentais, o envolvimento destas com a filantropia sempre esteve mais ligado à fé católica do que aos objetivos sociais.

(...) pelos que sofrem verdadeiramente, seja pela miséria, pela doença ou por qualquer outra incapacidade de viver por conta própria. (...) os cuidados que prestavam aos sofredores – pobres, doentes, crianças, mulheres, perseguidos – não os transformavam nem em sujeitos de uma esfera anterior à política, nem em sujeitos políticos. A caridade e a compaixão que demonstravam pelos sofredores e necessitados os colocavam num lugar à parte, nem no domínio da exclusão apolítica do lar, nem no espaço político dos iguais. Seu espaço estava acima destes; era determinado pelo dom, pela fé e pela motivação espiritual da salvação²³⁰.

E, conforme discutido anteriormente, as possibilidades de participação social da mulher de classe média/alta ainda eram bastante limitadas ao trinômio mãe/esposa/dona de casa; o magistério era uma profissão feminina socialmente aceita desde que fosse enquanto esta esperasse pelo casamento, de modo que obras de caridade acabaram se

²³⁰ MARTINS, 2011, p 18

constituindo como um dos poucos espaços de atuação feminina de destaque na sociedade durante muito tempo:

(...) o lugar das mulheres estava, portanto bem definido: era o lar, como esposa amorosa, mãe dedicada e senhora benevolente. Suas qualidades naturais e morais as habilitavam para a maternidade e as lides domésticas, mas também se esperava, tanto do ponto de vista da religião, quanto da filosofia moral, que estas qualidades fossem estendidas para os outros, para aqueles indivíduos que sofriam e que precisavam de cuidados.²³¹

Se a prática da caridade não está dissociada do sentimento religioso e o trabalho social aqui analisado era requisito para a formação dessas três alunas no curso de Educação Familiar em uma escola confessional católica, é certo que, ainda que não estando presente nos planos de aula apresentados neste relatório final de estágio, elementos morais e religiosos seguramente estavam presentes no decorrer dos dois meses e meio em que essas alunas estiveram realizando este trabalho. Mas como precisar esse elemento ausente nesse relatório de estágio? A chave, creio, está novamente na coleção de livros *Biblioteca do Lar*, presente no arquivo pessoal de minha mãe juntamente com o seu trabalho de conclusão de curso. Conforme vimos até aqui, esse tipo de literatura de civilidade estava presente em grande parte das escolas normais de todo país. Mesmo que não haja confirmação de que estes livros foram adquiridos pelo meu avô intencionalmente como material didático para a formação das filhas na Escola Normal de Educação Familiar, e nem que eles foram utilizados como bibliografia para a preparação para este estágio, tais livros podem ter sido uma literatura sugerida e/ou objeto de consulta durante os anos em que ela foi normalista, mesmo que a título de pesquisa, caso a coleção tenha sido apenas adquirida pelo meu avô por ocasião da visita de um vendedor de livros.

O terceiro volume da coleção (sexto, considerando os três primeiros contendo apenas receitas culinárias) parece muito bem afinado às propostas da Escola de Educação Familiar de Curitiba em relação ao estágio de suas alunas. Intitulado *Orientação Indispensável à Família*,

²³¹ Op.cit., p.21

observou-se que ele apresenta em seu conteúdo cinco grandes temáticas muito semelhantes aos temas abordados por minha mãe e suas colegas em seu estágio: Economia Doméstica, Maternidade, Puericultura, Socorros Médicos de Urgência e Nutrição. Nele, há capítulos sobre características, higiene e alimentação de recém-nascidos, noções de primeiros socorros e prescrições para várias doenças, um volume sobre nutrição, que reforçam a hipótese de que esses livros podem ter sido ao menos sido consultados durante a elaboração do projeto de estágio.

Logo em sua introdução, a autora Íside M. Bonini apresenta esse volume como um instrumento de popularização de noções de civilidade para as camadas mais pobres da sociedade:

Os dois primeiros tomos desta coleção, intitulados *Boas Maneiras (Em Família)* e *Boas Maneiras (Em Sociedade)*, tratam amplamente deste tema [a civilidade], tornando-se, portanto, desnecessário repisá-lo [sic] neste novo tomo que quisemos acrescentar em atenção às pessoas menos favorecidas pela fortuna, aos lares mais modestos, infelizmente numerosos numa sociedade onde a riqueza se faz privilégio de poucos, ao passo que a pobreza aumenta quase em progressão geométrica. Sobretudo às mulheres, cuja vida não é bem cor de rosa, destinam-se as páginas deste tomo, acrescentado à *Biblioteca do Lar*, e esperamos encontrar a larga e bondosa receptividade que mereceram os primeiros volumes²³².

Logo no início da sessão de Economia Doméstica, o manual já define o espaço do lar como missão feminina, fazendo uma analogia com o papel feminino e a figura de Eva, ao citar o livro do Gênesis, que retrata a mulher como um presente dado ao homem por Deus para abrandar seu sofrimento, tornando-a assim a mãe da humanidade:

Aí está, minha amiga, rica ou pobre, a fonte genealógica da mulher; ela foi criada para a felicidade de Adão, que a chamou “Eva: mãe dos vivos”. Como vemos, a mulher faz parte dos planos

²³² BONINI, I.M.Op. Cit, p.9

divinos desde a criação do mundo, entrando como elemento indispensável à completa harmonia no conjunto das maravilhas criadas pela mão onipotente do Senhor, trazendo em si o encargo da perfeita colaboração no desenvolvimento dessa obra sublime que é a propagação da espécie, por meio de um sentimento grandioso que em termos humanos denomina-se Amor.²³³

O papel de esposa é o que une todas as mulheres em uma origem em comum, ricas ou pobres, pois aos olhos de Deus todas são iguais. Porém, esse discurso de igualmente não implica que a moral, e os costumes e todas as noções de boas maneiras e civilidade, sejam baseadas no princípio da igualdade, mas que o pobre deve, a despeito de sua condição social e econômica, ter os mesmos princípios morais que as pessoas de mais alta posição social:

Não importa que a mulher disponha, simplesmente, de uma pobre casinha para morar; o que realmente importa é sua personalidade moral. Essa é a característica que deve predominar e nortear sua atuação no seio da família; não só da sua, mas de todo o conglomerado da família humana que é a sociedade. Não importa, também, que ela possua um simples vestido de algodão para se apresentar; seus predicados, suas atividades, quando superiores, são forças magnéticas que atraem a complacência geral e lhe outorgam a mesma consideração atribuída às senhoras de mais alta posição social. A pobreza não constitui motivo de inferiorização e nenhuma mulher deveria esquecer este princípio, válido para todas as criaturas: Deus chama filho tanto ao imperador como ao lixeiro, à duquesa como à lavadeira, ao milionário como ao mendigo, à “miss” universo como a operária, ao atleta como ao aleijado²³⁴.

Ao lado grande missão de acompanhar o homem como Eva veio para acompanhar Adão, outra grande missão que Deus a todas elas

²³³ Op.cit. p.13

²³⁴ *Ibidem*, p.14

confiou, por isso também as tornando todas iguais e detentoras da “verdadeira riqueza”: a maternidade, agora representada por Maria:

Cada mulher deve trazer gravado no coração o seguinte: “O Senhor dispensou-me a faculdade de transmitir a minha própria vida, o meu sangue, a minha carne, a um ser humano que vem todo de mim, que é todo o meu bem! ”. Essa linguagem bíblica não dirigida, de modo especial, a uma determinada categoria de mulheres, mas sim a todas em geral, a começar por Maria Santíssima que o reconheceu, cantando no magnificat: “O Onipotente operou por mim grandes coisas” – por mim, mulher, glorificando assim a formidável faculdade de transmitir a vida a outro ser, implicando à maternidade, considerada um poder criador, uma colaboração efetiva – da mulher, nos planos divinos. Aí está, em síntese, a verdadeira grandeza, a única riqueza, porque nenhum tesouro material é equivalente a ela²³⁵.

Esposa e mãe. Não será surpresa que em seguida viria o último elemento faltante para completar o trinômio conservador que, historicamente, relegou à mulher um papel secundário na sociedade, o de dona de casa. Essa é a última grande missão, que exige abnegação e devotamento, renúncia de si e as bases da mais sagrada das instituições humanas, na visão da autora: a família. Mas, se a mulher é pobre, casou-se com um homem das mesmas condições, que não pode lhe prover uma *casa* confortável e uma vida despreocupada, o que esta deve fazer? Aceitar as condições:

²³⁵ BONINI, s/d, p.14. Grifos da autora.

A importância é relativa, desde que você tenha personalidade sadicamente desenvolvida, ame sinceramente o seu marido e o encare como o chefe da casa e da família que, certamente, virá. O essencial é que você aceite plenamente suas *responsabilidades*. Procure entender bem o sentido destes conceitos emitidos por duas mulheres admiráveis: “Uma vida – diz Monique Levallet-Montal – que não se dedique a servir a Deus e a estender-lhe o reino, fosse embora uma vida interessante, brilhante e cheia, é uma pobre, existência inútil e perdida. Por sua vez, diz-no Carmen Sylva: “É bela toda vida cujo pensamento dominante foi para os outros”. Portanto, não procure no casamento o melhor para você, numa confissão indigna de egoísmo; mas dê provas de total devotamento, elevando-se e elevando seu esposo para a perfeição, a qual é base indestrutível na edificação de uma vida feliz²³⁶.

O papel de obediência ao marido é de conformação social quando estendido a todas as mulheres. A mulher que pensa no próprio bem e não é devotada tem uma vida indigna de se viver, é aqui considerada inútil. A abnegação pelo amor é o verdadeiro caminho para a felicidade, independente das condições financeiras da família. Afinal, o próprio Jesus Cristo nasceu em uma simples manjedoura e Maria não dispunha de criadas e empregadas, “*embora tivesse o direito de ser servida, não por simples mortais, mas pelos anjos*²³⁷”. Maria como mãe e dona de casa pobre, Santa Terezinha restrita ao claustro e Bernardete apanhando lenha nas colinas eram as verdadeiras grandezas deste mundo, estabelecendo os três papéis delegados à mulher como único e verdadeiro norte de conduta moral para todas as mulheres. E foi assim que a Economia Doméstica, como curso na época considerada uma “verdadeira ciência”, ganhou uma dimensão sagrada, com seus ensinamentos servindo para “elevar” a vida não apenas das famílias favorecidas economicamente, mas até os mais humildes lares brasileiros. E o lar burguês americano surge como modelo arquetípico a ser seguido em uma sociedade em industrialização:

²³⁶ Op.cit, p. 15

²³⁷ Idem.

Preparada para tais ensinamentos, você vai entrar na casa que lhe foi preparada por seu marido, não só com espírito de aceitação, mas com a coragem daquelas mulheres que, emigrando para os Estados Unidos no início de sua colonização, foram as verdadeiras pioneiras dessa grande nação²³⁸.

Em plena Guerra Fria, com toda a disputa ideológico em jogo na época, a atuação da mulher como esposa/mãe/dona de casa torna-se, além de uma missão sagrada, uma das principais bases do país mais rico e poderoso do mundo e, portanto, o modelo ideal a ser seguido era o da família americana. E, apesar de todo o discurso religioso anunciando a igualdade de todas perante os olhos de Deus, a pobreza não poderia ser mais desculpa para um lar desorganizado, não higiênico e pobre. Embora fosse uma casa humilde, a mulher que bem governasse seu lar conseguiria tornar este espaço simples em lugar ideal e harmonioso:

Talvez não passe de um simples cômodo e uma cozinha feiosa, mal pintada e mal arejada. Que vai fazer? Pôr-se a chorar desanimada, desiludida? Vai rebelar-se e tentar voltar para a casa de seus pais? Não! Pois não é covarde nem fraca para desertar do seu dever; dá-la a enfrentar a situação com um sorriso animador. Seu pensamento deve ser este: minha casa não é nenhum palácio, mas saberei transformá-la num cantinho delicioso, onde possamos encontrar paz e alegria. Como é belo e edificante começar do nada, visando e esforçando-se para alcançar o melhor!²³⁹

Um belo enaltecer do trabalho doméstico. Na sequência, várias orientações e dicas são dadas para a dona de casa melhor organizar seu tempo de acordo com as tarefas necessárias, utilizar poucos recursos para criar novos itens para a casa a partir do reaproveitamento de materiais, além de dicas de limpeza dos mais diversos cômodos e sujeiras. Se a mulher trabalhasse fora, deveria executar as tarefas com ainda mais rigor

²³⁸ Op. cit., p. 16

²³⁹ *Idem.*

para não prejudicar seu tempo, pois, citando o apóstolo Paulo, “*quem não trabalha, não tem o direito de comer*²⁴⁰”. O marido, por sua vez, não deveria se confortar e depender da mulher para tudo, pois se “ele realmente a ama, a ajuda”. Porém, para a autora destes manuais, a mulher não tem o direito de depender do *auxílio incessante* do marido, para o que – em suas palavras - era “*obrigação sua [da mulher], indeclinável*”, da qual a mulher só poderia negar em caso de doença ou outro motivo que a impossibilitasse de cuidar do lar.

Mas o lar só se constituía após o matrimônio, e uma série de orientações são recomendadas a leitora, referentes a (quase) todas as etapas que constituem seu caminho, do namoro, passando pelo noivado, o preparo para o casamento. A decisão de com quem se casar era muito importante, e apesar de todos serem iguais aos olhos de Deus, a autora orientava a leitora cuidado ao tomar a decisão não apenas por razões econômicas, mas, acima de tudo, morais e religiosas:

Antes de mais nada, é necessário que levem em conta as respectivas condições sociais, visando os prováveis desajustes. Sendo um pobre e outro rico, poderá surgir o perigo das comparações futuras, sempre deprimentes, sobretudo se entram em choque as incompreensões das famílias de ambos os lados. Portanto, esse ponto deve ser tratado, principalmente pela parte pobre, com a maior circunspeção. Além disso, há a condição intelectual, mais importante do que presume e, a seguir, a questão religiosa. Esta é muito importante. É preponderante, quando não se chegar à leviandade de abjurar a própria crença a favor do outro. É uma questão que deve ser discutida logo no início do namoro e, se preciso for, sacrificar-se, mas não permitir uma dualidade que venha, mais tarde, criar sérias complicações, mormente em relação aos filhos²⁴¹.

Os filhos já eram considerados o fim maior antes mesmo do matrimônio, e a religiosidade deles algo muito importante a se considerar

²⁴⁰ Tessalonicenses 2:3

²⁴¹ BONINI, Op. cit., p. 61

antes mesmo da decisão de tê-los. O rapaz deveria ter, além das condições financeiras, também físicas e morais para iniciar uma nova família. Em relação à sexualidade, naturalmente a autora é discreta: a moça deveria procurar a melhor orientação possível. Idealmente, essa orientação deveria ser dada pela sua própria mãe, porém, diz a autora que “*ainda não desapareceu esse falso pudor, desde séculos existentes, de mãe para filha*”²⁴². Logo, ela deveria fazer seu aprendizado mediante livros ou solicitando os conselhos de alguma senhora de *comprovada idoneidade*. Afinal, o matrimônio é o que leva a completa consagração *indissolúvel* do homem e da mulher: a maternidade. Ser *mãe de um homem*²⁴³ é uma missão incomparavelmente superior e maravilhosa ao próprio matrimônio, que deve ser objeto de profunda consideração por parte da mulher, independentemente da posição social:

Por mais pobre que seja a mãe – é preciso frisar isso -, ela deve estar profundamente convencida de que não lhe é permitido isentar-se dos deveres e cuidados aos filhos. Ela não pode limitar-se apenas ao ato de dar à luz uma criança, mas deve assumir seriamente a responsabilidade de criar e educar essa criança, mesmo à custa de sacrifícios extremos. Deve amá-la, não por satisfação pessoal, mas por *ela* mesma; deve querer, acima de tudo, a *sua* felicidade no decurso desta vida e da vida eterna, sem jamais perder de vista o valor da alma durante a sua evolução. É um princípio corriqueiro, naturalmente ao alcance de qualquer compreensão. Pretender ensinar a mãe a amar seu filho seria ridículo; tal sentimento é congênito, os assuntos materiais inerentes é que devem ser aprendidos²⁴⁴.

A construção deste mito do amor materno como algo que faz parte de uma natureza feminina foi amplamente discutido por Elizabeth Badinter²⁴⁵. Em sua obra, a autora mostra como a ideia do amor materno foi construída ao longo da história no Ocidente de uma maneira que este

²⁴² Idem.

²⁴³ Ibidem.

²⁴⁴ BONINI, Op.cit. p.62

²⁴⁵ BADINTER, Elizabeth. Op.cit, 1985.

acabou sendo naturalizado, como se toda mulher ao se tornar mãe já encontrasse em si todas as respostas relacionadas a sua nova condição.

Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas não penso que exista necessariamente em todas as mulheres, nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele. Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode "maternar" uma criança. Segundo, não é só o amor que leva a mulher a cumprir seus "deveres maternos". A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe. É certo que a antiga divisão sexual do trabalho pesou muito na atribuição das funções da "maternagem" à mulher, e que, até ontem, esta se afigurava o mais puro produto da natureza. Será preciso lembrar também que em outras sociedades — e não das menores — a "boa natureza maternal" tolerava que se matassem as crianças do sexo feminino ao nascer?²⁴⁶

O amor materno, segundo a autora, é apenas um sentimento humano, e como tal, incerto, frágil e imperfeito. Não inscrito na natureza humana, historicamente percebem-se mudanças nas atitudes maternas, e um discurso produzido primeiro por moralistas, depois pela psicanálise, contribuiu para a consolidação deste mito sobre a maternidade. Esse discurso acabou atribuindo às mulheres uma função essencial na sociedade na medida em que as responsabilizava não apenas pelo fenômeno fisiológico da gravidez, mas toda a educação dos adultos. Essa função materna, então, não estaria restrita apenas até a fase do desmame, mas durante toda a criação dos filhos:

²⁴⁶ BADINTER, 1985, p.16

A procriação não teria sentido se a mãe não completasse sua obra assegurando, até o fim, a sobrevivência do feto e a transformação do embrião num indivíduo acabado. Essa convicção é corroborada pelo uso ambíguo do conceito de maternidade que remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e a uma ação a longo prazo: a maternagem e a educação. A função materna, levada ao seu limite extremo, só terminaria quando a mãe tivesse, finalmente, dado à luz um adulto²⁴⁷

Nesse sentido, pode-se entender a difusão de manuais de civilidade como uma maneira de reforçar esse discurso a respeito da maternidade entre as mulheres, na necessidade de melhor educar os cidadãos. Em *História Social da Criança e da Família*, Philippe Ariès nos mostra como os conceitos modernos de criança e família tem uma origem em comum no final da Idade Média. Em uma época em que havia alta mortalidade infantil, a ideia de infância simplesmente não existia. Eram elas consideradas “adultos em miniatura”, o que, conseqüentemente, fazia com que não houvesse uma preocupação em separar a criança do “mundo dos adultos”. Esse “sentimento de infância” começa a surgir a partir dos séculos XVI e XVII, primeiro como uma mera distração, mas gradualmente vai se tornando um assunto sério, principalmente quando moralistas e educadores desse período passaram a se preocupar e ter um interesse psicológico pelas crianças. E assim lentamente surge uma preocupação não apenas com o futuro da criança, mas com seu presente, a sua saúde e higiene; e a criança assim começa a assumir um papel central dentro da família²⁴⁸.

A mudança na percepção da infância como uma idade distinta da fase adulta acabou conseqüentemente alterando também o sentimento de família. Se anteriormente a família cumpria a missão de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, Ariès afirma que, muito mais do que o amor, é a preocupação com a criança e a necessidade de sua presença que está na raiz da família moderna. E, no contexto das

²⁴⁷ Op. cit. p.19.

²⁴⁸ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. p.164

mudanças econômicas e sociais durante o processo histórico, na modernidade, a educação passou a ser o foco principal na ideia de progresso da sociedade. Essa nova preocupação com a educação transformou a família em uma instituição com uma função moral e espiritual, para formar corpos e almas. E a educação assim transformou a configuração familiar, tanto no fato de agora a preocupação deixar de ser “colocar filhos no mundo”, para “preparar os filhos para a vida”; quanto no sentido de que, com o aumento da escolarização, aumentou também o tempo em que os filhos continuam vivendo com a família. Nesse sentido podemos analisar a definição da função e da importância família expressada na *Biblioteca do Lar*:

A família é a mais bela e a mais santa das instituições da sociedade. Já os antigos afirmavam que uma não onde impera a unidade familiar, onde a família é disciplinada pela autoridade e pelo afeto, será sempre uma nação forte e organizada; ao passo que a desagregação da família e a dissolução dos costumes e dos familiares conduzem a nação fatalmente à decadência e ao colapso²⁴⁹.

Assim, a construção do discurso do amor materno eleva a mulher à função de “responsável pela Nação” através do amor e cuidado com os filhos, como um pilar de sustentação da família, da tradição e dos costumes. E, através de políticas visando o cuidado com as crianças e à maternidade, o Estado estabeleceu uma polícia das famílias, através da qual ele passou a exercer um poder pastoral sobre o governo da população:

²⁴⁹ BONINI. Íside M. Boas Maneiras (Em Família) – Casa, Higiene, Beleza e Personalidade. Tomo I. p.2

O novo imperativo é, portanto, a sobrevivência das crianças. E essa nova preocupação passa agora à frente da antiga, a do adestramento daquelas que restavam após a eliminação das mais fracas. As perdas passam a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças. Assim, o importante já não é tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa da vida, que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento da maior mortalidade²⁵⁰.

Por isso que as mães passaram a ser consideradas as grandes aliadas dos médicos no exercício do poder sobre a vida da população. A medicalização da maternidade, as orientações dos puericultores, não deixavam de ser uma maneira – através da medicina - de estabelecer uma vigilância dos hábitos e condutas da população através dos olhos cuidadosos das mães. A circulação de manuais de civilidade nesse sentido pode ser entendida como uma maneira de disseminação de um discurso e de práticas medicalizantes que, para aquelas pessoas que consumiam esse tipo de literatura, estendessem a vigilância médica para dentro do ambiente doméstico. Mas como fazer chegar esses preceitos para os lares das pessoas mais pobres, analfabetas, que não consumiam esse tipo de literatura? Através da filantropia. Deste modo, a benemerência de mulheres de classes abastadas estabelecia uma relação que agradava a ambas as partes: a medicina entrava nas casas, e as mulheres de classes média e alta garantiam um novo espaço de atuação na esfera pública, através dessa nova forma de caridade.

A maternidade é vista sob dois aspectos. Primeiramente, através da construção desse discurso sobre a natureza feminina em relação à maternidade. Mas, se a mulher é naturalmente destinada a ser mãe, por que, então, elas precisariam de educação, de orientação para isso? Da mulher pobre que, através da assistência, recebia “conhecimentos” sobre como cuidar de seus filhos a meninas que estudavam em uma escola que as preparava para serem boas mães e esposas, se reforçava sempre a necessidade de que a mãe deveria ser *preparada* para a função, preparação essa que deveria ser de cunho religioso:

²⁵⁰ BADINTER, E. Op. cit. p. 145.

Não é boa mãe quem quer. É preciso toda uma preparação espiritual e cristã para admitir a necessidade do sacrifício, e esse esquecimento de si eleva a boa mãe acima da condição humana, espontaneamente egoísta. Ela torna-se, portanto, uma santa porque o esforço exigido é imenso. Mas, contrariamente às verdadeiras vocações religiosas, que são livres e voluntárias, a vocação materna é obrigatória.²⁵¹

Através de educação *cristã*, reforça a autora destes manuais de civildade, as mulheres poderiam ter a melhor orientação no sentido de aprender a desempenhar melhor suas “atribuições naturais”:

As moças que se apresentam para o casamento, carecem de uma preparação adequada, principalmente quando aspiram à maternidade, porquanto o sentimento materno em si é um atributo congênito; o de que realmente necessitam é de uma orientação certa a respeito da nobre missão que lhes caberá no casamento²⁵².

Com a família centrada na criança, todas as preocupações se voltam para a garantia das melhores condições para sua criação, exigindo que a preparação para sua vinda seja algo que ocorresse já em período pré-nupcial. Na *Biblioteca do Lar*, são apresentados uma série de preceitos medicalizantes destinado primeiro aos noivos, que devem se submeter a exames de saúde, abandonar vícios, ter uma alimentação saudável – enfim, ter hábitos e condutas considerados corretos - para somente assim poderem se preparar para a formação de uma nova família, com apoio do Estado que fornece todos os procedimentos de exame necessários:

251 Idem, p. 270

252 BONINI, I. M. *Biblioteca do Lar*. Tomo I – Boas Maneiras (Em Família). São Paulo: Edigraf, s/d. p. 96

Os noivos têm o dever de submeter-se a exame de saúde. Existem os Departamentos de Exames Pré-nupciais, mantidos pela Secretaria de Higiene, devidamente aparelhados para tal fim. Qualquer desvio, porventura constatado num dos dois, deve ser impreterivelmente eliminado antes do casamento. As instruções médicas devem ser seguidas meticulosamente, mesmo que impliquem em adiamento do matrimônio. Qualquer omissão nesse sentido poderá ter efeitos desastrosos no futuro e oxalá não recaiam sobre os filhos!²⁵³

Somente após exames pré-nupciais, com o devido aval da autoridade médica, os noivos poderiam então contrair matrimônio para, somente então, pensar nos filhos. Após o sacramento. Ao noivo as preocupações médicas apresentadas na *Biblioteca do Lar* ficavam restritas somente aos exames pré-nupciais: os cuidados posteriores com as crianças eram relegados somente às mães, quando o livro entra nas seções seguintes de Puericultura, reunindo todo o discurso médico do período, noções de primeiros socorros e alimentação, assuntos de competência estritamente feminina, segundo a autora do manual. É através da *maternagem* que um novo tipo de controle passa a operar sobre as famílias, sobretudo as pobres, pois era através dela que se chegava à criança, principal alvo do exercício do biopoder:

²⁵³ BONINI, I. M. *Biblioteca do Lar*. Tomo III – Orientações Indispensáveis à Família, p. 62

É a criança, agora, quem transmite saber e dever ao lar. E é por meio dela que o Estado pretende controlar a família. Os pais carentes tanto econômica quanto culturalmente aceitarão mais ou menos rapidamente os valores do professor, porta-voz da Terceira República, de quem a criança se faz eco ao voltar à noite para casa. Assim, a situação de outrora é completamente invertida. A criança veicula os valores do mundo exterior e os transmite aos pais. Sem dúvida, esse processo não é aplicável às classes abastadas, que continuam a transmitir seus próprios valores e a manter os filhos em cursos particulares. É também nessas famílias que as mães melhor desempenham seu papel de educadoras e orientadoras. Mas, num caso como no outro, o prestígio paterno diminuiu. O saber da criança lhe escapa, pois a mãe ou o professor, ou os dois juntos, têm o monopólio da educação e da instrução. Quer esteja na fábrica ou cuidando de seus negócios, o pai não tem mais tempo para ensinar nada. Só o camponês terá ainda a possibilidade de transmitir um saber e uma experiência ao filho. Não é por acaso que sua autoridade persiste quase intacta durante um longo tempo.²⁵⁴

Nesse mesmo sentido de controle das famílias que Jacques Donzelot vê as preocupações com a maternidade e as crianças²⁵⁵. Para esse autor, a preocupação com as famílias se deu, na Europa, por meio de uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois polos: a medicina doméstica e, sob a etiqueta da “Economia Social”, o agrupamento de todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução e garantir o número desejável de trabalhadores com o mínimo de gastos públicos, através da filantropia.²⁵⁶ Desta maneira, a benemerência serviu como um

²⁵⁴ BADINTER, E. Op. cit. p. 289.

²⁵⁵ DONZELOT, Jacques. A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

²⁵⁶ Op. Cit, p. 22

laboratório de observação das condutas familiares, e permitiu através do cuidado com as crianças a inspeção médica das famílias pobres.

Juntamente com a medicalização, se operou também uma moralização dos pobres, através da educação e do incentivo ao matrimônio. Dessa forma, se reforçava a importância da mulher esposa/mãe, pois essa manteria o marido longe do cabaré e impediria que a criança crescesse nas ruas. Através da família se civilizava as condutas e os hábitos dos mais pobres. Nesse sentido, as ações filantrópicas de cunho religioso sempre se destacaram a condicionar a caridade e o apoio material a vivência religiosa e ao padrão de moralidade por ela recomendado. E também uma maneira de pacificar qualquer foco de contestação social:

A mulher, a mulher do lar, a mãe dedicada, é a salvação do homem, o instrumento privilegiado da civilização da classe operária. Basta amoldá-la para este fim, fornecer-lhe a instrução necessária, inculcar-lhe os elementos de uma tática do devotamento, para que consiga abafar o espírito de independência do operário²⁵⁷

Nesse contexto, a filantropia coloca as mulheres/mães em posições distintas:

²⁵⁷ DONZELOT, J. Op. cit. p.36

É ainda mais significativa a diferença de posições táticas em que se encontram a mulher burguesa e a mulher popular. Através da revalorização das tarefas educativas se estabelece, para a mulher burguesa, uma nova continuidade entre suas atividades familiares e suas atividades sociais. Ela descobre um domínio de missão, abre para si um novo campo profissional na propagação das novas normas assistenciais e educacionais. Pode, ao mesmo tempo, ser suporte de uma transmissão do patrimônio no interior da família e instrumento de irradiação cultural no exterior. A mulher do povo possui, por natureza, um trabalho antagônico com o seu status materno. Algumas vezes ele representa uma necessidade, mas é sempre obstáculo à realização de sua função de guardiã do lar. Para ela, não se trata de irradiação: sua missão é, ao contrário, velar por uma retração social de seu marido e de seus filhos. É dela, da regularização que impõe, que depende a transmissão de um patrimônio que permanece, quase sempre, exterior à família, o "patrimônio social" como dizem os juristas, cuja gestão escapa à família e do qual o operário não pode dispor enquanto viver, já que só o obtém com sua própria deterioração e morte²⁵⁸.

A filantropia não é uma forma ingênua e apolítica de intervenção privada no âmbito dos problemas dito sociais, mas uma estratégia deliberadamente despolitizante. “*Conselho eficaz em vez da caridade humilhante*”²⁵⁹, a filantropia estabelecia a norma preservadora no lugar da repressão destruidora. As medidas relativas à higiene pública e privada e a educação eram consideradas problemas de uma sociedade que via sua população crescer e, na necessidade de integrar “os outros”, agia também através da civilização dos costumes, que impunha uma moralidade própria que tinha como base a religião. Procurava orientar, agir sobre crianças e não sobre idosos, sobre mulheres e não sobre homens, para evitar gastos futuros. Ela se preocupava em conservar seu mundo,

²⁵⁸ DONZELOT, Jacques. A Polícia das Famílias. p.43

²⁵⁹ Op. cit. 51

supostamente promovendo a autonomia dos pobres enquanto na realidade estabelecia uma conformação social.

As meninas que realizaram o estágio aqui analisado eram alunas de uma escola que as ensinava a seres futuras mães e boas de casa. E, além disso, eram educadoras que através da “maternagem simbólica” em estágio de conclusão de curso, realizaram um projeto higienista em um clube de mães, que por sua vez fazia parte de um Posto de Puericultura, mantido por uma entidade filantrópica com o apoio do estado. O centro no qual todos esses fatores orbitavam era a maternidade, um discurso historicamente constituído como se fosse um atributo natural e divino, uma missão que cerceia as escolhas das mulheres e padroniza condutas das mães. Discurso esse representado por ensinamentos religiosos, tanto do que se evitar (Eva) quanto o padrão a se seguir (Maria). Aliadas aos médicos, elas levaram a vigilância do Estado para dentro do privado através de políticas higienistas e sanitaristas, de controle sobre a vida da população através da medicina social. Enquanto corpos, eram governados pela biopolítica; enquanto consciências, eram também governadas: pela moralidade e pela civilidade. Como em toda relação de poder, essa certamente não se deu sem resistência. Porém, a atualidade de certas questões levantadas por essa pesquisa mostra que certas posições conservadoras ainda permanecem com grande influência na sociedade, das questões de desigualdade de gênero na política aos combates às políticas públicas constitucionais. Como exemplo, percebemos o crescente retorno da defesa do Estado-mínimo neoliberal, que pretende novamente passar a gestão da saúde e educação públicas para organizações supostamente sem lucrativos, herdeiras da tradição filantrópica das elites brasileiras.

Assim, se fecha o “triângulo do bem-estar social”. No triângulo, o braço das políticas do Estado serão entidades filantrópicas, que por meio de ações realizadas em nome da caridade resultavam em tentativas de higienizar, normatizar, civilizar e moralizar a população pobre. Essas políticas de proteção à maternidade e a infância criadas no período do Estado Novo não ficaram restritas àquele período, ficando claro que décadas seguintes ainda eram o *modus operandi* do Estado e da elite através de entidades filantrópicas que encontravam na caridade a maneira de inserir sua imposição de valores religiosos na biopolítica do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados em Brasília realizou a sessão de votação para a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita democraticamente para o cargo máximo do Poder Executivo brasileiro. Durante aquela votação, cada deputado/a brevemente justificava a razão de seu voto, e muitos daqueles/as que votaram a favor do impeachment usavam como argumento para a sua escolha a defesa da “família brasileira”. Já no dia seguinte, a revista *Veja* publicou matéria a respeito de Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer, exaltando suas ‘qualidades’ de “bela, recatada e do lar”²⁶⁰, como uma contraposição à figura da presidenta Dilma Rousseff, sugerindo que cargos públicos não são espaços apropriados para serem ocupados pelas mulheres, reforçando assim a ideia do “lugar da mulher” na sociedade como esposa/mãe/dona de casa.

Já com o processo de impeachment consumado, em outubro de 2016, o agora presidente Michel Temer lançou um novo programa federal intitulado “Criança Feliz”, para o qual “empossou” sua esposa como “embaixadora” do programa, reforçando um velho estereótipo que ligava primeiras-damas com projetos assistenciais, tradição que pode ser percebida nas trajetórias de – entre outras – Sarah Kubitschek, Maria Thereza Goulart e Roseane Collor, guardados os devidos contextos históricos onde cada uma delas atuou. “Lugar de mulher é no lar”, e no espaço público seu papel deve ser secundário, como nos exemplos acima citados de primeiras-damas caridosas e silenciosas ao lado de seus maridos? Como se não bastasse, em solenidade em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres em 2017, o presidente cometeu mais uma de suas gafes, ao afirmar que a maior contribuição das mulheres brasileiras

²⁶⁰ “Marcela Temer: Bela, Recatada e do Lar”. Disponível em <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> (Acesso em 21/06/2018)

para a economia do país é o controle dos preços em supermercados e no orçamento doméstico²⁶¹.

Discursos e posicionamentos como os acima exemplificados nos parecem absurdos quando constatados em pleno século XXI, sobretudo, após décadas de intensas lutas das mulheres por conquistas na sociedade e no espaço público, pelo acesso a equidade de direitos, pelo acesso à educação, à melhores postos de trabalho e remunerações iguais aos homens, entre tantos outros exemplos que poderiam ser aqui mencionados. Porém, ao mesmo tempo em que percebemos que as mulheres estão cada vez mais conquistando visibilidade em suas lutas, podemos também notar que recentemente uma grande onda conservadora vem ganhando força no mundo, seja em golpes de Estado, em resultados eleitorais em outros países – na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa-, no movimento “Escola sem Partido” e na negação da necessidade de se discutir gênero no debate público e, principalmente, escolar²⁶².

²⁶¹ "Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais" Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html (Acesso em 21/10/18)

²⁶² Esse movimento foi criado em 2007 por um advogado chamado Miguel Nagib, inicialmente com o propósito de combater uma suposta "doutrinação de esquerda" presente nas escolas brasileiras. Inicialmente um grupo sem maior importância, acabou ganhando força quando Ali Kamel (da Rede Globo) e a Revista Veja passaram a dar publicidade para o movimento, que acabou caindo nas graças de grupos que pretendem acabar com a discussão de gênero nas escolas. Foi assim que, em 2014, ano em que todas as metas relativas ao combate à desigualdade de gênero foram excluídas do Plano Nacional de Educação que o movimento Escola Sem Partido ganhou ainda mais força, fornecendo assim suporte para a criação de inúmeros projetos Brasil afora excluindo até mesmo a palavra "Gênero" de Planos Municipais de Ensino. Já em 2015 o movimento transformou-se em "Associação Escola Sem Partido" e em sua pauta, além do combate a citada "doutrinação política" a qual os alunos supostamente estavam sendo vítimas e às discussões sobre gênero, o Escola Sem Partido também se volta contra a exigência do respeito aos direitos humanos em provas de redação do ENEM, conforme amplamente divulgado pela imprensa brasileira no ano de 2017. Sobre o assunto, ver o trabalho do professor Fernando Penna, da UFF. Ver também: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/> <https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/>

Um exemplo de como essa onda conservadora renega até conquistas que sempre foram pauta do movimento feminista é um debate que recentemente ganhou espaço na imprensa e nas redes sociais, que é o das “Escolas de Princesas”²⁶³. Estabelecimentos que vem sendo criados em algumas capitais brasileiras, como Belo Horizonte e São Paulo, cuja proposta é uma educação para meninas voltadas para o “resgate de valores morais”, em que assuntos como moda (inclusive no uso de uniforme), comportamento e etiqueta são pautados na ideia do “*bela, recatada e do lar*”, tão presente no debate público nas discussões sobre a igualdade de gênero. Existem muitas críticas a essa proposta, que para muitas/os é retrógrada ao novamente propor uma diferenciação da educação para meninas e meninos e reforçar estereótipos que há muito se tenta desconstruir. Mas, por outro lado, é possível constatar que mesmo assim há uma procura e um interesse por esse tipo de escola, sobretudo por mulheres que tiveram um tipo de educação semelhante a esse em sua infância e desejam o mesmo para suas filhas ou netas.

Desde o seu projeto inicial, essa pesquisa se estendeu entre os anos de 2015 a 2019, anos turbulentos da história brasileira, onde se percebeu na sociedade um agravamento da polarização política, levando a situação a um grande clima de instabilidade e acirramento das tensões no debate público. De modo que essa pesquisa foi fortemente influenciada pelo contexto social e político da época em que foi produzida. Dentro de uma universidade pública, financiada por uma agência de fomento pública; seu autor, nesse ínterim, foi usuário do sistema público de saúde e atualmente é professor da rede pública municipal. Provas do quanto o

<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR85668> (acessos em 30/11/2017)

²⁶³ Trata-se de um curso de três meses que ensina meninas de quatro a 15 anos desde os “valores de uma princesa” - como humildade, solidariedade e bondade – noções de beleza (maquiagem, cabelos) até regras de etiqueta, de culinária e como organizar a casa. As aulas são ministradas por profissionais diversos, entre cabeleireiros, cozinheiras, nutricionistas e psicólogos. Segundo seu site oficial: “*Sua filha é preciosa para você e precisa ser preparada desde já para que seu coração seja capaz de discernir entre o certo e o errado, entre a ação que produz algo bom e o gesto que traz constrangimentos. Desta forma ministramos ao coração das meninas valores e princípios éticos, morais e sociais, que a ajudarão a conduzir sua vida com sabedoria e discernimento.*” (Disponível em: <http://escoladeprincesas.net/ws/> acesso em 02/12/2017)

Estado é presente na vida cotidiana: ele vigia, normaliza, disciplina, pune, enfim, governa “promovendo a vida”, segundo o conceito foucaultiano de *biopolítica*.²⁶⁴ Mas, quando sofre ameaças como as que o Estado brasileiro tem vivido diante do contexto atual - iniciado a partir do processo de impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff – vemos o quanto ele é importante na promoção e na garantia dos direitos mais básicos da população, garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Na atual polarização política na sociedade brasileira, percebe-se o crescimento de uma onda conservadora que, não aqui pretendendo fazer nenhuma generalização, se manifesta através de discursos de ódio contra qualquer política pública²⁶⁵ que promova direitos básicos para pobres, mulheres, negros, indígenas, homossexuais; também a nova onda conservadora brasileira tem um forte apelo cristão, seja com o avanço das igrejas neopentecostais entre toda a população²⁶⁶, mas especificamente

²⁶⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

²⁶⁵ É possível apontar vários exemplos facilmente percebidos na atualidade: discursos contra as cotas na universidade, a favor da privatização ou terceirização de serviços como o da saúde e da educação; ataca-se a liberdade dos professores em nome de uma pretensa “Escola sem Partido”, ao mesmo tempo que se combate, não apenas na escola mas no debate público de maneira geral, qualquer discussão a respeito das relações de gênero, o que pelos conservadores é chamado de “Ideologia de Gênero”. De absurdos como defensores do fim da Lei Maria da Penha, até os que concordam com a disparidade salarial entre homens e mulheres em virtude destas serem...mães. Através de uma tal “postura politicamente incorreta”, questiona-se a importância de leis que punem casos de racismo e homofobia. Programas Assistenciais como o “Bolsa Família” é acusado de ser “Bolsa Esmola”, e vários outros exemplos que poderiam aqui ser mencionados para exemplificar a maneira com que toda e qualquer política pública de promoção de direitos é atacada por setores conservadores da sociedade brasileira, sobretudo a aqueles ligados a igrejas cristãs.

²⁶⁶ Igrejas como a Assembleia de Deus, a Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, a Igreja Renascer em Cristo, a Igreja Mundial do Poder de Deus, entre outras. Segundo dados do IBGE, nos últimos 40 anos a população evangélica saltou de 5,2% para 22,2% segundo o censo realizado em 2010. Estima-se que, dentro de algumas décadas, os evangélicos tornem-se a maioria da população brasileira. <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/> (Acesso em 03/09/2018.)

entre a população mais pobre ou com o avanço do conservadorismo entre os católicos, apesar do discurso liberalizante nos costumes que marca o papado de Francisco²⁶⁷. Utilizando-se da argumentação neoliberal, defende-se que não cabe ao Estado o papel da promoção da igualdade através de políticas públicas que garantam direitos a todos. No papado de Francisco, que remete ao santo considerado “pai dos pobres”, atacam-se as políticas públicas e reclamam para si os pobres que, sem direito, devem voltar a ser tutelados pela “caridade” dos ricos, com a ascensão de uma nova filantropia agora travestida de “entidades sem fins lucrativos” que, por exemplo, almejam a terceirização de serviços públicos de olho nos recursos públicos – que vem sofrendo crescentes cortes – destinados a essas áreas. Essas entidades são, muitas vezes, ligadas a entidades religiosas. Em sua maioria, conservadoras.

O discurso machista e misógino que marcou todo o processo de impeachment, os ataques ao feminismo, o crescente interesse por “Escolas de Princesas”; as desigualdades salariais, os inúmeros e assustadores casos de feminicídios, estupros, assédios, violências em suas mais variadas formas demonstram que, apesar de tantos avanços e conquistas nas últimas décadas, ainda há uma forte resistência à promoção da igualdade de gênero na sociedade brasileira. Só a menção da categoria de análise “Gênero” - que para os conservadores vira “Ideologia de Gênero” - já provoca acalorados debates, e essa resistência conservadora culmina em movimentos como o movimento “Escola sem Partido”. Esse, ao associar o debate sobre relações de gênero e o pensamento de esquerda, pretende promover uma “caça às bruxas” nas escolas públicas contra os professores, atacando assim um direito fundamental e desrespeitando as diversidades sociais, culturais, étnicas, de gênero, políticas e religiosas que compõe a sociedade brasileira, rica justamente graças a essa pluralidade que lhe é própria. Quando a ditadura militar é citada – às vezes exaltada – de maneira nostálgica e positiva, é impossível ignorar que se exalta também um modelo de sociedade que,

²⁶⁷ Francisco constantemente é notícia devido a posições controversas dentro do catolicismo tradicional: entre alguns exemplos, é possível citar declarações positivas sobre ateus, sobre a possibilidade de mulheres que abortem recebam o perdão da Igreja; advoga a favor de causas ambientais e tenta promover o diálogo com outras religiões; chegou, inclusive a receber, em audiência no dia 24 de janeiro de 2015, Diego Neria Lejarraga, transexual da Espanha que havia sofrido expulsão de sua paróquia após cirurgia de mudança de sexo.

como observamos no exemplo do caso estudado por essa pesquisa, já foi felizmente superado.

O Colégio de Educação Familiar de Curitiba-PR era uma escola cristã, particular, destinada para as elites, mas que concedia bolsas de estudos para alunas de menor condição financeira²⁶⁸. Suas alunas poderiam concluir o curso e entrar depois uma universidade, mas a proposta era educá-las para seus “papéis naturais”: o de mãe e o de esposa. Além do currículo básico, aulas de religião e civildade; havia também o curso de magistério, profissão ideal para a mulher, pois há na figura da professora uma “maternagem simbólica” que ainda associa essa função a características “femininas”. Ela poderia continuar seus estudos e até ingressar no mercado de trabalho, afinal, as mudanças da época ou a vida na grande cidade as vezes até tornavam isso uma necessidade. Porém, o ideal era que ela se preparasse para o casamento, para cuidar da casa, do marido, e dos filhos. Tendo Maria como exemplo. O amor e o cuidado de mãe, “natural” (mas que precisava ser ensinado, fosse na Igreja ou na Escola), se estende também aos necessitados através da caridade: e assim essa escola leva suas alunas a cuidar dos pobres, “ensinar”, “guiar”, “dar conhecimento”, pois a caridade própria do bom cristão também precisa ser ensinada. Essa escola funcionou entre as décadas de 1950 e 1980, mas poderia também ser também a escola “ideal” para grande parcela da sociedade atual, de pensamento conservador, que, ao atacar políticas públicas destinadas a promoção da equidade na sociedade brasileira, conseqüentemente acabam fazendo uma apologia a um modelo de sociedade anterior, contrário a todas as mudanças rumo a uma maior liberalização dos costumes e da vida em sociedade, tendência essa que é característica na sociedade atual. Quando se defende, ou ao menos se refere a esse passado como um tempo perdido que deveria “voltar”, o que está evidentemente sendo combativo são justamente os avanços em direção a uma maior justiça social e uma busca por uma maior equidade entre gêneros e ‘raças’ no Brasil.

Nesta pesquisa, pretendi demonstrar como a educação no Brasil foi, ao longo de sua história, vista e tratada como um privilégio. De fato, mesmo a escola pública sempre foi exclusiva: apenas nas últimas décadas, quando a educação passou a ser entendida como direito fundamental, é que ela foi estendida para toda a população, mas ainda com graves

²⁶⁸ Que geralmente representa isenções fiscais para essas instituições.

deficiências. Enquanto ela apenas formava mão de obra barata e acrítica, não causava nenhum “incômodo”; mas, conquistas das “minorias” como a representatividade dos negros e indígenas no currículo escolar, ou discussões que pretendem levar para a sala de aula temas importantes, como a diversidade ou o combate às mais variadas formas de preconceito passaram a incitar na sociedade diversos ataques à escola pública. E novamente o debate se acirra, com pessoas que nunca precisaram frequentar a escola pública defendendo o seu fim. E como contraposição a uma escola diversa e plural, defende-se o retorno de um modelo já superado, acrítico, com fortes doses de moral e civilidade, que serve apenas para promover a conformação social em torno das desigualdades e que seja um instrumento para reforçar pela educação um ideal de sociedade arcaico, patriarcal, conservador e excludente em relação a quaisquer formas de diferenças.

Em relação às mulheres, esse trabalho permite uma dupla reflexão, diante de dois pontos de vista. Primeiramente, o das alunas das Escolas Normais, sobretudo aquelas que, como as três estagiárias que realizaram o trabalho social aqui analisado, que, apesar de pertencerem à famílias privilegiadas, ainda tinham seus horizontes de expectativa limitados por relações de gênero: o modelo de educação destinado às mulheres que, tardiamente, se desenvolveu no Brasil atuava para reforçar um ideal tradicional de família enraizado em uma moralidade cristã, onde esperava-se delas a maternidade e o casamento como fim: o ingresso no mercado de trabalho para essas mulheres representava uma etapa nesse processo, esperando-se que essas alunas parassem de trabalhar assim que casassem e darem início à construção de suas próprias famílias. Esperava-se também que sua esfera de atuação no espaço público fosse demarcada pela religião: missas, trabalhos sociais voltados à caridade e a benemerência, esses eram os espaços de atuação que se esperava de boas moças da sociedade. Felizmente, os tempos estavam mudando, e as décadas de 1960 e 1970 deram início a uma série de conquistas que foram lentamente abrindo novos espaços que hoje permitem às mulheres serem elas próprias chefes de família e ocupantes de posições de maior destaque no mercado de trabalho, por exemplo. Mas evidente que isso ainda está longe do ideal: desigualdades salariais, as mais variadas formas de assédio e até mesmo a mentalidade da sociedade que ainda insiste em definir o que é “coisa de mulher”, “trabalho de mulher”, “lugar da mulher” mostra que, assim como normalistas em décadas anteriores,

atualmente a carreira e/ou os anseios pessoais das mulheres ainda sofrem com o preconceito e a mentalidade de muitos que insistem em reconhecer tais conquistas e avanços.

Já em relação às mulheres pobres, como as anônimas mães que participaram do curso de higiene alimentar aqui analisado, as reflexões são de outra natureza. Na primeira parte deste trabalho, pretendeu-se mostrar como um modelo de controle das famílias através da maternidade e da infância se desenvolveu no Brasil a partir do Estado Novo, com a implementação de políticas diretivas como os Departamentos Nacional e estaduais da Criança que, através da medicalização da gestação e da primeira infância e o estabelecimento de uma parceria com associações filantrópicas, agiam através de postos de puericultura para estabelecer um controle sobre a vida da população. Diminuir a mortalidade infantil, tratar e prevenir doenças contagiosas e epidemias que - na época - eram consideradas “doenças do atraso” ou promover o aleitamento materno são, evidentemente, iniciativas benéficas e que melhoraram as condições de higiene, sanitárias e de saúde. Mas isso tudo era promovido pela filantropia: o único acesso à saúde básica para muitas pessoas era a benemerência de entidades que, segundo o triângulo do bem-estar social, agiam como braço nas políticas de saúde do Estado. E, essa nova forma de caridade que é a filantropia agia na “promoção” do ser humano: e nesse contexto, padrões de civilidade, moralidade e conduta eram reforçados. Corpos e consciências, a população era o rebanho que necessitava ser *guiado*²⁶⁹.

Com a Constituição de 1988 a saúde tornou-se também um direito, e o Sistema Único de Saúde brasileiro tornou-se referência internacional nesse sentido. Mas a promoção desse direito ainda está livre de um padrão de moralidade? A questão do aborto, por exemplo. Atualmente o debate do tema deveria ser tratado como questão de saúde pública, tendo em visto o alarmante número de mulheres pobres que, sem

²⁶⁹ Aqui, me refiro ao conceito de “poder pastoral” na obra de Michel Foucault, onde analisa como dentro do Cristianismo se desenvolveu uma técnica de poder baseada na figura do “bom pastor” que cuida do “rebanho”. Essa técnica de poder tardiamente inspirou a biopoder e a biopolítica de Estado, onde este passa a exercer a figura do pastor, que é a população. Assim, esclareço a maneira como me refiro a população como rebanho, que foi uma decisão meramente estilística. Cf. FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

condições financeiras de realizar esse procedimento em locais adequados e por este não ser ofertado pela saúde pública em virtude da criminalização, perdem a vida recorrendo a métodos clandestinos e insalubres. O debate atual em torno da descriminalização gira todo em torno de argumentos de origem religiosa, e o crescente avanço de uma bancada evangélica no poder legislativo impedem qualquer avanço nessa questão. Mesmo na garantia do acesso à água tratada e tratamento de esgoto: décadas se passaram desde que o as alunas da Educação Familiar ministraram aulas com orientações sanitárias e ainda percebemos que esse é um problema mal resolvido, sobretudo pela ineficácia daqueles que ocupam o poder público: em todo o Brasil as condições sanitárias básicas, também um direito, ainda são negadas à população pobre.

Mesmo em relação ao tema da vacinação, campo onde o Brasil já foi referência mundial, percebe-se recuos na atualidade: doenças que outrora haviam sido declaradas praticamente erradicadas em território nacional tem voltado a aparecer, sobretudo por uma crescente resistência por parte da população em vacinar seus filhos. Assim como os médicos sanitários de décadas passadas aqui analisados viam na educação a maior arma para difundir os “preceitos higiênicos e de saúde ideais” entre a população, ainda hoje se faz necessário utilizá-la para se desfazerem opiniões equivocadas e mal informadas a respeito das vacinas. A escola inclusive já havia se tornado espaço para vacinação de crianças e adolescentes, mas mesmo isso tem encontrado resistência de pais que entendem que a escola não deve decidir sobre esse assunto em relação a seus filhos. Culpar a falta de informação dessas pessoas apenas é agir como os críticos da população pobre do Rio de Janeiro que, em 1904 protagonizaram uma revolta contra uma campanha de vacinação autoritária promovida por Oswaldo Cruz. Isso pode se resolver com a educação, mas uma educação livre de dogmas religiosos, como os dos evangélicos que tem resistido à vacinação de seus filhos contra o HPV²⁷⁰, por exemplo.

²⁷⁰ Em 2014 o Ministério da Saúde promoveu uma campanha nacional de vacinação contra o HPV, cujo público-alvo eram meninas de 11 a 13 anos. Por acreditarem que a vacina estimularia o início precoce da vida sexual dessas meninas, muitas mães evangélicas promoveram um boicote a campanha, como noticiado inclusive na imprensa *online* voltada para o público evangélico <https://noticias.gospelmais.com.br/maes-evangelicas-boicotam-vacinacao-filhas-contrahpv-65014.html> (Acesso em 13/09/2018)

O problema da promoção da saúde como um ato de caridade ou benemerência e não como política pública de garantia de direitos está justamente a esse direito ser tratado como uma “ajuda” e não um direito. Saúde é direito, e não caridade. Deve ser garantida por profissionais, e não por voluntárias/os que, em nome da benemerência cristã, utilizam esses espaços para reforçar padrões de condutas, de comportamentos, de moral; que ainda veem os pobres como pessoas meramente ignorantes que devem permanecer sempre tutelados – apesar do discurso da “promoção do indivíduo” pelas elites. Atualmente, vem crescendo também o debate em torno da ação do Estado sobre serviços como o de Saúde e Educação, e a defesa de que estes deveriam ser terceirizados para entidades sem fins lucrativos ou “organizações sociais”. Esse tipo de proposta, se colocada em prática, pode abrir caminho para entidades que, de olho nos recursos financeiros que seriam repassados pelo poder público, podem precarizar ainda mais tais serviços. E essas Organizações Sociais podem se tornar a nova versão das associações filantrópicas como a analisada nessa pesquisa, com ligação com igrejas ou fortemente influenciadas pela religião, que podem aproveitar a oportunidade para, ao realizar a caridade e a benemerência, civilizar, impor padrões, normas, condutas e comportamentos e, sobretudo, moralidade. Há um grande interesse, por exemplo, das igrejas neopentecostais em ocupar esses espaços, como a gestão de trabalhos com dependentes químicos. A garantia da saúde como direito deve, ao meu ver, ser defendida contra toda e qualquer iniciativa no sentido de, através da filantropia, ela novamente ser tratada pelo viés da caridade – sobretudo uma caridade civilizatória.

O exemplo de trabalho social analisado na segunda parte deste trabalho permite algumas reflexões, para finalizar. Dentro do curso apresentado, quais conteúdos essas três estagiárias realmente contribuíram para a melhora da qualidade de vida daquelas mães participantes e seus filhos? Será que essas famílias pobres tinham condições financeiras de, por exemplo, construir adequadamente as instalações do sanitário e do poço d’água para evitar contaminações? E para possuir a farmácia caseira e, o mais importante, como utilizar seus itens corretamente? Fraldas e bibeiros talvez elas tenham aprendido a confeccionar com as estagiárias, algum cuidado na hora de receber visitas aos bebês recém-nascidos na aula de civilidade; conforme o relatório nos mostra, ao fim do curso as crianças apresentaram melhora do peso e um

bom número delas recebeu as vacinas adequadas, mas esse seria o modelo ideal de promoção da saúde de mães e bebês? Que conteúdos a respeito das verminoses, dos cuidados com a higiene foram apreendidos e utilizados posteriormente? Seria esse o modelo mais adequado e efetivo para uma campanha sanitária e higiênica? O que teriam três jovens de posição privilegiada da sociedade a ensinar para mães pobres, além do discurso médico, além de uma visão de cima, disciplinadora e civilizadora?

O modelo de bem-estar social baseado na promoção dos direitos fundamentais através de políticas públicas é uma conquista da população brasileira, e apesar deste ser também um dispositivo biopolítico de controle da população através do Estado, difere do modelo de triângulo analisado nessa pesquisa onde a promoção de tais direitos é tratada como um ato de caridade e benemerência. Pois, dentro dessa lógica, a promoção de serviços básicos é tomada pelo exercício de um poder pastoral que, além de cuidar de corpos, procura também dirigir consciências. A população, quando vista como um rebanho a ser orientado, fica à mercê dos padrões de conduta, comportamento e moralidade, sendo assim a caridade entendida como uma prática civilizatória. A população possui direitos que devem ser garantidos e jamais retirados e, ao menos em tese, não necessita ser moralmente guiado.

Optar por se dedicar à maternidade, ao casamento e aos cuidados domésticos também é um direito que também deve ser respeitado. E também não há nada errado em haver ainda na atualidade o interesse por “escolas de princesas”. Porém, a realidade da grande maioria das mulheres brasileiras é, além de donas de casa, mães e esposas, também profissionais no mercado de trabalho. É um fato que nas últimas décadas as mulheres conquistaram e consolidaram seu direito a acessar o mercado de trabalho e a educação. Mas uma cultura patriarcal ainda muito enraizada na sociedade brasileira impede que essas conquistas se tornem realmente uma maior equidade de gênero. Por exemplo, podemos citar como a “jornada tripla de trabalho” (estar no mercado de trabalho e ainda cuidar dos afazeres domésticos e familiares) que toma muito mais tempo das mulheres do que dos homens, que ainda possuem uma mentalidade que coloca esse tipo de atividades como atribuições “femininas”. Sem esquecer, evidentemente, da gritante disparidade salarial que se observa no Brasil entre profissionais com o mesmo nível de formação, indicando que recebem um salário muito menor do que os homens apenas por serem

mulheres. Ou mesmo, como último exemplo, como existem ainda na atualidade existem tanto profissões ainda consideradas *femininas* e outras *masculinas*, geralmente sendo atribuindo a profissões que envolvam o *cuidado* (como a educação e a saúde) uma aura que lembra muito a “maternagem simbólica” nesse texto analisada.

Mediante o exposto, espero que esse trabalho – somado a riquíssima produção acadêmica que vem sido produzida (e combatida²⁷¹) no Brasil dentro das Ciências Humanas – venha a contribuir na maneira com que a educação (e a formação de professores), a igualdade de gênero e as políticas públicas de promoção de direitos foram historicamente desenvolvidas no Brasil. Procurei mostrar como, desde que a oferta da educação passou a ser ampliada no país, a profissão de professora foi construída como um espaço de atuação *feminino* no mercado de trabalho para mulheres de classe média e alta (pois mulheres pobres sempre precisaram trabalhar). Também espero ter demonstrado que mesmo a educação pública naquele período era restrita a camadas financeiras mais abastadas, e também como a Igreja Católica viu na educação um campo fértil para sua atuação, sobretudo no que dizia respeito à educação das elites. Acreditava-se que a função da professora, por envolver afeto e cuidado, era praticamente uma *missão* a ser desempenhada por mulheres. Evidentemente, o ideal ainda era que essas mulheres de classe média após o casamento se dedicassem exclusivamente ao lar. E para isso, se promoveu uma educação generificada, diferenciada para a formação feminina.

Além disso, as mulheres professores foram consideradas naturais aliadas dos médicos nas grandes iniciativas – propostas ainda no Estado Novo e que avançaram durante as décadas seguintes – sanitaristas e higienistas que visavam dar conta da grande transformação que ocorreu no Brasil durante o século XX, onde o país tornou-se majoritariamente industrial e urbano. As grandes levas de migrantes que passaram a compor

²⁷¹ Em redes sociais e até mesmo em jornais de grande circulação como a *Gazeta do Povo* (Paraná), é possível perceber uma linha editorial conservadora que vem constantemente atacando a produção de pesquisas em Ciências Humanas no Brasil, questionando a validade de tais pesquisas e o uso de dinheiro destinado ao fomento da produção científica para essa área do conhecimento (“*Ciências Humanas: Quem precisa delas?*” <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ciencias-humanas-quem-precisa-delas-auxhynsgt0bx0eg3o8rrcibbc/> Acesso em 24/09/2018)

as populações periféricas das grandes zonas industriais do país precisavam ser higienizadas, e ninguém melhor que as professoras para traduzir em uma linguagem mais acessível o discurso médico para um público maior.

Porém, a educação ainda não era universalizada e tais preceitos médicos ainda não chegavam de maneira satisfatória para a população mais pobre. E nesse ponto Associações Filantrópicas se tornaram o aliado do Estado em políticas públicas de saúde para a população mais pobre, em um modelo que tratava os pobres como um grupo que necessitava ser tutelado, através da caridade. Pois, naquela época, a saúde não era universalizada e só tinham acesso a saúde trabalhadores com carteira assinada, exigência que deixava a maior parte da população excluída desses serviços. A filantropia, conforme exposto nessa pesquisa, era outro espaço de atuação que culturalmente foi construído como “feminino”: da benemerência das mulheres católicas ao “primeiro damismo”, o “cuidado” com pobres também era considerado um exemplo de “maternagem”.

Dessa maneira, destacamos o “ensino” na caridade na escola para meninas de elite aqui analisadas. Seria a caridade com os pobres uma prática cuja importância precisava ser ensinada na escola? A prática de trabalhos sociais como requisito da formação como “educadoras familiares” realmente promoveu uma *sensibilização* dessas alunas? A conclusão que tiro dessa análise é a de que não, ou ao menos não de maneira genuína, conforme os relatos descritos na segunda parte deste trabalho demonstraram. As barreiras de geração e de classe, entre mulheres adultas pobres e meninas de elite e o trabalho da forma como foi desenvolvido impediriam um efetivo sucesso. De modo que, concluo que esse estágio realizado apenas serviu para a difusão do discurso médico puericultor para mulheres pobres através de futuras professoras vindas da elite. E como isso era tratado como “prática de caridade”, experiências como essa tinham um viés moralizante. A medicina popular era combatida pelo saber médico, a moralidade cristã buscava atuar na moralização das famílias justamente através das mulheres, mães e esposas. A chave para essa conclusão está justamente na análise da literatura de civilidade, amplamente difundida em escolas normais Brasil a fora, cuja *Biblioteca do Lar* foi exemplo escolhido para essa análise, justamente por estar presente nos arquivos pessoais de minha mãe, juntamente com seu relatório de estágio e toda a documentação referente a sua formação como educadora. Medicina e caridade nesse estudo de

caso, no meu entender, demonstram como atua a lógica do poder pastoral na gestão de populações: a medicina trata de corpos, a moralidade cristã de consciências. Ambas atuando como guias na tutela da população mais carente. E a caridade assume uma função *civilizatória*.

Em um tempo onde tantas conquistas sociais pós-Constituição de 1988 estão sendo gravemente ameaçadas, bem como se percebe uma onda crescente de conservadorismo que ataca justamente toda e qualquer conquista voltada a promoção de uma mais equidade e justiça social, espero que esse estudo contribuía nas análises históricas sobre o desenvolvimento de tais políticas no Brasil, pois a vigilância referente a manutenção dessas conquistas faz-se urgentemente necessária.

Florianópolis, 2019.

FONTES

a) Acervo pessoal de Regina Célia Corrêa Such

ZILI, Maria Cristina; CORRÊA, Regina Célia Santi; FERREIRA, Vera Maria. Trabalho de Conclusão de Curso Realizado pelas Alunas da Escola Normal Colegial de Educação Familiar. Curitiba: 1971.

BONINI, Íside M. Biblioteca do Lar – Tomo I – Boas Maneiras (Em Família). São Paulo: Edigraf, s/d.

BONINI, Íside M. Biblioteca do Lar – Tomo II – Boas Maneiras (Em Sociedade). São Paulo: Edigraf, s/d.

BONINI, Íside M. Biblioteca do Lar – Tomo III – Orientações Indispensáveis à Família. São Paulo: Edigraf, s/d.

Histórico Escolar de Regina Célia Corrêa, Escola Normal Colegial de Educação Familiar de Curitiba-PR

b) Entrevistas²⁷²

BONA, Elisa Maria Dalla. Entrevista. Curitiba, 28 de setembro de 1999
BOZZA, Thais Maria T. Gusso. Entrevista. Curitiba, 09 de jul. de 1999
LOBO, Maria de Fátima Silva. Entrevista. Curitiba, 05 de ago. de 1999
REICH, Claudia Moreira Sales. Entrevista. Curitiba, 01 de nov. de 1999
WAGNER, Albanize Zanon. Entrevista - Via Internet. Orlando/EUA
Agosto de 1999

c) Arquivo do Instituto Social - Congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria

²⁷² Entrevistas realizadas pela pesquisadora Cleusa Maria Fuckner.

1967 - Avaliação da Escola de Educação Familiar do Paraná
1976 - Fatos marcantes para a História da Arquidiocese de Curitiba

d) Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba-PR

1954 – Histórico da Escola de Serviço Social do Paraná

e) Arquivo Público do Paraná

Arquivo Público do Paraná, acervo Relatórios de Governadores:
Relatório das realizações do interventor Manoel Ribas. Curitiba,
Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná, seção de documentos
paranaenses: Realizações do Departamento Estadual da Criança durante
o governo de Moysés Lupion. Curitiba, 1947

e) Periódicos

DIMINSKA, Halina. Feminismo. O Colégio Estadual do Paraná.
Curitiba. n°57

DÓRIA, Pedro Ricardo. O feminismo, ainda... O Colégio Estadual do
Paraná. Curitiba, n° 58, ago. 1952

DIMINSKA, Halina. Ainda o feminismo. O Colégio Estadual do Paraná.
Curitiba, n°59, set. 1952

SOLEIL, Luana. Ataque aéreo. O Colégio Estadual do Paraná. Curitiba,
n° 63 e 64, mai.jun. 1953

QUEIRÓS. Humberto de. Defesa anti-aérea. O Colégio Estadual do
Paraná. Curitiba, no 65, ago. 1953

Diário do Paraná - 11/10/1946

Jornal O DIA - 26/09/1950.

O Correio do Paraná. 03/09/1964

Jornal Diário da Tarde 01/03/1967

Jornal do Brasil, edição 148, 27-28/06/1965

Jornal Diário da Tarde 01/03/1967

Tribuna do Paraná, 20/04/2010

f) Periódicos higienistas e sanitaristas

PENNA, B. Archivos Paranaenses de Medicina. Anno II, jun. 1921, n. 2, p. 31-34. Grafia original.

PENNA, B. Archivos Paranaenses de Medicina. Anno II, set./out. 1921, n. 5-6, p. 215.

REIS, Trajano Joaquim dos. Elementos de hygiene social. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1894, 293 p

Revista Medica do Paraná. Anno II, n. 3, fev. 1933

Revista Medica do Paraná. Anno III, n. 1, dez. 1933

Revista Medica do Paraná. Anno VI, n. 8, ago. 1937

g) Decretos, leis e fontes oficiais

Estatuto do Departamento Nacional da Criança. Decreto Lei n. 2.024 de 17/02/1940

Estatuto da Mulher Casada. Lei n. 4.121 de 27/08/1962

Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. A cidade como construção moderna: um ensaio a respeito de sua relação com a saúde e as "qualidades de vida". Saude soc., jan/Febr. 1999, v. 8, n. 1, p.17-30.)

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ARCHANJO, Léa Resende. Relações de Gênero e Educação Escolar: Colégio Estadual do Paraná (1950-1960). Curitiba, 1996. (140p). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Estudos Históricos. Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 1998.

ARTIÈRES, Philippe. 'Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento'. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle e HEYMANN, Luciana. Arquivos Pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FAPERJ /Ed. FGV, 2014, pp. 45-54

BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BALBINO, Antônio Gilberto. Uma cidade, uma escola, muitas histórias: o Instituto Santa Dorotéia de Pouso Alegre - MG (1911-1976). 2008. Dissertação (Mestrado)-Mestrado em educação: Universidade São Francisco. 2008.

BARBOSA Michele Tupich. Sobre Mães e Filhos: As Políticas de Proteção à Maternidade e à Infância em Guarapuava (1940 a 1960) (Dissertação de Mestrado). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012.

BLUMER, Herbert. A Natureza do Interacionismo Simbólico in: MORTENSEN, C. P. Teoria da Comunicação. São Paulo: Objetiva, 1980.

BOSCHILIA, Roseli. Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba:1925-1965). Curitiba, 2002. 226 p. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2002

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo, o que trouxe de novo. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Ed. Difel: Lisboa, 1990, p.17

CUNHA, Maria Teresa Santos. Biblioteca das Moças: Contos de fada ou contos de vida? As representações de mulher e professora nos romances da Coleção Biblioteca das Moças. São Paulo: Revista Projeto História, (11), novembro, 1994, p. 139-146

CUNHA, Maria Teresa Santos. Armadilhas da Sedução: os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal (Anos 1920-1960). In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. COLUBHE06. Uberlândia/MG: UFU, 2006, p. 350-361

_____. Tenha modos! A correspondência em manuais de civilidade e etiqueta (anos 1920-1960), In: Imagens na História/ Alcides Freire Ramos, Rosângela Patriota, Sandra Jathay Pesavento, organizadores,- SP: Aderaldo&Rothschild, 2008. p.398-411.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Volume II: Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos (organizado por Michael Schröter). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Volume II: Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da sociedade de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. Escritos & Ensaio. 1: Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador – Volume 1: Uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ENNES, Marcelo Alário. Interacionismo Simbólico: contribuições para se pensar os processos identitários. *Perspectivas*, São Paulo, v.43, p.63-81, jan./jun.2013, p. 76

FARIAS Pinheiro y OLIVEIRA Dias. Questão Social: um conceito revisitado. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Febrero, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FOUCAULT, M. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (1975). Tradução Raquel Ramalhe Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade Volume 1: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FREIRE, Maria Martha de Luna. Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009

FUCKNER, Cleusa Maria. Magistério e Casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986). Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado)-Mestrado em Educação: Universidade Federal do Paraná. 2000.

FUCKNER, Cleusa Maria. Magistério e casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986). Curitiba: Educar em Revista. 2001, n.18, pp.247-247. ISSN 0104-4060

FURTADO, Alessandra Cristina. Por uma história das práticas de formação docente : um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto - SP (1944-1964) São Paulo : Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado em Educação.

GARCEZ, Luis Armando. Curitiba: Evolução Urbana. Curitiba: Rio de Janeiro, 2006.

HEGETO, Léia de Cássia Fernandes. A escola normal secundária em Maringá: um importante espaço para formação de professores nas décadas de 1950 a 1970. Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. 2007.

LAROCCA, Liliana Müller. Higienizar, Cuidar e Civilizar: O Discurso Médico Para a Escola Paranaense (1886-1947). Programa de Pós-

Graduação em Educação, Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2009 (Tese de Doutorado)

LARSEN, Eirinn. Gender and the Welfare State. Maternalism – a new historical concept?. The Department of History, University of Bergen, Norway. Spring of 1996. Disponível em: http://bora.uib.no/bitstream/handle/1956/12869/GENDER%20AND%20THE%20WELFARE%20STATE_%20maternalism%20-a%20new%20historical%20concept_%20-%20Eirinn%20Larsen.pdf?sequence=1

LEONARDI, P. Puríssimo Coração: Um colégio de elite em Rio Claro. 222 f. Dissertação (Mestrado de Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LEVINE, Robert. Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mína: o micro e o global na história do trabalho. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul./dez. 2015. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

LOURO, Guacira Lopes. Prendas e Antiprendas: uma escola de mulheres. Porto Alegre: Ed da Universidade UFRGS, 1987.

LOURO, Guacira Lopes; MEYER, Dagmar. A Escolarização do Doméstico. A Construção de uma Escola Técnica Feminina. Educação, Sociedade e Culturas, nº 5, 1996, 129-159.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997a.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula In: PRIORE, Mari Del (org); BASSANEZI (coord). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997b.

MANOEL, Ivan Aparecido. Igreja e Educação Feminina (1859-1919): Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *A Medicina da Mulher: Visões do Corpo Feminino na Constituição da Obstetrícia e da Ginecologia no Século XIX*. UNICAMP: Campinas, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.15-34

MORAES E SILVA, Marcelo; CAPRARO, André Mendes; SOUZA, Juliano de; MARCHI JR, Wanderley. Norbert Elias e Michel Foucault – Apontamentos para uma Tematização Relacional de Poder. *Florianópolis: Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. Volume 11. nº 1. Jan/Jun/2014.

MOTT, Maria Lúcia. *Assistência ao Parto: do Domicílio ao Hospital (1830-1960)*. In Projeto História Corpo & Cultura. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História*. São Paulo: PUC, 2002

ORTIZ, Fernanda Ros. *A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)*. Fernanda Ros Ortiz. – Campo Grande, MS: UFMS, Campus de Campo Grande, 2014.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez e MEDEIROS, Helber Renato Feydit. *Puericultura e políticas públicas de assistência à maternidade e à infância (1930- 1945)*. Rio de Janeiro: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH, 2010.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2013.

RESENDE, Melina Brasil Silva. *O curso normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari-MG 1930-1947*. 2006. Dissertação

(Mestrado)-Mestrado em educação: Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

REVEL, Jacques (org). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (orgs.). História da vida privada, v. 3. São Paulo: Companhia de Bolso, 1999

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres In: PEDRO, Joana Maria e PINSKY, Carla Bassanezi. Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2013.

ROZETTI, I. Colégio Imaculada Conceição: a história do curso normal (Tupaciguara - MG, 1961 - 1977). 180 f. Dissertação (Mestrado de Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEPTIÉN, Valentina Torres. Los Textos de Urbanidad y Los Libros De Conducta (Uma Reflexión Inicial) In: GUEREÑA, Jean-Louis; OSENBACH, Gabriela; POZO, Maria del Mar del. Manuales Escolares em España, Portugal y América Latina (Siglos XIX y XX). Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2005.

SIQUEIRA, Vilma da Silva. Mulher: entre o lar e o status de professora - uma questão de educação. 2008. Dissertação (Mestrado)-Mestrado em história social das relações políticas: Universidade Federal do Espírito Santo. 2008.

WOUTERS, Caus. Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 3 - Brasília: Setembro/Dezembro 2012